Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Quinta-feira, 5 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.544 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**

Público

Cinema
Desta vez, o Joker canta e os seus males espanta

Vasco Câmara, em Veneza

Cultura, 30/31

Guerra na Europa
Zelensky remodela Governo para dar uma "nova energia" à Ucrânia

Mundo, 20

Acidente de helicóptero
Famílias dos militares podem vir a receber 455 mil euros cada

Sociedade, 16

Concessão de vistos para imigrantes procurarem trabalho baixou 24%

Desde o fim da manifestação de interesse, a média mensal deste tipo de visto baixou de 1666 para 1266

Há três meses, o Governo acabou com o regime da manifestação de interesse da Lei de Estrangeiros, usado por muitos estrangeiros que tinham entrado em Portugal com visto de turista, mas depois quiseram trabalhar e regularizar a sua situação. Uma outra opção que existe na lei é a da entrada com visto para procura de trabalho, que dá a hipótese de permanecerem em Portugal durante 120 dias, e essa opção, nos três meses desde o fim da manifestação de interesse, viu baixar a sua média mensal em 24% Destaque, 2 a 5

NELSON GARRIDO



Mudanças no SNS
Privados aplaudem novos 20 centros de saúde, mas aguardam para saber detalhes

Sociedade, 14/15 e Editorial

Orçamento
PS não admite ceder um milímetro na descida do IRC

Política, 10

Opinião
"A restrição orçamental e a eliminação das portagens"

Cavaco Silva escreve sobre o Orçamento de Estado

Política, 12



TAP
Neeleman usou Azul para gizar expansão da TAP nos EUA

Economia, 24/25

ISNN-0872-1556

NUNO FERREIRA SANTOS



Imigração: vistos para procurar trabalho baixaram 24% em três meses

Desde o fim da manifestação de interesse, a média mensal de emissão deste tipo de visto baixou de 1666 para os 1266

Joana Gorjão Henriques

Há três meses o Governo acabou, em tempo recorde e sem aviso prévio, com o regime da manifestação de interesse da Lei de Estrangeiros, usado por muitos estrangeiros que tinham entrado em Portugal com visto de turista, mas depois quiseram trabalhar e regularizar a sua situação. Quando apresentou o Plano de Acção para as Migrações, alegou que esta era uma forma de conter a política de "porta aberta" da entrada de imigrantes. E estabeleceu que quem viesse trabalhar em Portugal tinha, à partida, de entrar já com visto de trabalho.

Com as alterações, a principal modalidade de regularização de trabalhadores imigrantes deixou de ser processada em Portugal pela AIMA para ser registada nos consulados portugueses no exterior. Dois dos países de origem de mais imigrantes nos últimos anos, como Nepal e Bangladesh, nem consulados têm: os cidadãos têm de se dirigir a postos mais próximos em outros países, como Nova Deli.

Mas uma opção que existe na lei introduzida pelo Governo PS em Outubro de 2022, e que na altura não foi sublinhada, é que as pessoas podem entrar com visto para procura de trabalho, que lhes dá a hipótese de permanecerem em Portugal durante 120 dias (prorrogáveis por mais 60 dias), até assinarem um contrato laboral. Segundo Ministério dos Negócios Estrangeiros, a "emissão deste visto pressupõe a integração de uma data de agendamento nos serviços competentes para a concessão da autorização de residência", e permite, depois de formalizada a relação laboral, "o direito a requerer uma autorização de residência."

De Janeiro a Agosto deste ano, já foram emitidos 22.121 vistos para procurar trabalho, mais 65% do que em período homólogo de 2023, em que foram emitidos 13.429 vistos deste tipo – ano de arranque efectivo desta nova modalidade –, segundo dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Também os vistos de trabalho aumentaram 15% no mesmo período de Janeiro a Agosto (foram emitidos 9262 vistos de trabalho e no ano anterior pouco mais de 8 mil).

Como se pode observar, os vistos de procura de trabalho foram, em 2023, mais do dobro dos de trabalho.

Contudo, nos três meses desde o fim da manifestação de interesse, a média mensal de emissão do visto de procura de trabalho baixou 24% em relação à media mensal do ano anterior (de 1666 para 1266). A tendência dos vistos de trabalho é idêntica nestes três meses: a média mensal (733 vistos) foi também inferior à média do ano passado (cerca de 1080). O que os números não explicam é se esta diminuição decorre de uma menor procura por parte dos imigrantes ou se são os consulados que estão a levantar mais dificuldades a quem procura entrar no país por esta via.

Ao longo de Junho, Julho e Agosto, a tipologia de visto para procura de trabalho superou a dos vistos de trabalho – o que, aliás, segue uma tendência do ano anterior. Segundo o MNE, desde Junho e até fim de Agosto, foram emitidos quase 3800 vistos para procura de trabalho, enquanto os vistos de trabalho durante este período são pouco mais de 2200.

No total de 2023 os consulados emitiram cerca de 20 mil vistos para procura de trabalho e 13 mil para trabalho, segundo o MNE.

Ao longo dos anos, a obrigatoriedade de os imigrantes pedirem aos consulados um visto de trabalho antes de chegarem ao país mereceu críticas de várias entidades por causa da burocracia e da demora de processamento.

O peso dos trabalhadores estrangeiros tem vindo a aumentar – segundo o Banco de Portugal, em 2014 apenas 7,9% das empresas tinham trabalhadores com nacionalidade estrangeira, mas em 2023 já era três vezes mais, 22,2%.

Segundo o Plano para a Migrações apresentado pelo Governo em 3 de Junho, a rede consular será reforçada com 50 peritos/analistas de vistos – mas este processo só deverá estar concluído nos próximos meses, refere o MNE. Quando foi anunciada a mudança, o Sindicato dos Trabalhadores Consulares considerou que o reforço anunciado era insuficiente.

Por seu lado, o MNE afirma que actualmente não se verifica "qualquer aumento generalizado das pendências, decorrendo o processamento dos pedidos de vistos dentro dos prazos habituais".

Dos documentos emitidos para procura de trabalho nestes últimos três meses, a maioria provém da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que têm um visto especial: os dez principais postos emissores foram Luanda, São Paulo, Rio de Janeiro, Praia, Brasília, Salvador da Baía, São Tomé, Bissau, Belo Horizonte e Maputo. Já em relação aos vistos de trabalho, os principais postos emissores foram Luanda, Praia, Nova Deli, São Paulo, São Tomé, Bissau, Maputo, Díli, Rio de Janeiro e Banguecoque. Em relação aos primeiros oito meses do ano, o top 10 é ocupado por países da CPLP nos vistos de procura de trabalho, mas nos de trabalho aparecem Nova Deli, Jacarta, Moscovo e Díli.

A demora da AIMA na emissão de vistos tem provocado o desespero de quem aguarda

21.121

vistos para procurar trabalho foram emitidos entre Janeiro e Agosto deste ano, mais 65% do que no período homólogo de 2023

Renovações ainda no IRN

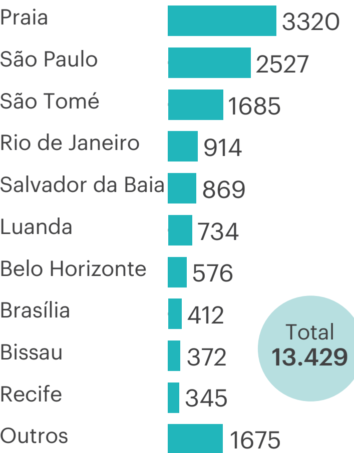
De resto, várias medidas anunciadas no Plano de Acção para as Migrações ainda não estão activas. Quem consultar o *site* da AIMA só tem informação em português, o que dificulta a tarefa a quem quer esclarecimentos e não fala a língua. Está também por efectivar a prometida alteração dos vistos CPLP de modo a promover o seu acesso ao Espaço Schengen (algo que não era permitido a quem tinha esta modalidade).

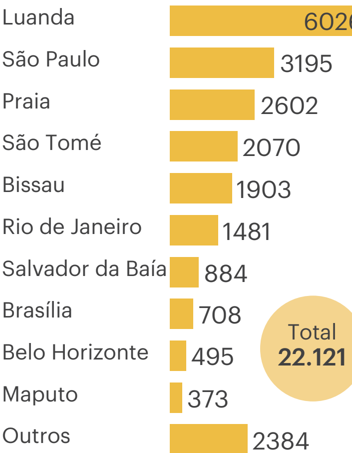
A anunciada transferência das renovações de autorização de residência do Instituto dos Registos e Notariado (IRN) para a AIMA também ainda não se efectivou – apesar de ainda não ter sido definida pelo Governo a data a partir da qual este instituto deixa de processar esta documentação, segundo o presidente do sindicato dos Registos e Notariado Arménio Maximino, "neste momento, o IRN efectua apenas as renovações que estejam caducadas, que tenham carácter de urgência comprovada e que não tenham conseguido ser feitas *online*".

Ao PÚBLICO o gabinete do ministro da Presidência, António Leitão Amaro, que tem a pasta das migrações, não responde directamente a todas estas questões. Diz que "cerca de metade das medidas" do plano "estão concretizadas ou numa fase avançada", dando como exemplo a abertura planeada para este mês – mas não efectivada – dos centros de atendimento da Estrutura de Missão da AIMA, a recuperação "dos atrasos na operacionalização do novo sistema de controlo digital e biométrico de fronteiras (Smart Borders)", a prorrogação da validade dos documentos relativos à permanência em Portugal, ou a "aprovação de vários diplomas que concretizam a reconfiguração institucional na área das migrações". Sem resposta ficou ainda o número de pendências de processos de regularização que foram já processadas entre as 400 mil anunciadas.

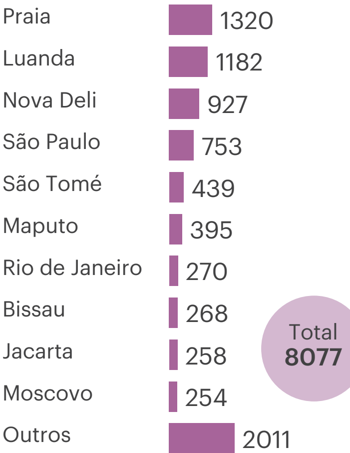
Vistos concedidos por consulados

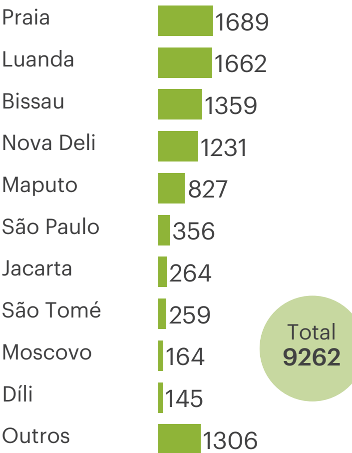
Vistos para procura de trabalho





Vistos de trabalho concedidos





Fonte: MNE

PÚBLICO

Preocupados com a falta de mão-de-obra

Patrões criticam demora de consulados na concessão de vistos

Joana Gorjão Henriques

As novas regras que regulam a entrada de imigrantes foram recebidas com cautela até mesmo por quem defendia o fim da manifestação de interesse. É o caso de Álvaro Mendonça e Moura, presidente da Confederação de Agricultores de Portugal (CAP), que alerta ao PÚBLICO: "Há uma falta crónica de trabalhadores" na agricultura, e a contratação de estrangeiros "é determinante para o sector agrícola poder funcionar". Segundo a CAP, há cerca de 60 mil trabalhadores por conta de outrem na agricultura e pesca – e 40% são estrangeiros. Como a maioria dos trabalhadores agrícolas imigrantes entra com "vistos de estada temporária ou para trabalho sazonal", a grande "questão para a CAP" é a demora na emissão de vistos – que acaba por ultrapassar "os prazos previstos" na lei, "apesar das promessas do Governo de reforço dos meios nos postos consulares".

Também Rafael Campos Pereira, da Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal, sublinha que há necessidade de estrangeiros para trabalhar na área e alerta para a entropia no sistema. Neste momento, a área tem cerca de dez mil postos de trabalho em aberto e "os portugueses estão cada vez menos disponíveis". Por isso, diz sobre o fim da manifestação de interesse: "Se funcionar como antes, em que as autoridades consulares eram muito restritivas e a burocracia gigante, vai ser terrível. Se conseguirmos agilizar os vistos, os prejuízos serão minimizados, mas temos de ter alguma cautela, tememos que possa dificultar a vinda de trabalhadores estrangeiros que precisamos."

Lembra, por exemplo, que já há protocolos para formação de jovens cabo-verdianos recrutados com o apoio do equivalente ao Instituto de Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde, mas a "burocracia tem impedido que tenham uma dimensão maior". "A nossa experiência é de grande dificuldade" – mesmo com "a facilidade que se falava" de ter o visto de trabalho no país de origem. "Queríamos trazer muitos mais trabalhadores." Fizeram em Portugal a formação a cerca de duas dezenas de jovens, mas a expectativa quando começaram há quatro anos era que fossem mais de 200.

Armindo Monteiro, da Confederação Empresarial de Portugal, refere que tudo o que "seja para facilitar a regularização é bem-vindo". "Não estamos a pedir menor escrutínio", diz. "Há necessidade de o mercado incentivar a vinda de imigrantes que tenham qualificações nas áreas de valor acrescentado – não temos uma política de atracção de trabalhadores qualificados", queixa-se, alertando para a importância de os consulados funcionarem "muito melhor" do que agora. "Num determinado país, o cônsul entende que se deve ser mais restritivo e já se atribuíram muitos vistos, esse critério não é ao cônsul que compete, mas neste momento é deixada uma margem muito arbitrária para esta decisão", aponta. Sobre as novas regras, é cauteloso: "Estamos a tentar perceber se algumas das dificuldades têm que ver com a entrada em vigor de um novo sistema ou com o próprio sistema." Segundo o Banco de Portugal, o peso do emprego estrangeiro é "muito importante" no alojamento e na restauração, actividades administrativas e construção, "com percentagens de 31,1%, 28,1% e 23,2% em 2023, respectivamente".

NUNO FERREIRA SANTOS





Integração

Imigrantes à espera do Parlamento

Governo referiu "um regime transitório", mas ainda não há medidas. Iniciativa Liberal tem projecto. PS prepara proposta de alteração. Associações falam de pessoas "em choque"

Joana Gorjão Henriques

Milhares de pessoas sem resposta, famílias desesperadas, trabalhadores que descontaram durante meses para a Segurança Social mas que viram logradas as suas expectativas de se regularizarem em Portugal.

Três meses depois de o Governo PSD ter posto fim, em horas, à chamada "manifestação de interesse" – um regime do artigo 88 e 89 da Lei de Estrangeiros que permitia a regularização de quem tinha entrado com visto de turista em Portugal, mas estava a trabalhar e a descontar para a Segurança Social há mais de um ano –, estes são casos que chegam às associações de apoio aos imigrantes.

As novas regras obrigam a que quem queira trabalhar em Portugal peça um visto de trabalho nos consulados portugueses dos países de origem – sendo que países como Nepal ou Bangladesh nem sequer têm consulados. Também é possível pedir um visto para procura de trabalho, documento que não necessita de um contrato ou promessa de contrato de trabalho, mas permite estar regular durante três meses (ver texto ao lado).

Jakilson Pereira, da associação Moinho da Juventude, na Amadora, lembra as duas semanas seguintes à publicação do despacho que acabava com a manifestação de interesse: "As pessoas entraram em pânico", porque ficaram pura e simplesmente "sem resposta" – é o caso dos cidadãos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa que entraram com visto de turismo e sem o visto específico da CPLP. "Como é que se enquadram estas pessoas?", questiona. "A própria AIMA [Agência para a Integração, Migrações e Asilo] não responde a dúvidas de enquadramento, antes havia esse apoio", queixa-se.

Depois de um grupo ter audiência com o Presidente da República – Marcelo Rebelo de Sousa disse esperar que esta revogação fosse temporária –, assinado petições contra a revogação da medida e marcado uma manifestação para 25 de Outubro, ainda não há resposta para milhares de pessoas que já estavam em Portugal mas ainda não tinham colocado o seu processo na AIMA.

Para pedir a manifestação de interesse, os estrangeiros tinham de reunir uma série de informação: além do contrato de trabalho ou promessa de contrato de trabalho, tinham de estar a descontar para a Segurança Social há 12 meses, ter um certificado de residência emitido pela junta de freguesia, ter certificado de registo criminal, entre outros documentos que levam tempo a processar. Muitos dos que estavam nesta situação ficaram em suspenso.

Quando em Junho o Governo anunciou o Plano de Acção para as Migrações, afirmou que iria "ser equacionado um regime transitório que acomode quem tenha contrato de trabalho e se encontre a descontar para a Segurança Social". Até agora ainda não houve qualquer medida. Ao PÚBLICO o gabinete do ministro da Presidência, António Leitão Amaro – que tem esta pasta –, reforça que ainda não há data

NUNO FERREIRA SANTOS





RUI GAUDÊNCIO



RUI GAUDÊNCIO



Jakilson Pereira, da associação Moinho da Juventude (em cima à esquerda); manifestação promovida pelas associações de imigrantes frente ao Parlamento. Já em 2018, os imigrantes protestavam contra as dificuldades na legalização; e António Leitão Amaro, ministro da Presidência

> **Vivemos sentimentos de injustiça, medo e ansiedade, além de dificuldades no acesso a serviços essenciais**
>
> **Shanti Aryal**
> Presidente da Associação das Mulheres Nepalesas

prevista para este tema ser resolvido na Assembleia da República.

Da parte dos partidos, a Iniciativa Liberal (IL) tem um projecto-lei para aplicar um regime transitório para "que as pessoas que já regularizaram a sua situação na Segurança Social" "não vejam frustradas as suas legítimas expectativas". O PS apresentou um pedido de apreciação parlamentar do decreto-lei que revoga a manifestação de interesse – onde consideram que contribui para a imigração ilegal e para a criminalidade associada – e segundo a líder parlamentar Alexandra Leitão vão propor uma alteração. Mas ainda não há datas.

Efeitos:

Não é possível ter dados concretos sobre quantas pessoas ficaram afectadas pelo fim das manifestações de interesse, uma vez que não há forma de as registar. Mas quais têm sido os efeitos do fim da manifestação de interesse, como é que as associações têm encaminhado quem as procura por causa desta questão?

Tem gerado "diversas consequências negativas, como dificuldades na legalização, insegurança, aumento do trabalho informal, e dificuldades na integração social e económica", refere Shanti Aryal, presidente da Associação das Mulheres Nepalesas. Para a comunidade nepalesa, acrescenta, as mudanças trazem desafios financeiros, "sentimentos de injustiça, medo e ansiedade, além de dificuldades no acesso a serviços essenciais".

Flora Silva, da associação Olho Vivo, uma das maiores que operam na linha de Sintra, lembra que é impossível calcular quantas pessoas ficaram de fora da possibilidade de pedir autorização de residência em Portugal, mas tem "recebido muitas pessoas que chegam com os papéis todos e já não conseguem iniciar" o processo de regularização. Na Olho Vivo a procura aumentou. As pessoas "ficam em choque" quando percebem que a manifestação de interesse já não é possível de aplicar. "Informamos que as associações estão a pedir audiências com os partidos, Presidente da República e primeiro-ministro para repor a lei e devemos lutar por esse objectivo", comenta.

Gracinda Luz, da Associação Cabo-verdiana de Sines e Santiago do Cacém, que atende imigrantes de várias origens há 20 anos, também sublinha que as pessoas, sobretudo quem já cá estava, "estão um bocadinho à deriva". "Tem de haver uma resposta, não podemos dizer para regressarem ao país de origem."

Já a porta-voz da Federação das Associações Cabo-verdianas, Felismina Mendes, que representa cerca de 30 organizações, sublinha que "a nossa preocupação são as pessoas que já cá estavam e se sentem injustiçadas", refere. "Ou optam por ficar no desemprego ou cair na clandestinidade, sujeitas a pessoas com menos escrúpulos." Em "todos os concelhos há centenas de pessoas sem resposta" a pedir apoio às associações. "Muitas vezes temos de fazer a mediação com a entidade patronal", refere, "tentando tranquilizá-las".

Colocando a tónica na necessidade de reverter o fim da manifestação de interesse, Timóteo Macedo, da Solidariedade Imigrante, lembra que as próprias entidades patronais afirmam que se não fossem os imigrantes os seus sectores estavam parados. Em várias medidas o plano dá prioridade a trabalhadores da CPLP, mas este dirigente critica: "É preciso abrir as portas a trabalhadores, e não só os da CPLP – porquê dar preferência a uns e não a outros? Estamos a entrar numa política islamofóbica e a ceder à extrema-direita", sublinha.

A quem procura a Solidariedade Imigrante têm dito: "Não desistam, já passámos por estas situações no passado e através da luta conseguimos grandes conquistas." Entretanto, estão a encaminhar "largas dezenas de imigrantes" para o artigo 123 da lei de estrangeiros – "para situações de interesse nacional e económico", à imagem do que fazem os jogadores de futebol.

Para quem está sem a sua situação regularizada neste momento, a Confederação de Agricultores Portugueses sugere ao Governo que durante um período limitado os imigrantes possam preencher um formulário online da AIMA a declarar que está a trabalhar "e em que autoriza a AIMA a consultar as contribuições para a SS e as retenções na fonte para efeitos de IRS". "Desde que a situação em termos de SS e IRS esteja regular, o cidadão estrangeiro poderia permanecer em território português sem ter de se deslocar à AIMA. Este pedido deveria ser actualizado de seis em seis meses até o trabalhador estrangeiro obter o atestado de residência", sugere.

Espaço público

A importância de não vender ilusões

Editorial



Andreia Sanches



Qualquer medida que retire recursos ao SNS só acrescentará problemas ao SNS. Dizer o contrário é mesmo 'vender uma ilusão'

O Verão não correu bem ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). O problema das urgências intermitentemente fechadas é uma nódoa na confiança que a população tem nos serviços públicos e as notícias sobre as mulheres grávidas que acabam a dar à luz em ambulâncias a caminho do hospital nunca fizeram bem à imagem de nenhum governo.

É assim que chegamos a 4 de Setembro, o Verão ainda não acabou, mas era preciso dizer quanto antes o que assumiu ontem a ministra da Saúde – que estes problemas não se resolveram com o ambicioso plano de emergência apresentado há três meses.

O primeiro-ministro já tinha preparado terreno. No arranque de Agosto, afirmou que não andava aqui a "vender ilusões" sobre o estado do SNS, que considerou "caótico", e que os problemas não se iam resolver de repente. "Não vender ilusões" tem sido, aliás, uma expressão usada amiúde pelo executivo, tanto na Saúde como na Educação.

Na semana passada, Luís Montenegro afirmou, sobre a falta de professores: "Não vendo ilusões. Não é possível resolver esse problema de um dia para o outro." Ontem, Ana Paula Martins também afirmou não ter "nenhuma pretensão de vender a ilusão de que nos próximos meses os problemas" do SNS vão ser resolvidos... Em suma, com o fim do Verão, e o tempo de governação a passar, a dimensão dos problemas – que na Educação e na Saúde têm duas coisas em comum, modelo de gestão e falta de profissionais – esmaga de vez qualquer ilusão de que medidas de emergência resolvem problemas estruturais.

No caso da Saúde, o Governo sabe que nenhuma reforma terá sucesso sem melhores cuidados primários. Por isso, anunciou agora que vai avançar com as há muito faladas unidades locais de saúde modelo C, que é o mesmo que dizer centros de saúde geridos por grupos privados, municípios ou terceiro sector.

É um passo arriscado, como concluíram anteriores governos, que nunca avançaram com um modelo que está previsto no papel há anos. Desde logo porque, se há falta de médicos no SNS, abrir centros de saúde de gestão privada que pagam melhor e têm capacidade e autonomia para dar melhores condições laborais pode retirar ainda mais médicos do SNS.

O Governo já garantiu que vai impedir que haja transição do público para o privado neste modelo. Não se vislumbra como, até porque uma boa parte dos clínicos acumula ambos e a bolsa dos profissionais que temos não vai esticar. Aguardem-se os detalhes. Mas é evidente que qualquer medida que retire recursos ao SNS só acrescentará problemas ao SNS. Dizer o contrário é mesmo "vender uma ilusão".

CARTAS AO DIRECTOR

Miguel Pinto Luz

O relatório da IGF, divulgado pelo PÚBLICO, confirma factos graves aquando da privatização da TAP nas últimas horas do Governo de Passos Coelho. Pode ter mesmo havido algumas decisões que configurarão crimes que o Ministério Público se encarregará ou não de confirmar. Pelo que já se sabe, o ministro Miguel Pinto Luz não tem as mínimas condições para permanecer como governante.

Começo agora a compreender a saga persecutória contra Rui Rio levada a cabo por esta personalidade desde que o antigo presidente da Câmara do Porto assumiu as rédeas do meu partido. Resta-nos esperar que Luís Montenegro, no respeito pela memória de Sá Carneiro e de milhares de militantes, que honrando o nome do PPD-PSD dignificaram o nome de Portugal, aceite a demissão de Pinto Luz. Se este não sair voluntariamente, não resta ao chefe do Governo outra saída que não seja apontar-lhe as escadas da rua.

E, já agora, Maria Luís Albuquerque, na altura dos acontecimentos ministra das Finanças, que analise se tem condições para assumir o cargo de comissária europeia para o qual foi indigitada.
Fernando Santos, Vila Maior

Agora é a IGF?

Já tínhamos as "fugas" cirúrgicas do Ministério Público (MP), sendo que as últimas do processo *Influencer* ocorreram mesmo nas vésperas da indicação de António Costa para presidente do Conselho Europeu. Agora é o IGF a soltar o resultado de uma inspecção seguramente antiga – não percebi bem quão antiga – logo após a indigitação de Maria Luís Albuquerque para um importante cargo europeu, sendo que esta é uma das principais visadas nessa investigação... *Tu quoque IGF, fili mi?* É muito importante que mantenhamos a nossa confiança, na independência e no apartidarismo de órgãos tão importantes no nosso país como são o MP e a IGF, como é o meu caso. Mas também não posso esquecer o que dizem os espanhóis: *Yo no creo in brujas, pero que las hay, las hay.*
Fernando Vieira, Lisboa

Maria Luís Albuquerque

Maria Luís Albuquerque foi uma muito polémica escolha de Luís Montenegro para a Comissão Europeia. Não era só o facto de ter sido ministra das Finanças de Passos Coelho e, por isso, associada a um período de regressão do nível económico e de bem-estar social da generalidade dos portugueses, que o aconselhava. Era todo o seu trajecto profissional, em que avultam vários incidentes que não abonam da sua competência e até da sua idoneidade.

A sua escolha para comissária de Portugal não foi, por isso, abertamente felicitada, a não ser por duas ou três figuras do PSD e do CDS. Pelo contrário, foi vivamente criticada de uma forma geral em vários órgãos da comunicação social. Nem o Presidente da República se abriu num rasgado elogio, limitando-se a uma formal saudação.
A sua passagem pelo Governo acaba agora de sofrer mais um sério motivo de suspeita por causa do caso TAP, com comunicação ao Ministério Público para possível investigação criminal. Não teria Montenegro possibilidade de melhor e mais consensual escolha? Ou foi só para satisfazer o critério da paridade de género?
António Costa, Porto

Pagamento de manutenção de conta bancária

Venho a propósito da falta de lógica, para não chamar esbulho, que é o pagamento mensal da manutenção de conta bancária. Ao depositarmos o nosso dinheiro no banco, este não se mantém parado como se de uma bagagem guardada numa estação rodoviária se tratasse, e aqui, sim, é justo que paguemos pela guarda efectuada.

Os bancos vão utilizar o depósito efectuado como seu produto para obtenção de lucro, que se deseja que obtenham de uma forma equilibrada e justa. Normalmente pagam juros baixíssimos e cobram juros elevados e, na maior parte dos casos, sem qualquer risco, como no empréstimo para a compra de habitação.

Acresce que, hoje em dia, se utilizar o balcão da agência bancária para obter outro serviço, este é pago; como levantar dinheiro, efectuar transferências, etc. Ainda se eventualmente falirem, será o dinheiro dos contribuintes que avançará para os resgatar, como demonstram experiências recentes.

Posto isto, à atenção das autoridades competentes, é necessário acabar com algo que não é justo, é desnecessário e impacta as economias dos portugueses, e parece-me abuso de posição dominante.
Dário Barroso, Lisboa

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles **cartasdirector@publico.pt**

A opinião publicada no jornal respeita
a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

Se as pessoas soubessem quanto pouco cérebro está a governar o mundo, morreriam de medo Ivo Andric, escritor

O NÚMERO

19

O Ministério Público está a investigar há 19 meses o processo de venda da TAP em 2015 pelo Governo de Passos Coelho

Experimente que vai ver

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Se eu pudesse escolher uma frase que pudesse estar em toda a parte, de maneira a apanhar a atenção de todas as crianças e adultos, seria a seguinte: "Como é que sabes, se nunca experimentaste?"

Temos tantos preconceitos porque os preconceitos nos protegem. Mas também nos protegem do que é bom.

Viver com preconceitos é como passear de tanque. Espreita-se a rua, vêem-se as pessoas e até podemos arriscar e mostrar a cabeça, para poder falar directamente com alguém, ou respirar o vento.

Mas estamos dentro de um tanque. E não é assim que se mexem os animais deste planeta.

De entre os preconceitos todos que nos impedem de experimentar as muitas coisas que se podem fazer desde que se esteja vivo, o mais debilitante de todos é o medo de não ter jeito, de não prestar, de ser pior do que os outros. Mas as coisas que se fazem valem pelo prazer que dão quando se fazem, e não pela habilidade com que se praticam.

A pessoa sem jeito para dançar, lenta e pesada, ganha tanto em dançar como o mestre bailarino.

Se calhar, até ganha mais, porque o mestre bailarino está obcecado com a perfeição e com a profissão, e tem responsabilidades e objectivos, enquanto o péssimo bailarino pode dedicar-se absolutamente ao prazer de dançar.

Se somos bons ou maus ou assim-assim nas coisas que fazemos, é uma questão técnica, de gosto, de avaliação posterior.

Dizem que quase todos respiramos mal, mas veja-se só o jeito que respirar nos dá, mesmo respirando mal.

Dizem que nos alimentamos mal, que temos má postura, que não lemos o que deveríamos ler, que apoiamos o clube errado, mas, mesmo assim, lá vamos andando.

Não temos de ter medo de não prestarmos, porque a avaliação é escusada: passávamos bem sem ela. Imagine-se que ninguém nos dizia que filmes eram bons ou maus. Seria triste, mas os filmes continuariam a existir.

As coisas experimentam-se porque há uma possibilidade de gostarmos delas.

Se há quem goste de as fazer, é possível que nós também gostemos.

ZOOM FAIXA DE GAZA

HATEM KHALED/REUTERS



Estudantes palestinianos assistem a uma aula sentados nos escombros da casa da professora Israa Abu Mustafa, no meio do conflito entre Israel e o Hamas, em Khan Younis

P

publico.pt 

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Espaço público

De Chainho a Gil, o simbolismo dos concertos-despedida

Em Público



Nuno Pacheco

Dentro de uma semana, o mestre guitarrista António Chainho dará o seu último concerto. Será em Lisboa, na Praça do Município, numa sexta-feira 13 sem azares associados mas com um lote de músicos que, além daqueles que já o acompanharam nos concertos de 2023 (Ciro Bertini, Tiago Oliveira, Marta Pereira da Costa, o quarteto Naked Lunch), inclui as vozes de Carminho e António Zambujo. É o epílogo de uma despedida anunciada, que começou em Janeiro de 2023 (quando Chainho fez 85 anos) e se prolongou até ao final do ano, com um programa que incluiu sete concertos, um disco de originais (*O Abraço da Guitarra*, lançado em Março), dois livros (um biográfico, lançado em Novembro, assinado por Moema Silva; mais um romance nele inspirado, ainda por revelar, da autoria do escritor Afonso Cruz) e um documentário, também em curso, da autoria de Tiago Figueiredo. Aos 86 anos, completados em Janeiro, Chainho deixa os palcos após avaliar serenamente as suas capacidades físicas. Mas não tenciona deixar a guitarra.

O mesmo se prepara para fazer o cantor e compositor brasileiro Gilberto Gil, que anunciou para 2025 (ano do seu 83.º aniversário) a última digressão pelos palcos, entre Março e Novembro, e só no Brasil. Até lá, vai andar pela Europa e pela Ásia, deixando o seu adeus por outras salas. Porém, tal como Chainho se recusa a largar a guitarra, também Gil só quer abrandar para mudar de ritmo. A música, é fácil de calcular, há-de acompanhá-lo até à morte. Título da digressão? *Tempo Rei*, canção onde escreveu: "Tudo agora mesmo pode estar por um segundo."

Os concertos-despedida são já, de certa maneira, um ritual simbólico para muitos músicos, uma forma de dizer aos respectivos públicos que podem e devem procurá-los noutro lado, na música gravada (a antiga e a vindoura) e não nos palcos. Como aquelas firmas que mudam de morada e deixam na porta da casa vazia um aviso a dizer que podem encontrá-las no número X da rua tal. Se a decadência não os tiver ainda afectado de forma trágica, pode ser um acto de dignidade. Vimo-lo em Carlos do Carmo, quando se despediu dos palcos no Coliseu de Lisboa em 2019 (ainda gravaria um disco antes de morrer, em 1 de Janeiro de 2021), ou em Milton Nascimento, que depois de se despedir dos palcos em 2022, já gravou mais um dos seus muitos discos, desta vez em parceria com a contrabaixista e cantora de jazz norte-americana Esperanza Spalding.

A idade e a avaliação que cada músico fará das suas capacidades, físicas ou criativas, são, em geral, a causa primeira das despedidas dos palcos. Mas há quem os abandone bem novo, como sucedeu com os Beatles, em 1966. Quando deram o último concerto em público, no final da sua digressão americana (no Candlestick Park, em São Francisco, no dia em 29 de Agosto, perante 25 mil pessoas), Lennon e Harrison tinham apenas 25 anos, McCartney 24 e Ringo 26. Depois desse dia, só voltaram a actuar em público (aí sim, pela derradeira vez) no peculiar concerto do terraço do edifício da Apple, em 30 de Janeiro de 1969. Tinham deixado os palcos, abraçado os estúdios e a música ficou a ganhar. 1966 foi o ano de *Revolver*, e ainda faltava tudo o resto.

Mas há despedidas e despedidas. Joan Baez, com a sua *Fare Thee Well Tour* (que passou por Portugal, em 2019), ou os Black Sabbath com a *The End Tour*, fechada em Fevereiro de 2017 na sua terra natal, Birmingham (registada e editada em vídeo nesse mesmo ano), deixaram mesmo os palcos. Mas *A Última Valsa* dos The Band, anunciada como concerto-despedida em 1976 (que valeu um filme a Scorsese, estreado em 1978), foi falso alarme: voltariam aos palcos nos anos 80, extinguindo-se apenas à beira do novo século. A anunciada despedida dos palcos do pianista de jazz Martial Solal com uma série de derradeiros concertos em 2014 (vimo-lo na Culturgest), só viria a concretizar-se mais tarde, em 2020, quando se dedicou em exclusivo à composição (completou 97 anos em Agosto).

> **Os concertos-despedida sãouma forma de os músicos dizerem aos seus públicos que podem e devem procurá-los na música gravada**

E há quem não anuncie qualquer retirada, ignorando a idade. Como os brasileiros Ney Matogrosso e Roberto Carlos, ambos com 83 anos e com concertos marcados em Portugal, o primeiro nos dias 6 (já amanhã) e 15 no Coliseu de Lisboa e o segundo com quatro datas: Ponta Delgada (dia 19), Lisboa (Meo Arena, 3 e 4 de Outubro) e Braga (6 de Outubro). Com a mesmíssima idade, 83 anos, Bob Dylan será talvez o exemplo máximo da insistência nos palcos: tem oito concertos nos Estados Unidos em Setembro e 28 marcados em vários países europeus em Outubro e Novembro, isto numa agenda que não pára de crescer. Caso-limite foi o de Charles Aznavour, que iniciou uma despedida dos palcos em 2006 que se foi prolongando até à sua morte, em 2018. Ainda tinha concertos marcados, aos 94 anos.

Jornalista. Escreve à quinta-feira

As nossas zonas de (des)interesse



Luísa Semedo

Vi duas vezes o filme *A Zona de Interesse*, de Jonathan Glazer. Tenho por hábito fazer isto sempre que um filme recebe unanimidade de tão boas críticas e eu tenho reticências. Este hábito surgiu quando, em miúda, vi na videoteca do Largo do Calvário, em Lisboa (que já não sei se ainda existe), o filme *Era Uma Vez no Oeste*, do Sergio Leone, e não gostei. Poucos anos depois, revi-o numa grande sala de cinema e percebi a razão da unanimidade crítica, sentindo vergonha da minha, tão categórica, opinião inicial. Em relação ao *A Zona de Interesse*, a segunda vez confirmou praticamente todas as minhas reticências iniciais, mas reconheço que o filme continua na minha cabeça porque a atualidade parece imitar a ficção, que por sua vez imita o real.

O filme conta a banalidade da vida doméstica da família de um comandante do campo de concentração de Auschwitz em contraste com o horror que ocorre a poucos metros de distância. Durante o filme, a comparação com o genocídio na Palestina foi para mim omnipresente, aliás o próprio realizador Jonathan Glazer fez a isso menção no seu discurso de aceitação do Óscar de melhor filme estrangeiro: "Todas as nossas escolhas foram feitas para nos fazer refletir e confrontar no presente – não para dizer 'Olhem o que eles fizeram naquela época', mas sim 'Olhem o que fazemos agora'. O nosso filme mostra aonde a desumanização leva, no seu pior. (...) estamos aqui como homens que rejeitam a apropriação da sua identidade judaica e do Holocausto para uma ocupação, que resultou em conflito para tantas pessoas inocentes. Quer sejam as vítimas de 7 de outubro em Israel ou o ataque contínuo a Gaza, para todas as vítimas desta desumanização, como resistimos a isso?"

A pergunta de Glazer é essencial e atormenta-me: como resistir à desumanização? Nos comentários a um vídeo nas redes sociais, onde uma mãe israelita faz um discurso doloroso depois da morte do seu filho, um dos reféns do Hamas, uma pessoa pergunta-se por que já não consegue sentir emoção diante da morte destas pessoas. Este comentário tocou-me, porque reflete um dos meus maiores receios: o medo de que, em mim, em nós, a brutalidade extrema do regime israelita prevaleça e nos desumanize. Após quase um ano de exposição diária a imagens do massacre sistemático de um povo, nomeadamente de milhares crianças, depois de estarmos expostos a imagens de uma violência gráfica tão extrema, de pequenos corpos mutilados, queimados, explodidos, como manter a empatia pelas mortes do lado do país agressor?

Como evitar amálgamas entre regimes bárbaros e terroristas como o israelita e os seus cidadãos? Como, mesmo quando acreditamos que os cidadãos possam ter algum tipo de responsabilidade, não aceitar que isso justifique a pena de morte, seja por parte do Hamas ou do Exército do seu próprio país? Como ser diferente de tudo aquilo que acreditamos dever combater, de tudo aquilo que, por exemplo, denunciamos do lado do Estado de Israel?

Ninguém está imune à monstruosidade, e uma das formas de resistir é ter consciência das próprias falhas e vulnerabilidades. Resistir à sua própria desumanização exige humilde e vigilância. É, também, para isso que servem os valores e os princípios: para não nos deixarem perder o rumo. Para compreender que se, de repente, afinal aceitamos a pena de morte é porque algo está errado; se, de repente, a dor de uma mãe já não nos comove, é porque algo está errado.

Vivemos, tal como no filme de Glazer, a curta distância dos horrores do mundo, ouvimos os gritos de quem sofre, mas no nosso caso também os vemos. Não existe um muro a tapar o que se passa na Palestina, Mediterrâneo, Sudão, Congo ou Iémen. Quem não vê é porque escolheu não ver, e esse desinteresse é um muro erguido pela sua própria desumanização. A resistência à desumanização não se limita a uma postura passiva que consiste em condenar os atos de crueldade alheios; ela envolve uma ação ativa para garantir que não nos tornemos insensíveis ou cúmplices, e que aqueles que já perderam a sua humanidade não nos façam perder o interesse em preservar a nossa.

Professora de Filosofia do ensino secundário

O Estado na TAP a fazer papel de otário

Memória futura



Manuel Carvalho

Lê-se o relatório da IGF e fica-se com aquela sensação de vulnerabilidade que torna Portugal um país patusco, fácil de endrominar por espertalhões

O relatório da auditoria da Inspecção-Geral das Finanças (IGF) às contas e ao processo de privatização da TAP erigiu um monumento à incompetência do Estado português e a quem o administrou em 2015. Lê-lo na sua abundância de detalhes sobre provas ou indícios de negligência, dissimulação ou irresponsabilidade do então Governo da República é um murro no estômago. Fica-se a saber que um chico-esperto foi capaz de atravessar o Atlântico sul, aterrar na Portela, envolver um parceiro português meio crédulo, gastar uns parcos milhões de euros, maquilhar obrigações contratuais e ficar com o controlo da companhia aérea de bandeira de Portugal com a facilidade de quem esfrega um olho. Pior: deu-se ao luxo de avisar que o fez através de manigâncias e nem isso foi capaz de levar o Governo de Passos Coelho a dar um murro na mesa para certificar que o desplante tem limites.

O que mais choca no relatório é por isso a passividade e a condescendência de um Governo com o que foi do princípio ao fim uma manobra de videirinhos. É a afronta ao que se designa dignidade nacional. Tudo seria um horror se fosse feito nos bastidores, recorrendo à mentira, ao ludíbrio, à banha da cobra. Mas, a partir do momento em que se sabe que a empresa pública que controla as participações do Estado soube da manobra dos suprimentos, depois de ficar registado que os ministérios das Finanças e da Economia, que tutelavam a TAP, foram avisados, o horror sobe de escala. O Governo de Luís Montenegro, que nomeou a ministra das Finanças para a Comissão Europeia e tem no seu elenco um ministro que selou a privatização, enfrenta o maior desafio à sua credibilidade desde que tomou posse.

Já não está apenas em causa a gestão ruinosa dos negócios da TAP no Brasil. Nem a discussão sobre os pagamentos de prémios a Humberto Pedrosa e David Neeleman que tresandam a enriquecimento ilícito e a fuga ao fisco. Ou o prémio de 55 milhões pelas tropelias que o Governo de António Costa pagou para se ver livre deles. Nem sequer as opções de gestão baseadas na dívida da Atlantic Gateway, que uniu um aventureiro dos negócios a um empresário deslumbrado e



RUI GAUDÊNCIO

ávido por elevar a Barraqueiro aos céus da Europa e do mundo. Até porque, convém ser justo e recordá-lo, a TAP dá hoje lucro em boa medida porque a gestão privada lhe abriu novas rotas, a modernizou e reforçou o seu valor estratégico de ponte entre a Europa, as Américas e a África. O que torna o relatório da IGF um acontecimento é esse confrangedor retrato de um Estado permeável a esquemas duvidosos. Lê-se o relatório e fica-se com aquela sensação de vulnerabilidade que torna Portugal um país patusco, fácil de endrominar por espertalhões com nome estrangeiro, fato de corte e fala mansa.

Não venham dizer que Neeleman acabou por "meter" os 203 milhões de euros (226,7 milhões de dólares) na TAP ou que não se serviu da dívida da empresa para pagar os 61% que adquiriu ao Estado. Capital e suprimentos de capital são duas faces da mesma moeda. Como se lê no relatório, "no âmbito da aquisição de 61% do capital da TAP, SGPS, ficou acordado que, para além de 10 milhões de euros do preço, a Atlantic Gateway ainda efetuaria prestações suplementares de capital no montante de 226,75 milhões de dólares".

Quando se fala de uma privatização que impõe uma recapitalização, espera-se que sejam os novos donos a entrar com o dinheiro fresco ou a assumir a garantia de um empréstimo. O que aconteceu não foi nada disso. Neeleman de facto conseguiu o dinheiro da Airbus, mas na substância foi a TAP que assumiu os encargos e a responsabilidade de pagar esses 226 milhões de dólares. Negócios desses qualquer um quer.

A procissão ainda vai no adro, mas é desde já possível dizer que a história reclama consequências. Maria Luís Albuquerque não pode passar politicamente incólume a uma manobra ardilosa que colou na testa do país um cartaz gigante onde se lê "otário". Da mesma forma, Miguel Pinto Luz fica fragilizado na tutela da TAP. É justo notar que nada teve que ver com a negociação dos



Haja ao menos coragem de dizer aos cidadãos que ofensas e danos destes têm consequências políticas. O problema não se repara dizendo que não há nada de novo

suprimentos, mas convém também notar que para todos os efeitos a privatização fechou-se com a sua assinatura. Em Setembro de 2015, ele não estava no Governo quando a Parpública, a Economia e as Finanças souberam da trapaça. Mas tinha a obrigação de a conhecer em Novembro, quando o negócio se consumou.

O que não é possível é cruzar os braços pela atitude dos titulares das pastas das Finanças e da Economia da altura. Se não leram ou ouviram a informação que lhes foi enviada, foram negligentes. Se leram e não ligaram, foram cúmplices. Se leram e fecharam os olhos por quererem encerrar de vez a venda da TAP e evitar ruído nas eleições legislativas marcadas para duas semanas depois, foram negligentes e cúmplices. Miguel Pinto Luz tratou de colocar o seu futuro político nas mãos do primeiro-ministro, mas ele surge no filme como actor secundário; já Maria Luís Albuquerque representava o papel de ministra de Estado e das Finanças. Tinha de saber que o cumprimento do contrato de David Neeleman estava a ser feito a expensas da própria TAP, não do dinheiro dos compradores. Faria um favor a si mesma, ao Governo e a todos se desistisse da Comissão Europeia. Deixou de ter credibilidade e de sentido de dever para tão nobre função.

Em última instância, cabe a Luís Montenegro decidir. Se agir com um mínimo de sentido de Estado como se lhe exige, não pode aceitar que a tolerância com a negligência ou a cumplicidade se cole ao seu Governo. Uma decisão dura salva-o do contágio de um caso que, por se basear em noções de dignidade, decência e legalidade, não vai parar tão cedo. Porque, e bem, este é daqueles casos políticos que se colam de forma indelével à pele de quem os pratica. E de quem os tolera. Há-de haver crítica atrás de crítica, revelação atrás de revelação, comissões parlamentares de inquérito, suspeitas, anátemas, movimento e drama sem fim.

Nada será capaz de reparar o dano de imagem e de credibilidade que a negociata da TAP causou. Haja ao menos coragem de dizer aos cidadãos que ofensas e danos destes têm consequências políticas. Que são assumidos e penalizados. Como nada indica que a auditoria da IGF seja um arrazoado de invenções, pelo contrário, o problema não se repara encolhendo os ombros, dizendo que não há nada de novo ou esperando que o tempo cure a pústula.

Os cidadãos sabem através de uma instância do Estado que um governo se submeteu aos ditames de uns espertalhões que compraram uma companhia nacional sem terem de a pagar com o seu dinheiro. Apesar da ardilosa complexidade do capital social, dos contratos cruzados ou dos suprimentos, sabem o que se passou. Dar prémios a quem penalizou o interesse nacional é uma segunda tentativa de os fazer passar por parvos.

Por motivo de férias do autor, a Memória Futura regressa no próximo dia 18

Jornalista

PS não admite ceder um milímetro na discussão da descida do IRC

Voto contra do PS ao Orçamento do Estado para 2025? Socialistas não aceitam aproximar posições com o Governo da AD nem no IRC, nem no IRS Jovem

Ana Sá Lopes

Haverá possibilidade de o PS se aproximar das posições do Governo para a viabilização do Orçamento do Estado? Ao que o PÚBLICO sabe, só se o Governo deixar mesmo cair a diminuição do IRC e o IRS Jovem. A direcção socialista rejeita qualquer solução intermédia para o IRC e recusa totalmente moderar a proposta do IRS Jovem do Governo.

As condições socialistas tinham sido formuladas pelo secretário-geral no domingo, na *rentrée* do PS, na Academia Socialista, em Tomar.

Mas se, numa negociação, as condições costumam ser um "princípio de conversa" – que podem vir a ser alteradas durante as negociações para se chegar a um "meio caminho" de forma a conseguir um acordo –, desta vez não será assim.

O PS está totalmente inflexível em não aceitar qualquer descida do IRC, dificultando nesta matéria um acordo com o Governo.

Em 2013, o PS, sob a liderança de António José Seguro, acertou com o Governo uma descida progressiva do IRC, após longas negociações. Em contrapartida pela redução do IRC de 25% para 23%, os socialistas conseguiram o compromisso de um futuro desagravamento do IRS e do IVA.

A taxa de IRC acordada então entre PS e Governo deveria baixar, segundo o que ficou definido, para 21% a partir de Janeiro de 2015 e ficar abaixo dos 20% (num intervalo entre 19% e 17%) em 2016.

No entanto, já sob a liderança de António Costa, o PS rompeu o acordo, recusando eliminar a descida de 23% para 21%. Escreveu o PS ao justificar a ruptura: "Não se coaduna com o acordo a que chegaram Governo e Partido Socialista, visto tratar-se de uma redução percentual não consentânea com a descida do IRS." O PS considerava ainda, quando rompeu o acordo, que se tratava de uma proposta "claramente impulsora de injustiça social", defendendo que IRC e IRS deveriam ser revistos ao mesmo tempo.

Ainda enquanto candidato único à liderança do PS, em 17 de Outubro de 2014, António Costa demarcou-se também da proposta de redução do IRC – no programa *Quadratura do Círculo*, onde era comentador – afirmando que "se houvesse margem para a redução do IRS" deveria ser essa a opção, em detrimento da descida de IRC.



DANIEL ROCHA

O secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, está mais inflexível nas negociações

Com o PS inflexível em matéria de IRC e IRS Jovem, não estando disponível para encontrar um "ponto intermédio" que permita chegar a um consenso com o Governo nestas propostas, se o Governo insistir nelas – o que parece mais ou menos claro e até tem maioria parlamentar para as aprovar, com o Chega no caso do IRS Jovem e com Chega e Iniciativa Liberal no caso do IRC –, a possibilidade de o PS votar contra o Orçamento do Estado do Governo aumenta substancialmente.

Afinal, é o resultado óbvio depois de o PS considerar que estas duas medidas-emblema do Governo são, para os socialistas, "inegociáveis".

A palavra "irrevogável" pode ter más conotações na história da política portuguesa – Paulo Portas anunciou a sua demissão "irrevogável" do Governo e depois revogou-a –, mas André Ventura insiste no adjectivo, propositadamente ou não, para voltar a afirmar que está fora das negociações com o Governo para o Orçamento do Estado.

Ventura tem insistido nesta tecla desde sexta-feira passada, quando o *Expresso* noticiou a troca de correspondência entre o secretário-geral do PS e o primeiro-ministro.

"O Governo mentiu-nos, o senhor primeiro-ministro mentiu, o Governo traiu-nos. É assim que nos sentimos", disse André Ventura, repetindo o discurso de sexta-feira, o de que o Governo e a AD "foram apanhados a negociar" com o PS. "O país sabe que estão a negociar e Pedro Nuno Santos está na dúvida entre ser oposição e ser muleta do Governo", disse Ventura.

Apesar de dar uma no cravo ao dizer que fica de fora das negociações do Orçamento – "é certo e irrevogável" –, André Ventura dá outra na ferradura afirmando que o Chega continuará a ser "construtivo": "Levaremos ao Orçamento do Estado as propostas que temos de levar para mudar o Orçamento."

A vitimização foi a tónica principal das declarações de ontem, um *remake* de sexta-feira. "O Chega deu tudo a este Governo para podermos ter um Orçamento do Estado. Tudo. Toda a abertura, toda a negociação. Em todos os temas, inclusive no da imigração, que como se sabe é sensível para o Chega", disse Ventura.

A SIC Notícias divulgou na tarde de ontem uma informação do gabinete do primeiro-ministro segundo a qual não existiu "troca de correspondência com o Partido Socialista". O gabinete confirma que Luís Montenegro recebeu uma carta do secretário-geral do PS antes de Agosto, mas que não respondeu, nem por via postal, nem por telefone.

O gabinete do primeiro-ministro confirmou à SIC Notícias que a carta que André Ventura, o líder do Chega, enviou ao primeiro-ministro na segunda-feira ainda não chegou à caixa de correio de São Bento. Tendo em conta a proximidade dos gabinetes de André Ventura no Palácio de São Bento e o de Luís Montenegro na residência oficial do primeiro-ministro, que é contígua ao palácio, a morosidade dos correios continua a ser um problema nacional.

BE deixa Esquerda Europeia e funda Aliança com mais seis partidos

João Pedro Pincha

Catarina Martins é uma das co-líderes da nova formação política europeia, de que fazem parte, entre outros, A França Insubmissa

O Bloco de Esquerda e outros seis partidos de vários países desvincularam-se do Partido da Esquerda Europeia (PEE) e estão a criar um novo partido europeu, a Aliança da Esquerda Europeia pelo Povo e pelo Planeta.

O pedido de registo da nova formação política entrou na Autoridade para os Partidos Políticos Europeus a 29 de Agosto, acompanhado por um documento em que Mariana Mortágua e Catarina Martins declaram a adesão do Bloco a este partido.

A antiga coordenadora do BE, agora a única eurodeputada do partido depois das eleições europeias de Junho, é uma das co-presidentes da Aliança. Dela fazem parte mais seis partidos que ganharam preponderância política na última década: A França Insubmissa (França), o Podemos (Espanha), o Razem (Polónia), a Aliança Vermelha Verde (Dinamarca), o Partido da Esquerda (Suécia) e a Aliança de Esquerda (Finlândia).

Todos estes partidos integram, por sua vez, uma plataforma chamada Agora o Povo, criada em 2018 em Lisboa por Catarina Martins, Pablo Iglesias e Jean-Luc Mélenchon, e de que fazem parte ainda o Die Linke (A Esquerda, Alemanha) e a Sinistra Italiana (Esquerda Italiana, Itália). Uma fonte autorizada do BE diz ao PÚBLICO que esta plataforma apresentou "um manifesto comum" às últimas duas eleições europeias, em 2019 e 2024, e era "o espaço natural" para o nascimento de um novo partido.

Antes das eleições europeias deste ano, escreveu recentemente o Politico, as tensões no seio do Partido da Esquerda Europeia "atingiram um ponto de ruptura". Entre outros assuntos, a abordagem à invasão russa da Ucrânia foi um dos pontos que geraram discórdia entre partidos da esquerda tradicional e os representantes da chamada nova esquerda.

O próprio Bloco já o admitira, em Junho, numa resolução da sua mesa nacional: "Não é segredo que a invasão da Ucrânia pela Federação Russa trouxe contradições de monta ao grupo parlamentar, desde logo porque alguns partidos não condenaram a agressão e outros ainda tiveram posições de ambiguidade e neutralidade, mesmo que disfarçadas sob uma pretensa bandeira da paz."

DANIEL ROCHA



Catarina Martins foi eleita eurodeputada em Junho

Foi nesse documento, aliás, que o partido anunciou a desfiliação do Partido da Esquerda Europeia e a intenção de "constituir, na oportunidade possível, um novo partido político europeu". Isto porque, na leitura bloquista, "o campo da esquerda verde europeia deve reforçar-se e organizar-se" e o PEE "deixou de cumprir essa tarefa, vendo agora a sua capacidade política enfraquecida por uma fragmentação interna". A resolução afirmava que o Bloco "não pode mais rever-se nas formas de funcionamento do PEE".

Nas europeias deste ano, o grupo da esquerda no Parlamento Europeu, constituído por diversos partidos, ganhou nove deputados face ao mandato anterior (tem agora 46 membros). Segundo a resolução do Bloco, "os partidos da plataforma Agora o Povo são largamente maioritários" nesse grupo parlamentar.

A formação desta Aliança não significa uma ruptura com o grupo – que o novo partido vai continuar a integrar –, mas uma mudança no seu equilíbrio de forças. O BE quer, por exemplo, "impedir que o veto de um só partido possa paralisar as decisões colectivas" e está contra a permanência no grupo de "partidos ditos de esquerda mas com posições anti-imigração ou posições negacionistas da emergência climática, ou da necessidade de vacinas, ou simpatias com a ditadura de Putin".

Montenegro segura Pinto Luz no caso TAP e diz que ministro "está fortalecido"

Primeiro-ministro não vê "novidade" no relatório da IGF sobre venda da TAP e mantém ministro à frente de nova venda da empresa

O primeiro-ministro, Luís Montenegro, elogiou o ministro das Infra-Estruturas, Miguel Pinto Luz, que disse estar "fortalecido pelo excelente trabalho" que tem feito, e considerou que o relatório da Inspecção-Geral das Finanças (IGF) sobre a TAP "não tem nenhuma novidade".

O chefe de Governo demorou 24 horas a reagir à divulgação pública do relatório da IGF, que recomendou o envio das conclusões para o Ministério Público, mas acabou por segurar o seu ministro que, à data dos factos, era secretário de Estado das Obras Públicas.

Na terça-feira à noite, à entrada para um encontro com militantes do PSD-Lisboa, no âmbito da recandidatura à liderança da presidência do partido, Luís Montenegro foi questionado pela comunicação social se mantinha a confiança política no ministro das Infra-Estruturas.

"Nós estamos a governar o país com o intuito de cumprir toda a legislatura e, portanto, para levar este Governo até Agosto, Setembro ou Outubro de 2028, com a expectativa de levar a bordo todos os membros do governo", afirmou.

Perante a insistência sobre se o ministro não ficava enfraquecido, como defendeu a oposição, para prosseguir com o processo de privatização da TAP, Montenegro respondeu: "Miguel Pinto Luz está fortalecido pelo excelente trabalho que tem feito como ministro das Infra-Estruturas e da Habitação."

Já sobre o relatório da IGF, considerou que "não traz nenhuma novidade face a outros relatórios," e salientou que já foi enviado pelo Governo "quer para a Assembleia da República, quer para o Ministério Público".



Luís Montenegro desvalorizou conclusões do relatório da IGF sobre a venda da TAP em 2015

Segundo a auditoria, o negócio de compra da TAP pela Atlantic Gateway, consórcio de David Neeleman e Humberto Pedrosa, foi financiado com um empréstimo de 226 milhões de dólares feito pela Airbus, em troca da compra pela companhia aérea nacional de 53 aviões à construtora aeronáutica europeia.

Vários partidos, incluindo o PSD, entregaram pedidos de audição do ministro das Infra-Estruturas, Miguel Pinto Luz, à data secretário de Estado das Infra-Estruturas, Transportes e Comunicações no segundo Governo liderado Pedro Passos Coelho, que caiu após o seu programa ter sido chumbado no Parlamento, mas que concluiu o processo de privatização da TAP, em 2015. **PÚBLICO/Lusa**

PGR queixa-se de "pérfidos desígnios" na justiça

A procuradora-geral da República rejeitou propostas "imponderadas e imprevisíveis" de reforma do Ministério Público

A procuradora-geral da República (PGR) rejeitou ontem propostas "imponderadas e imprevisíveis" de reforma do Ministério Público (MP), "a reboque do ribombar dos tambores da ignorância", e afirmou que o distanciamento histórico avaliará o seu mandato.

Na cerimónia de posse de cerca de 70 novos procuradores-gerais adjuntos (PGA), que decorreu ontem à tarde nos jardins da Procuradoria-Geral da República, em Lisboa, Lucília Gago, que sublinhou que esta seria "previsivelmente a última cerimónia oficial" a que presidiria, fez um balanço dos seis anos de mandato.

O mandato termina em Outubro, mas antes a procuradora-geral será ouvida no Parlamento, na próxima semana.

"A história, com o imprescindível distanciamento, encarregar-se-á de caracterizar e avaliar o período transcorrido desde finais de 2018 a Outubro que agora espreita, incluindo tudo o que na área da justiça e na actividade do MP ele conteve de único, pelas melhores e pelas piores razões", disse Lucília Gago perante o auditório de PGA recém-empossados.

A procuradora-geral fez um discurso duro dirigido aos críticos da actividade do MP, manifestando "um misto de surpresa e prudente gáudio" por constatar "o súbito e o muito recente interesse que a actividade do Ministério Público na sua globalidade aparenta hoje despertar".

No "ocaso [do mandato] e na antecâmara de novos tempos", Lucília Gago disse identificar nos olhares dos magistrados perante si "o reavivar da esperança do efectivo reconhecimento da essencialidade do MP na arquitectura do sistema, com tudo o que nesse reconhecimento está implícito", mas não só.

"Também nesses olhares identifico com nitidez a esperança na rejeição da miragem por alguns apontada de reformas imponderadas quanto ao conteúdo e imprevisíveis quanto aos resultados a reboque do ribombar dos tambores da ignorância e da superficialidade ou de uma contagiante e incauta maledicência enraizada em pérfidos desígnios", disse. **Lusa**

A restrição orçamental e a eliminação das portagens de autoestradas

Opinião



Aníbal Cavaco Silva

1. Interrogo-me sobre se os políticos portugueses sabem da existência da restrição orçamental.

No domínio do sistema de finanças públicas, a restrição orçamental (*government budget restraint*, em língua inglesa) é um conceito que nos diz que, em um determinado período, a variação das despesas do Estado (G) é igual à variação das receitas públicas (T) – principalmente impostos – mais a variação da dívida pública (D), isto é, $\Delta G = \Delta T + \Delta D$.

Não se trata de mera teoria, como podem pensar alguns. É uma identidade contabilística: verifica-se sempre. A ela nenhum governo pode fugir.

Aumentar a despesa pública sem aumentar as receitas do Estado ou a dívida pública é uma impossibilidade. Reduzir os impostos implica uma redução compensadora da despesa pública ou um aumento da dívida pública.

Com a integração de Portugal na zona euro, a possibilidade de o Governo decidir financiar despesas públicas com criação de moeda desapareceu. Por outro lado, perante a dimensão da dívida pública portuguesa e a necessidade de cumprir as regras europeias de disciplina orçamental, é sensato que os nossos decisores políticos metam na cabeça que o recurso a empréstimos deve ser excluído como meio de financiamento de um aumento da despesa pública ou de uma redução das receitas do Estado. Isto é, convém que pensem que a restrição orçamental se reduz à igualdade entre as variações da despesa e da receita ($\Delta G = \Delta T$).

No fundo, a restrição orçamental é a expressão analítica da afirmação corrente de que "não há almoços grátis".

2. O conceito de restrição orçamental é de tal forma importante para uma análise correta das políticas com incidência no orçamento que eu próprio lhe dediquei as primeiras páginas de um livro que publiquei no estrangeiro sobre os efeitos da dívida pública.

Na prática, a determinação dos efeitos da aprovação de uma política orçamental específica é



PAULO PIMENTA

tarefa difícil. Exige a especificação da variação compensadora de impostos ou de despesa pública que não pode deixar de a acompanhar.

Importa, no entanto, não ignorar a restrição orçamental, principalmente quando estão em causa decisões de muitos milhões de euros. O reconhecimento da sua existência e tê-la em devida conta melhora a qualidade da análise e das decisões sobre políticas específicas, como o ilustra um exemplo de atualidade: a eliminação das taxas de portagem de autoestradas, sete do interior e a da Via do Infante, no Algarve.

Como não há almoços grátis, a perda de receita de muitos milhões de euros que daí resulta é inevitavelmente acompanhada por mais impostos ou redução de despesa pública.

Quem são os grupos ganhadores diretos e os grupos perdedores da eliminação das portagens?

Ganhadores:

– utilizadores particulares portugueses, estrangeiros e entidades empresariais.

Perdedores:

– contribuintes nacionais, utilizadores e não utilizadores das autoestradas, chamados a pagar mais impostos;

ou

– cidadãos e entidades nacionais, utilizadores e não utilizadores das autoestradas, atingidos pela redução da despesa pública que financia a eliminação das portagens.

Em termos líquidos – diferença entre ganhos e perdas – quem fica claramente a perder é o grupo dos não utilizadores das autoestradas em questão, onde se destacam os portugueses que não possuem veículos motorizados.

Resulta daqui a conclusão óbvia de que a eliminação das portagens é uma medida regressiva: são os grupos de baixos rendimentos que proporcionalmente perdem mais. O seu nível de bem-estar seria maior se a medida não tivesse sido tomada.

(Recordo que falar de efeitos da eliminação das portagens é, por definição, fazer a comparação entre duas situações do país, no mesmo período, com e sem essa medida.)

A conclusão de que a eliminação das portagens é negativa para os grupos de baixos rendimentos não é alterada mesmo que se suponha que tem algum fundamento credível a ideia de que as portagens são um fator determinante do investimento no interior do país e que daí resultará mais crescimento económico no futuro.

Esta conclusão também não se altera se essa medida for financiada pelo aumento automático da receita fiscal resultante do crescimento da economia, o chamado dividendo fiscal.

> **Como não há almoços grátis, a perda de receita de muitos milhões de euros que daí resulta é inevitavelmente acompanhada por mais impostos ou redução de despesa pública**

3. Pelo que fica demonstrado, não deixa de ser surpreendente que a eliminação das portagens tenha sido entusiasticamente aprovada na Assembleia da República pelos deputados dos partidos de esquerda, supostamente defensores dos grupos de baixos rendimentos.

Esses partidos nem se preocuparam em fazer uso da possibilidade de limitar a eliminação das portagens aos residentes permanentes das regiões do interior, o que atenuaria a regressividade da medida. E foram ao ponto de incluírem a autoestrada do Algarve, a Via do Infante, em que uma simples análise do número e do tipo dos seus utilizadores evidencia o elevado grau de regressividade da medida.

Não quero acreditar que, numa cedência ao populismo, os partidos de esquerda tenham aprovado a eliminação das portagens pensando que aquilo que interessava politicamente era a popularidade da medida, já que as pessoas não se apercebiam da injustiça que a acompanhava. Acredito, sim, que o fizeram por falta de informação.

Os assessores económicos dos respetivos grupos parlamentares tinham a obrigação de saber da existência da restrição orçamental e de para ela chamarem a atenção dos deputados, de modo a que as suas decisões fossem mais consentâneas com a ideologia que perfilham.

Fica aqui feita uma demonstração sintética da regressividade da medida, independentemente das justificações que os partidos que a aprovaram possam inventar para salvar a honra do convento.

O caso da eliminação das portagens ilustra como, para a melhoria da qualidade das análises e das decisões políticas em matéria de política orçamental, pode ser útil o conhecimento de alguns conceitos importantes da Teoria das Finanças Públicas, de que Richard Musgrave continua a ser o génio maior.

Desta forma, poderão evitar-se decisões que aumentem a desigualdade entre os portugueses, penalizando especialmente aqueles com mais baixos rendimentos.

Presidente da República entre 2006 e 2016

Vão ser criados 20 “centros de saúde” geridos pelos privados e sector social

Governo garante que haverá restrições que impeçam que médicos de centros de saúde ou USF modelo B transitem para este modelo, “canibalizando” o SNS

Alexandra Campos, Daniela Carmo e Gina Pereira

A ministra da Saúde, Ana Paula Martins, anunciou ontem, em conferência de imprensa para balanço dos primeiros três meses do Plano de Emergência e Transformação na Saúde, que vão ser criadas 20 unidades de saúde familiar (USF) modelo C em Lisboa, em Leiria e no Algarve que serão atribuídas por concurso aos privados e ao sector social para dar resposta a cidadãos que não têm médico de família. Por reconhecer que as pessoas estão pouco familiarizadas com estas “siglas”, a ministra simplificou, chamando-lhes “centros de saúde”. As críticas não tardaram: no Parlamento, PS, BE, PCP, Livre e PAN consideram que este novo modelo vai “canibalizar o SNS” e aumentar o investimento no privado; Constantino Sakellarides, antigo director-geral da Saúde, fala num “disparate” que irá “retirar recursos ao SNS” (ler texto ao lado).

A abertura destas unidades – que actualmente funcionam nos centros de saúde públicos com equipas de médicos, enfermeiros e secretários clínicos – aos sectores privado e social já está prevista na lei desde há muito, mas nunca tinha avançado. Dez destas unidades vão ser criadas em Lisboa, cinco em Leiria e cinco no Algarve por serem as zonas mais carenciadas no país. O decreto-lei que formaliza a criação destas USF modelo C vai ser aprovado hoje em Conselho de Ministros, e duas destas unidades serão iniciadas já “com municípios”, que são para este Governo “parceiros estratégicos e fundamentais na saúde de proximidade”.

A ministra garantiu que o objectivo é continuar a alargar o modelo das USF modelo B – que “continua a ser prioritário e “tem revelado resultados muito promissores” –, mas disse que enquanto o país não estiver todo coberto com este tipo de USF, o Governo entende que deve optar por “medidas complementares”. Ana Paula Martins acredita que as USF C podem ser atractivas para determinadas regiões ou faixas etárias, como médicos mais jovens ou reformados que se queiram associar em cooperativas.

A secretária de Estado da Gestão da Saúde, Cristina Vaz Tomé, admite que o Governo tem preocupações com o risco de a criação das USF modelo C vir a “canibalizar” os profissionais que trabalham actualmente no SNS, pelo que o decreto irá prever restrições que impeçam que médicos em funções em centros de saúde ou USF modelo B transitem para este novo modelo, que terá outro tipo de incentivos associados ao desempenho.

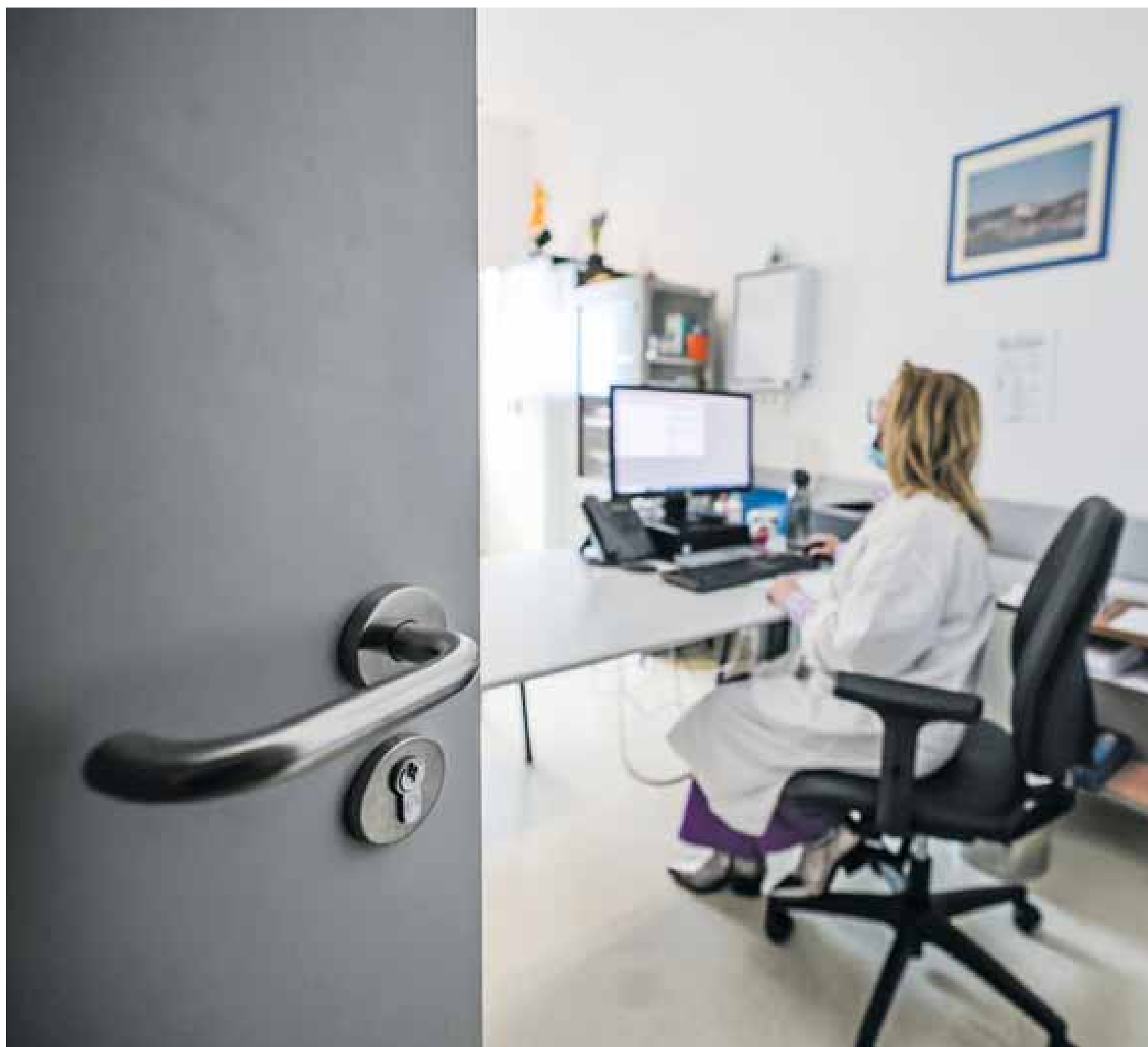
Uma administração já caiu

“Vamos criar formas de condicionar temporariamente, mas, por outro lado, vamos querer captar os recém-especialistas”, explicou Cristina Vaz Tomé, dizendo que o objectivo é “não esvaziar o SNS”, nem criar competição entre os diferentes modelos de resposta existentes. A secretária de Estado reafirmou que o objectivo é, até ao final do ano, conseguir dar médico de família a mais 200 mil portugueses, quer com a actualização dos contactos em curso no Registo Nacional de Utentes, quer com novas parcerias com o sector privado e social.

Na conferência de imprensa, Ana Paula Martins reconheceu que nem tudo correu bem nestes primeiros três meses de implementação do plano de emergência. “No último domingo, tivemos 17 urgências de portas fechadas, a grande parte de obstetrícia, e isto não pode acontecer”, reconheceu. E voltou a apontar o dedo às administrações das unidades locais de saúde (ULS), que, em seu entender, “têm de garantir a sua missão de saúde pública e uma gestão eficaz dos seus quadros”.

Ao fim do dia, ficou a saber-se que a direcção executiva do Serviço Nacional de Saúde decidiu afastar o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde Almada-Seixal (ULSAS), que inclui o hospital Garcia de Orta, um dos que têm tido mais constrangimentos na margem Sul do Tejo nos últimos tempos. para suceder a Teresa Luciano foi convidado o socialista Jorge Seguro Sanches, que foi secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, de 2019 a 2022, e da da Energia, de 2015 a 2018, em governos liderados por António Costa.

A ministra também disse estar preocupada com o número de bebés nascidos em ambulâncias este ano. “No próximo Verão esta situação não poderá voltar a acontecer”, disse, para garantir que a tutela vai continuar a trabalhar naquela que classificou como a “verdadeira reforma da obstetrícia”. “É uma transformação estrutural ambiciosa, mas realista”, disse, garantindo que não irá desistir perante eventuais resistências. “Uma coisa posso garantir, não nos vamos resignar perante as dificuldades”, afirmou.



Ana Paula Martins fala numa “transformação estrutural ambiciosa” e garante que não se irá “resignar perante

Urgências metropolitanas de obstetrícia vão avançar em Lisboa e Vale do Tejo e Setúbal

A ministra da Saúde anunciou que as urgências de obstetrícia e ginecologia da região de Lisboa e Vale do Tejo e da península de Setúbal, onde nos últimos meses se tem concentrado a maior parte dos encerramentos, vão passar a funcionar num regime de urgências metropolitanas, com rotação de profissionais, embora não tenha detalhado quando é que a medida irá entrar em vigor.

“Em Lisboa e Vale do Tejo, e nomeadamente em Lisboa e na península de Setúbal – não excluímos, naturalmente, outras zonas –, em conjunto e sempre em conjunto com os hospitais, com os profissionais e com os autarcas, encontraremos forma de garantir que os recursos se organizem em urgências metropolitanas”, disse Ana Paula Martins, durante a apresentação do balanço do plano de emergência e transformação da saúde.

Na prática, trata-se de replicar na especialidade de ginecologia/obstetrícia um modelo de urgências rotativas por especialidade que já existe no Norte do país há vários anos para algumas especialidades, como a pediatria e a psiquiatria, e que em Lisboa vigora na oftalmologia e gastrenterologia.

A ministra garantiu que não está à espera de mais nenhum relatório para tomar decisões, apesar de ter nomeado uma comissão presidida por Alberto Caldas Afonso para reorganizar as urgências obstétricas. “Queria referir que não estamos à espera de mais um relatório, porque relatórios já existem muitos e estão muito bem estudados”, afirmou Ana paula Martins, revelando que o reajustamento do número de obstetras por equipa em função do número de partos já avançou e que haverá também associado à linha grávida do SNS24 um segundo momento de triagem, a cargo de um enfermeiro especializado.

DANIEL ROCHA

…e as dificuldades"

Questionada sobre que reforço terá a área da ginecologia e obstetrícia, Ana Paula Martins assegurou que está a ser estudado um "modelo de remuneração e de incentivos para voltar a atrair as equipas de obstetrícia para o Serviço Nacional de Saúde (SNS)", que tem vindo a perder profissionais. A ministra adiantou que a medida está entre as primeiras a serem aplicadas, a par da adaptação do número de médicos necessários para manter os blocos de partos abertos, que já está em funcionamento, que foi feito "em colaboração com o colégio de obstetrícia da Ordem dos Médicos".

As mudanças a implementar nesta área estão a ser estudadas pela tutela em conjunto com a comissão criada para reorganizar as urgências obstétricas, liderada por Caldas Afonso, e deverão ser implementadas até ao final do primeiro trimestre do próximo ano.

No que respeita ao plano para recuperar as cirurgias oncológicas que ultrapassavam os tempos máximos de resposta garantidos (TMRG), o OncoStop2024, entre 1 de Maio e 30 de Agosto, foram realizadas 25.800 cirurgias oncológicas a doentes com cancro. De acordo com o balanço, este valor representa um crescimento na ordem dos 15,8% face às cirurgias realizadas no período homólogo de 2023.

Outros anúncios

Arranca este mês

Vacinação covid e gripe

A campanha de vacinação sazonal do Outono-Inverno de 2024-2025 começa entre a terceira e a quarta semana de Setembro, sendo que as pessoas com mais de 85 anos vão receber a vacina da gripe reforçada com o objectivo de evitar os internamentos e pressão adiccional sobre os hospitais do SNS. Além disso, a partir de 1 de Outubro os recém-nascidos vão passar a ser imunizados gratuitamente contra o vírus sincicial respiratório (VSR), quer nasçam em maternidades públicas, privadas ou do sector social. De acordo com informação anterior do Governo, serão também imunizadas retroactivamente "as crianças nascidas entre 1 de Agosto de 2024 e 30 de Setembro de 2024" e "as crianças com factores de risco definidos".

Pagar mais a convencionados

Ecografias

Os valores pagos pelas ecografias obstétricas aos privados vão aumentar substancialmente, uma vez que as grávidas têm tido muitas dificuldades para fazer as ecografias do primeiro, segundo e terceiro trimestres de gestação porque os preços pagos pelo Estado nos acordos e convenções com os privados não são atractivos. Nas ecografias do primeiro trimestre, o preço vai passar a ser de 70 euros, mais 59,70 euros do que actualmente. Nas do segundo trimestre, as morfológicas, o aumento será de 81 euros, passando estas a custar ao Estado 120 euros. Nas de terceiro trimestre, a subida é de 50,5 euros, para um total de 70 euros. Com estes aumentos, o Governo quer convencer os privados a aderirem a mais acordos e convenções com o Estado.

Incentivos

Recrutar médicos obstetras

A ministra disse que o Governo vai estudar com as equipas de obstetrícia um modelo de remuneração e incentivos para tentar voltar a atrair as equipas de obstetrícia para o SNS, porque muitos têm vindo gradualmente a optar por sair para o privado, o que tem agravado a falta de médicos nos hospitais públicos.

Reacções à medida

Privados aplaudem, críticos falam no "início do caminho de privatização"

Alexandra Campos

Antigo director-geral da Saúde critica, enquanto o presidente da associação de hospitais privados aguarda por mais detalhes

Foi no meio de um coro de críticas, mas com pelo menos um aplauso, que o anúncio de criação de 20 unidades de saúde familiar modelo C geridas pelos sectores privado e social foi recebido. Serão, para simplificar, e nas palavras da própria ministra da Saúde, "centros de saúde" com médicos e enfermeiros e pessoal administrativo contratados pelo sector privado ou por misericórdias para darem resposta a cidadãos sem médico de família. Em Agosto, eram um milhão e 675 mil os cidadãos nesta situação em Portugal continental e a situação agravou-se desde o início deste ano devido aos atrasos nos concursos de recrutamento dos recém-especialistas em medicina geral e familiar.

Este é "o início do caminho para a privatização" dos cuidados de saúde primários, lamentam os críticos, enquanto o presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, Óscar Gaspar, aplaude com ênfase esta medida que, sublinha, será "a primeira articulação entre o público e privado" concretizada por este Governo.

"As unidades de saúde familiar modelo C não são uma novidade em termos legislativos, já vêm do tempo do ministro Correia de Campos. Estão previstas na lei mas nunca foram implementadas, e o próprio Tribunal de Contas já veio dizer que, quando há tantos portugueses sem médico de família, não se compreende porque não se avança com um instrumento que está previsto na lei. Acho que é uma medida que faz todo o sentido", defende Óscar Gaspar.

Sublinha, porém, que vai ser necessário perceber muitos detalhes que estão por explicar. "Vai ser uma espécie de leilão, como aconteceu com as parcerias público-privadas [PPP] nos hospitais? Os contratos vão ser a três, cinco ou dez anos? Serão financiados por pacote ou *per capita*?", pergunta, lembrando que "os privados ficaram muito traumatizados com a experiência das PPP hospitalares".

Em sentido inverso, tanto o antigo director-geral da Saúde e fundador do Observatório Português dos Sistemas de Saúde Constantino Sakellarides como André Biscaia, presidente da Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar, puseram de imediato em causa a bondade desta medida. "A lógica é criar unidades privadas que concorrem para o financiamento público", considera Sakellarides, lembrando que os centros de saúde, além das USF [que são equipas de médicos, enfermeiros e secretários clínicos que se organizam de forma voluntária para dar resposta a listas de utentes], têm unidades de saúde pública e de cuidados na comunidade, com outros profissionais, como psicólogos e nutricionistas, que pretendem dar uma resposta estruturada à população que servem".

"Encerra imensos perigos"

"Isto é um disparate porque parte do princípio de que as USF são autónomas quando são parte integrante dos centros de saúde, não são uma coisa pendurada na estratosfera", critica Sakellarides. "São soluções rápidas que abrem o caminho para a privatização dos cuidados de saúde primários. É uma lógica errada porque estão a criar soluções privadas que vão retirar recursos ao SNS", antevê.

Ainda mais crítico, o presidente da Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar (USF), André Biscaia, considerou que a atribuição destas unidades aos sectores privado e social é uma tentativa de privatização de cuidados de saúde primários que "encerra imensos perigos". "Estamos a passar para USF modelo C sem saber o que elas são e sem saber a qualidade dos serviços que vão ser prestados. Isso encerra imensos perigos", disse André Biscaia à Lusa.

Pizarro chegou a admitir avançar com este modelo C, mas terá concluído que não havia profissionais disponíveis

Pizarro abandonou a ideia

O anterior ministro da Saúde, Manuel Pizarro, chegou a admitir a hipótese de avançar com este modelo C, unidades eventualmente constituídas por médicos aposentados organizados em cooperativas, mas posteriormente, como explicou em entrevista ao PÚBLICO e Rádio Renascença, terá concluído que "não há profissionais disponíveis". "Se nós avançarmos hoje com as USF modelo C, elas poderão acontecer, num ou noutro local, à custa de profissionais que saem do SNS", argumentou. Pizarro explicou então que "praticamente não há médicos de medicina geral e familiar fora do sistema disponíveis para aderir a este modelo" e que o país "cometeu um grave erro de planeamento, não tendo em conta que estes anos, entre 2020 e 2024, são anos com um volume muito elevado de profissionais a reformarem-se".

A aposta do anterior Governo foi acabar com as quotas anuais e generalizar as USF modelo B – que estão instaladas nos centros de saúde públicos e onde os profissionais são remunerados de acordo com o desempenho –, na tentativa de cativar todos os novos especialistas que se formam por ano e convencê-los a permanecer no SNS.

Quanto aos atrasos na contratação de jovens médicos de família para o SNS, Ana Paula Martins assumiu estar preocupada "com a demora" e assumiu que no concurso de Novembro terão de "alterar a metodologia". Admitiu mesmo voltar ao modelo que vigorava anteriormente de um concurso nacional gerido centralmente.

MANUEL ROBERTO



Em Agosto, havia um milhão e 675 mil utentes sem médico

Famílias dos GNR que morreram podem vir a receber 455 mil euros

Mariana Oliveira

Serão pagas duas indemnizações, uma pelo Estado e outra pela seguradora. Há dúvidas se podem ser cumulativas



PAULA LIMA/LUSA

Quatro dos cinco militares tinham entre um e três filhos e apenas o mais novo não tinha descendentes

As famílias dos militares da GNR que morreram na semana passada na queda de um helicóptero de combate aos incêndios no rio Douro poderão vir a receber 455 mil euros de duas indemnizações, uma, no valor de 205 mil euros, paga pelo Estado, e outra, de 250 mil euros, suportada pelo seguro de acidentes daquela aeronave. Não é, contudo, ainda claro se as famílias vão poder acumular as duas indemnizações.

Isto porque o Estado pode vir a exigir à seguradora do helicóptero os 205 mil euros que irá entregar às famílias, fazendo com que estas recebam apenas os restantes 45 mil euros. Questionada pelo PÚBLICO sobre a questão da acumulação das indemnizações, a Força Aérea, que contratou a empresa que operava a aeronave, remeteu esclarecimentos para a GNR. Já esta força disse ontem à noite que o assunto ultrapassava a sua esfera de competência e que teria que ser colocado à tutela. Não houve tempo para obter uma resposta oficial do Ministério da Administração Interna (MAI), mas é certo que a questão jurídica é complexa e terá que ser analisada com cuidado.

A indemnização paga pelo Estado decorre de um diploma publicado em Julho de 2005, que alterou o regime de compensação por invalidez permanente ou morte aplicável aos membros da GNR, PSP, Polícia Marítima e guarda prisional vitimados em serviço.

O Estado irá compensar com 205 mil euros cada uma das famílias (no total 1.025.000 euros), um montante que corresponde a 250 vezes o salário mínimo nacional, que actualmente está nos 820 euros. Recorde-se que quatro dos cinco militares tinham entre um e três filhos e apenas o mais novo, com 29 anos, não tinha descendentes. Os restantes tinham entre os 34 e os 45 anos. Pertenciam todos ao pelotão de Armamar, que integra a Companhia de Intervenção de Protecção e Socorro de Vila Real. Eram naturais de três municípios diferentes (Lamego, Moimenta da Beira e Castro Daire), todos no distrito de Viseu.

O decreto-lei 113/2005 determina que em caso de morte a compensação "é concedida a quem tiver sido indicado pelo militar". Para tal, o profissional deve no momento do seu ingresso na GNR preencher um formulário onde indica as pessoas a quem deve ser paga a compensação e a percentagem a atribuir a cada um dos beneficiários. "A declaração supracitada tem natureza confidencial e pode ser revogada ou alterada a todo o tempo por iniciativa do declarante", lê-se no diploma.

A declaração é fechada e lacrada e assinada no verso pelo receptor e pelo declarante. Só é aberta em caso de morte do militar. Não existindo declaração ou esta não indicar ninguém, a compensação é atribuída ao cônjuge, não separado judicialmente, ou à pessoa que vivia em união de facto com o falecido, e aos filhos ou outros descendentes. Caso não existam, é entregue aos pais ou outros ascendentes.

No artigo 7.º do diploma refere-se que "quando a morte ou invalidez tenha resultado de acidente de viação imputável a terceiro e cuja responsabilidade civil esteja transferida ou garantida para entidade seguradora, fica o Estado sub-rogado nos direitos dos beneficiários desta indemnização, até ao valor do montante pago". Ou seja, o Estado fica com o direito de receber os 205 mil euros que adiantou aos familiares dos militares.

Esta norma aplica-se a acidentes de viação e não aéreos (muito mais raros), no entanto, pode haver quem entenda que esta situação está abrangida pelo espírito da lei, como admitiu fonte da GNR. Parece, contudo, certo que a decisão final dependerá do que for apurado ao nível da responsabilidade pelo acidente, sendo provável que a análise da questão jurídica leve o MAI a pedir um parecer eventualmente à Procuradoria-Geral da República.

Já relativamente ao seguro de acidentes do helicóptero, que prevê o pagamento de compensações por morte dos passageiros, o PÚBLICO questionou a Força Aérea sobre o montante desta cobertura. Isto porque contratualmente a empresa que operava a aeronave – um Ecureuil AS350 B3+ operado pela HTA Helicópteros que o fretou a uma empresa espanhola – é obrigada a entregar cópia da apólice do seguro à Força Aérea, que contratou o aparelho.

"Sendo um documento da esfera da empresa HTA, não compete à Força Aérea responder à questão", justificou este ramo das Forças Armadas, quando questionado sobre qual o montante da cobertura em caso de mortes. E acrescenta: "Reforça-se que compete à Força Aérea verificar a validade dos seguros, seja em termos processuais seja no cumprimento da legislação em vigor. Assim, neste campo, tal como já informado anteriormente, a HTA fez prova válida daquela documentação, incluindo respectivas exigências legais".

O PÚBLICO já tinha apurado junto de duas fontes do sector aeronáutico, que assinaram contratos semelhantes com a Força Aérea, que o valor da cobertura para os casos de morte é de 250 mil euros por passageiro, o valor que deve ser pago pela seguradora a cada uma das famílias.

Antes a Força Aérea já tinha informado o PÚBLICO que o helicóptero, que estava registado em Espanha e tinha a matrícula EC-LBV, integrava o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais no âmbito de um contrato celebrado entre a Força Aérea e a HTA Helicópteros a 8 de Maio deste ano e que era válido entre 1 de Junho a 15 de Outubro de 2024.

A cláusula 20 daquele contrato, disponível no portal da contratação pública é relativa a seguros. Prevê, refere a Força Aérea, que "é da responsabilidade do adjudicatário [HTA Helicópteros, Lda.] a cobertura, através de contratos de seguro de acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes pessoais sofridos pelo seu pessoal, ou por pessoal dos seus subcontratados, ou ainda por terceiros, desde que no contexto de acções praticadas no âmbito do contrato".

Indemnização a pagar pelo Estado decorre de um diploma de Julho de 2005, que alterou o regime de compensação por invalidez

Montenegro admite que haverá falta de professores

Alojamento a preços comportáveis pelos estudantes é outro dos problemas que não terão solução imediata, advertiu

O primeiro-ministro admitiu ontem que o Governo não pode garantir "de um mês para o outro" que haverá professores para todos os alunos no arranque do ano lectivo ou alojamento estudantil no ensino superior a preço comportável. Luís Montenegro falava na assinatura de acordos entre Governo, ordens profissionais e ensino superior, que se traduzem em mais 709 camas para o alojamento estudantil e na criação de cheques-psicólogo e cheques-nutricionista para estudantes do ensino superio.

"Fazer tudo isto é preparar o país para as próximas décadas, é olhar para acções que muitas delas não têm efeito imediato", afirmou o primeiro-ministro, deixando um lamento a poucos dias do início do ano lectivo. "Infelizmente, senhor ministro da Educação, apesar de todos os esforços que estamos a fazer e que vamos continuar a fazer, não estamos em condições de poder dizer que, de repente, de um mês para o outro, já vai haver professores em todas as escolas e a todas as disciplinas e não vai haver alunos a serem prejudicados por não terem professores pelo menos a uma disciplina", disse.

Da mesma forma, acrescentou, o Governo também não está em condições de dizer que "todos os estudantes que concorreram a um curso no ensino superior vão ter alojamento a um custo comportável para as suas carteiras". No entanto, disse, se o executivo "for solucionando problema a problema com uma visão transversal a comandar", poder-se-ão ir reduzindo as desigualdades no acesso ao ensino, problema que disse inquietálo. "É repugnante, do ponto de vista cívico, que uma pessoa, um jovem, um aluno possa batalhar 12 anos da sua vida em busca de determinado resultado académico (...) e não o consiga concretizar por não ter condições para se alojar perto da instituição. É injusto e não podemos permitir que isso aconteça", defendeu.

O primeiro-ministro considerou que "o maior desafio que o país enfrenta" é ter a capacidade de desenvolver e reter o talento que tem, considerando "muito frustrante" que uma das maiores exportações do país "seja o capital humano a custo zero". **Lusa**

DANIEL ROCHA



Juiz diz que há perigo de fuga por suspeito não ter vínculo ao país

Suspeito do furto na Secretaria-Geral do MAI ficou em preventiva

Sónia Trigueirão

Juiz decidiu aplicar a medida de coacção mais gravosa ao homem de 39 anos, que já tem um extenso cadastro em França

Depois de presente a tribunal para efeitos de primeiro interrogatório judicial, o juiz Jorge Melo decidiu aplicar a medida de coacção mais gravosa ao suspeito do furto na Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (MAI): a prisão preventiva. O homem de 39 anos e natural do Fundão foi detido pela PSP na segunda-feira, por suspeitas da prática de três crimes de furto qualificado.

Contribuiu para a decisão o facto de o indivíduo já estar referenciado pela prática de outros crimes cujos processos decorrem no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa. Além disso, o detido tem já um extenso cadastro em França, onde esteve emigrado cerca de uma década e onde cometeu vários crimes de furto, pelo menos entre 2014 e 2022. Em Lisboa, é conhecido pelas deambulações por várias zonas da Baixa e por ter hábitos de toxicodependência.

O homem não quis prestar declarações e o juiz considerou relevante o facto de já ter antecedentes criminais pela prática de um total de cinco crimes, quatro dos quais contra o património, já tendo, em três ocasiões distintas, sido condenado em pena de prisão efectiva, no período compreendido entre Maio de 2020 e Julho de 2022. Agora, está “fortemente” indiciado pela prática de mais três crimes de furto qualificado, entre Março e Agosto de 2024.

Perante este cenário, estando o detido sem residência fixa e desempregado, o juiz entendeu “fazer-se sentir um manifesto perigo de continuação de actividade criminosa, em face da personalidade do arguido espelhada nos factos, não dando este mostras de pretender cessar o percurso criminoso, um manifesto perigo de perturbação da ordem e da tranquilidade públicas”. Além disso, para o juiz há perigo de fuga porque o arguido “não tem qualquer vínculo ao território português, designadamente vínculo laboral ou vínculo familiar conhecido, pelo que, sabendo indiciado da prática dos crimes objecto dos presentes autos, e da elevada probabilidade de vir a ser condenado em pena de prisão efectiva, seguramente tentar-se-á eximir à acção da justiça, tanto mais que o mesmo já foi condenado no passado pela prática de um crime de evasão”.

Por ter furtado os oito computadores da Secretaria-Geral do MAI, o que corresponde a um crime de furto qualificado, o arguido pode ser condenado a uma pena que vai de dois a oito anos de prisão. Em tribunal foram mencionados, além deste, mais dois crimes.

Sobre o furto dos computadores no dia 28 de Agosto, foram relevantes os depoimentos de duas testemunhas, tendo uma delas referido que viu “um indivíduo a saltar de uns andaimes à data existentes junto ao edifício da Secretaria-Geral do MAI, transportando dois sacos, ambos bastante carregados, trazendo uma mochila às costas e ausentando-se de forma apressada do local”. Em comunicado, o MAI negou que as câmaras de videovigilância estivessem avariadas ou desligadas no dia do furto, mas admite falhas na gravação de imagens.

Amnistia perdoa polícias por discursos de ódio

Dos 11 processos instaurados, três foram suspensos e outros três agentes viram despachos serem reenviados à IGAI

A amnistia aprovada no âmbito da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) perdoou cinco elementos das forças de segurança visados em processos disciplinares da Inspecção-Geral da Administração Interna (IGAI) por alegados discursos discriminatórios, confirmou ontem o Ministério da Administração Interna (MAI).

Em causa estão 11 processos disciplinares instaurados por decisão do ex-ministro da Administração Interna José Luís Carneiro, em 2023, decorrentes do inquérito da IGAI aberto em Novembro de 2022, após as notícias que apontavam para a publicação nas redes sociais de mensagens discriminatórias e que incitariam ao ódio e à violência por parte de centenas de agentes da PSP e militares da GNR.

À Lusa, o MAI adiantou que cinco processos terminaram com a aplicação da amnistia, três “tiveram despachos com aplicação da sanção de suspensão” e os restantes três serão também castigados, mas foram alvo de “despachos a ordenar a sua remessa à IGAI para reformular a acusação (prevendo sanção mais grave do que repreensão escrita agravada) ou o relatório final (prevendo a não amnistia das infracções)”. Quanto aos três elementos das forças de segurança punidos por despacho do MAI, um viu ser-lhe aplicada uma suspensão de 60 dias e outro de 90 dias, ambas suspensas na execução por dois anos, enquanto o terceiro foi castigado com uma suspensão efectiva de 120 dias. “Ficou provado que estes agentes das forças de segurança incorreram na violação dos deveres de prossecução do interesse público, correcção e aprumo”, referiu o MAI.

Sobre os cinco processos amnistiados, Blasco assumiu que as infracções disciplinares não preenchiam o crime de incitamento ao ódio e que estes elementos não tinham sido condenados na justiça, pelo que as infracções não podiam ser qualificadas como muito graves. No entanto, reconheceu que não foi possível aplicar suspensões por força da lei da amnistia. A situação foi denunciada em 2022 por um consórcio de jornalistas que reportaram centenas de perfis de membros das forças de segurança com publicações nas redes sociais com conteúdos discriminatórios.

Herdeiros do Fôjo interpõem providência cautelar mas bar vai abaixo, diz câmara

Município de Esposende e Agência Portuguesa do Ambiente alegam que o bar aberto em 1974, em Fão, tem problemas de salubridade e que há risco de inundação. Advogado da família rejeita alegações

André Borges Vieira

PAULO PIMENTA



Os trabalhos preliminares de demolição começaram na segunda-feira de manhã e ainda decorrem

Está decidido e não há forma de o processo ser revertido. Esta é a garantia dada pelo presidente da Câmara de Esposende, Benjamim Pereira, em relação ao processo de demolição do Fôjo, que começou na segunda-feira de manhã contra a vontade dos herdeiros de Sérgio do "Fôjo", um pescador e poeta popular, que fundou o bar em 1974, em Fão. Os familiares continuam a conservar a esperança de que o processo não termine aqui e interpuseram uma providência cautelar ontem ao final da tarde para que os trabalhos em curso de desmontagem da estrutura construída há 50 anos sejam suspensos.

De um lado, quer preservar-se o legado que Sérgio do "Fôjo" (1948-2019) deixou na margem esquerda do rio Cávado, que muitos da região, e não só, conheceram ao longo de quase cinco décadas. Do outro, alega-se questões de domínio público e de insalubridade para demolir o bar.

O Bar do Fôjo, 50 anos depois de ter começado a funcionar, está em processo de demolição. Em 2015 já tinha chegado um aviso ao estabelecimento, dando conta de que o fim do espaço seria esse. Na altura, após mobilização da população, o bar acabou por continuar aberto, até o proprietário morrer em 2019. Pouco tempo depois, entraram em vigor as restrições impostas pelo Governo na sequência da pandemia e o bar nunca mais abriu. Em cima da mesa estava a possibilidade de a câmara fazer perdurar o legado de Sérgio do "Fôjo".

A família diz que a autarquia se tinha comprometido a mostrar-lhes uma maqueta para uma nova versão do Fôjo, reabilitado, e sugerido que fosse feita uma estátua e escrita uma biografia. Contactado pelo PÚBLICO, o presidente da câmara, Benjamim Pereira (PSD), que a partir de segunda-feira assumirá o cargo de presidente da IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e será substituído na autarquia pelo número dois, Guilherme Emílio, confirma apenas que se tinha falado de uma biografia e de uma estátua e da possibilidade de se continuar com uma festa que era organizada pelo Fôjo. Segundo o mesmo, os familiares recusaram. Algo que os herdeiros dizem que não foi bem assim. Betânia Cardoso, filha de Sérgio do "Fôjo", diz que a recusa se prende com o facto de nunca lhes ter sido apresentada nenhuma maqueta.

Porém, Benjamim Pereira afirma que a demolição avançaria de qualquer forma porque o bar está em Domínio Público Hídrico e por questões de "insalubridade". Em resposta ao PÚBLICO, a APA diz o mesmo: "A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na qualidade de autoridade nacional da água, procedeu a uma vistoria ao local, em conjunto com várias entidades com jurisdição na área, tendo-se verificado o completo estado de abandono e o elevado estado de degradação do bar, constituindo um foco de insalubridade e de risco ambiental face aos resíduos existentes, nomeadamente materiais contendo amianto (resíduos perigosos)." Lê-se ainda na resposta enviada por *email* que o terreno onde está o bar "integra o Domínio Público Hídrico (DPH)".

> **Advogado diz que estar em Domínio Público Hídrico não é motivo porque há outros em igual situação sem ser demolidos**

Betânia Cardoso diz que só depois da pandemia é que o bar ficou sem manutenção porque se esperava pela maqueta. Já o seu advogado, Joel Duarte, diz que o facto de estar em terreno que é DPH não é motivo para demolir o edifício, alegando existirem exemplos de outras estruturas construídas em terrenos semelhantes que não têm ordem de demolição.

Risco de inundação?

A APA, que tem a tutela daqueles terrenos, diz ainda que "a construção em causa não possui qualquer título válido que permita ocupar o espaço do DPH, pelo que a mesma se encontra em situação ilegal, não sendo possível a sua legalização por se considerar que a sua manutenção/reabilitação iria constituir um risco para pessoas e bens, face ao risco de inundação e por constituir um obstáculo significativo ao exercício do direito de servidão marginal, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos". Joel Duarte diz que nunca houve uma cheia que tivesse chegado ao bar, construído numa "zona mais alta".

As máquinas chegaram às margens do rio Cávado na segunda-feira de manhã, horas antes de chegar a resposta da APA a uma segunda pronúncia feita pelo procurador dos herdeiros a um segundo edital da APA, lançado depois de a agência ter suspendido o primeiro. Ainda assim, o presidente da Câmara de Esposende afirma que os trabalhos de demolição não vão parar porque essa pronúncia, considera Benjamim Pereira, já chegou fora de tempo. Algo que o advogado dos herdeiros rejeita veementemente, justificando que se assim fosse, o *email* que recebeu da APA não vinha identificado como sendo uma resposta à pronúncia. O PÚBLICO teve acesso ao documento e em nenhum momento se escreve que a pronúncia não foi aceite pela APA por, alegadamente, não se ter cumprido o prazo.

No final da tarde de ontem, os trabalhos preliminares da demolição tinham terminado ainda com o bar de pé. Benjamim Pereira diz que o bar só vai abaixo quando forem retiradas algumas partes que contêm amianto. "É preciso uma equipa especial para isso", afirma. Mas depois, afirma, as máquinas avançam. O advogado da família confirma ao PÚBLICO que já foi interposta uma providência cautelar. O presidente da Câmara de Esposende diz que ainda não há projectos futuros para o local.

Em 2028 restará uma concessão a longo prazo de parques de estacionamento no Porto

Actualmente, de um total de mais de cinco mil lugares de estacionamento disponíveis da câmara, 1622 estão concessionados

As concessões de três grandes parques de estacionamento no Porto terminarão em 2026 e 2028 e, se não forem renovadas, restará apenas uma concessão de longo prazo, até pelo menos 2040, segundo dados enviados pela autarquia à Lusa.

Actualmente, de um total de mais de cinco mil lugares de estacionamento disponíveis (5079) detidos pela Câmara do Porto (há mais parques de outras entidades espalhados pela cidade), 1622 estão concessionados, distribuídos pelos parques do Castelo do Queijo (276 lugares), Praceta Adelino Amaro da Costa (394), Praça Infante D. Henrique (318), Aviz (250) e Praça D. João I (384).

A próxima a terminar será a do parque de estacionamento do Castelo do Queijo, uma "concessão no âmbito do programa Porto 2001, com término previsto para 31 de Maio de 2026".

Haverá ainda duas concessões a terminar em 2028: a do parque da Praceta Adelino Amaro da Costa, "iniciada em 22 de Outubro de 2008, com duração de 20 anos, sob gestão da Braga Parques", e a da Ribeira (Praça Infante D. Henrique), "iniciada em 15 de Dezembro de 2021, com duração de sete anos, sob gestão do Grupo Saba".

Restará apenas uma concessão a longo prazo, no caso dos parques da Praça D. João I e Aviz, na Rua Pedro Homem de Mello, perto da Avenida da Boavista, com duração até, pelo menos, 2040.

De acordo com a Câmara do Porto, a concessão conjunta foi "assinada em 13 de Novembro de 2020, com duração de 20 anos, sob gestão da ESLI Parques de Estacionamento, SA", porém a do parque D. João I, "anteriormente gerida pela Parquegil, SA, encontra-se pendente de decisão do tribunal arbitral devido a pedido de prorrogação relacionado com os efeitos da pandemia".



Há 11 parques municipais

Se durante os mandatos do independente Rui Moreira foram novamente concessionados os parques da Ribeira, Aviz e D. João I, a autarquia também acabou por recuperar a gestão directa do maior complexo de parques da cidade, que engloba 893 lugares sob as praças de Lisboa, Gomes Teixeira, Carlos Alberto e o Palácio da Justiça.

O complexo no centro histórico do Porto é gerido pela STCP Serviços depois de ter estado concessionado a privados, sucedendo o mesmo com o parque na Praça dos Poveiros, de 278 lugares, que é gerido pela empresa municipal Ágora.

No total, há 11 parques de estacionamento sob gestão municipal, dos quais dois directamente pela Câmara Municipal (Parque de São Roque, 39 lugares para pesados de passageiros, e Parque da Alfândega, com 170 lugares, dos quais seis para pesados de passageiros) e dois pela Ágora (Silo Auto, 800 lugares, e Poveiros, 278).

À STCP Serviços, integrada na Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP), que é controlada maioritariamente pela Câmara do Porto, cabem a gestão dos parques do Terminal Intermodal de Campanhã (230 lugares), Trindade (345), Duque de Loulé (140), Caminhos do Romântico (105), Viela do Anjo (34 avenças), Palácio de Cristal (464) e do complexo dos parques das praças de Lisboa, Carlos Alberto, Gomes Teixeira e Palácio da Justiça (893).

Recentemente foi também aprovada a compra de um parque de estacionamento na zona de Miguel Bombarda, Cedofeita e Carlos Alberto, por três milhões de euros, com capacidade para 249 lugares, "para retirar os carros do espaço público". **Lusa**

Zelensky remodela Governo para dar "nova energia" à Ucrânia

Presidente ucraniano apela directamente a Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e França para levantarem restrições ao uso de armas de longo alcance para atacar território russo

CHRISTIAN HARTMANN/EPA



Paulo Narigão Reis

No dia em que anunciou a maior remodelação do seu Governo desde o início da invasão russa para dar à Ucrânia a "nova energia" de que o país precisa, o Presidente Volodymyr Zelensky apelou directamente a quatro países – Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e França – para levantarem as restrições à utilização de armas de longo alcance para atacar o território da Rússia.

"Com o devido respeito por cada país, precisamos de autorização para utilizar armas de longo alcance dos países que nos fornecem essas armas. Depende deles, não da coligação de todos os países amigos do mundo. Depende de Estados muito específicos: os EUA, o Reino Unido, a França, a Alemanha", disse o Presidente ucraniano numa conferência de imprensa com o primeiro-ministro da Irlanda, Simon Harris, de visita oficial a Kiev.

Insistindo em que apenas estas quatro nações aliadas têm o poder "para resolver os problemas", Zelensky recordou os recentes ataques aéreos da Rússia a Kiev, Poltava, Lviv e Kryvyi Rih. "Todos os dias perdemos pessoas", lamentou o líder ucraniano, salientando que, enquanto a Ucrânia tem de lidar com este problema, a Rússia continua a produzir armas apesar das sanções internacionais. "O Estado russo cria vários esquemas para contornar as sanções", acusou.

"Tudo isto só pode ser travado através de um trabalho conjunto forte e atempado de todos os países que valorizam uma ordem mundial normal e baseada em regras e que querem a paz", disse Zelensky após a assinatura de um acordo de cooperação a dez anos com a Irlanda.

O Presidente ucraniano aproveitou também a conferência de imprensa conjunta com o chefe de Governo irlandês para justificar a alargada remodelação governamental que promoveu e que, até agora, deixou quatro saídas confirmadas e uma quinta a aguardar aprovação parlamentar, a do ministro dos Negócios Estrangeiros, Dmitro Kuleba, um dos rostos mais conhecidos do Governo da Ucrânia desde o início da invasão russa, em Novembro de 2022.

"Estou muito grato aos ministros, e a todo o gabinete, que trabalharam para a Ucrânia durante quatro, ou mesmo cinco anos, mas precisamos agora de uma nova energia", afirmou Zelensky, que já tinha anunciado antecipadamente as mudanças no executivo devido aos grandes desafios dos próximos anos, como a adesão à NATO e à União Europeia.

"Esta decisão está relacionada com o reforço do nosso Estado em várias direcções, e a política internacional e a diplomacia não são excepção", disse o Presidente ucraniano.

Os analistas afirmam que a remodelação do governo ucraniano já estava planeada há algum tempo, mas foi adiada porque Zelensky se concentrou nas conversações com os parceiros ocidentais de Kiev durante o Verão de forma a garantir a continuidade da ajuda militar e financeira.

"Agora, metade do Governo será renovado. Este é o estilo de Zelensky. Ele acredita que os novos ministros vão trazer nova energia, novas abordagens e trabalhar de forma mais activa", disse à Reuters o analista político ucraniano Volodymyr Fesenko.

O analista não acredita que se verifique uma grande mudança na política externa após a saída de Dmitro Kuleba, cuja demissão será hoje discutida no Parlamento de Kiev. Para o seu lugar, Zelensky deverá nomear o até agora o número dois da diplomacia ucraniana, Andrii Sybiha.

A remodelação governamental surge numa altura crucial para a Ucrânia, que tem vindo a perder para a Rússia, ainda que lentamente, território na região de Donetsk. Ao mesmo tempo, os ataques russos com *drones* e mísseis às infra-estruturas energéticas têm causado cortes de energia em todo o país. A audaciosa investida na região russa de Kursk, onde o Exército ucraniano tomou cerca de mil quilómetros quadrados de território, deu um importante impulso moral a Kiev e mostrou aos aliados que a Ucrânia ainda é capaz de surpreender um inimigo militarmente superior.

Ataque russo matou sete pessoas em Lviv

Sete pessoas morreram ontem num ataque aéreo russo à cidade de Lviv, no Oeste da Ucrânia. Entre as vítimas mortais estão uma mãe e as suas três filhas, sobrevivendo só o pai da família.

"No centro da Europa, a Rússia está a eliminar os ucranianos (matando) famílias inteiras. Os russos estão a matar os nossos filhos, o nosso futuro", afirmou Andriy Sadovny, presidente da câmara de Lviv. De acordo com governador da região, Maksym Kozytskyi, 12 pessoas foram resgatadas dos escombros, tendo-se registado pelo menos 64 feridos.

O ataque, segundo a Reuters, envolveu o lançamento de *drones* e mísseis, que atingiram cerca de 70 estruturas, incluindo escolas e hospitais.

Para além de Lviv, a cidade de Kryvyi Rih, na região central de Dnipropetrovsk, foi também atingida por ataques aéreos russos durante a madrugada, causando cinco feridos, entre eles uma criança de dez anos. Segundo o governador da região, Serhiy Lysak, foram destruídas casas e infra-estruturas na cidade.

A Ucrânia foi ainda alvo de vários ataques aéreos que atingiram infra-estruturas energéticas em várias regiões do país.

Antiga ministra do Interior é a primeira baixa na corrida ao lugar de Sunak

António Saraiva Lima

Patel recebeu o menor número de apoios de deputados conservadores britânicos. Jenrick foi o mais votado

A corrida à liderança do Partido Conservador do Reino Unido arrancou ontem com a primeira de uma série de votações em que participam apenas os deputados eleitos nas últimas eleições, realizadas em Julho. Com apenas 14 votos, a antiga ministra do Interior Priti Patel foi a primeira candidata a ser eliminada de um processo que só termina em Novembro.

Representante da ala *brexiteer*, neoliberal e defensora de grandes restrições à imigração para o Reino Unido, Patel viu-se ultrapassada por nomes pertencentes ou associados a essa mesma facção, nomeadamente pelo antigo secretário de Estado da Imigração Robert Jenrick e pela ex-ministra das Empresas e do Comércio Kemi Badenoch. Ainda assim, não se esperava que a ministra que anunciou o polémico plano para enviar requerentes de asilo para o Ruanda em 2022, durante a governação de Boris Johnson, fosse excluída tão cedo.

Numa mensagem publicada nas redes sociais, Patel sublinhou a necessidade de uma "reforma" no partido que dê mais poder aos militantes e que seja capaz de atrair "uma audiência nova e mais nova". Mas não levantou o véu sobre quem vai apoiar.

Com 28 apoios, Jenrick foi o mais votado entre os 118 de um total de 121 deputados que participaram na primeira fase do processo de escolha do sucessor de Rishi Sunak. Mas a vantagem que o deputado – que ganhou protagonismo na opinião pública quando se demitiu do Governo, no ano passado, criticando as políticas migratórias do ex-primeiro-ministro e exigindo a saída do Reino Unido do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos – teve para os restantes candidatos não foi assim tão grande. Ou seja: está tudo em aberto.

Favorita entre os militantes – que irão ter a derradeira palavra na última etapa desta corrida, podendo escolher entre os dois candidatos que sobreviverem às votações dos deputados – e figura de proa do movimento que se posiciona nas guerras culturais como "anti-*woke*", Badenoch ficou em segundo lugar, com 22 votos, seguida bem de perto pelo ex-ministro do Interior e, antes disso, dos Negócios Estrangeiros James Cleverly, que conseguiu 21 apoios.

Em quarto lugar ficou o antigo secretário de Estado da Segurança Tom Tugendhat (17 votos), e na quinta e penúltima posição ficou o ex-ministro do Trabalho Mel Stride (16 votos), que todos apontavam como o principal candidato a ser eliminado na primeira ronda da contenda.

A segunda ronda de votos está agendada para terça-feira da próxima semana e a expectativa é a de que Jenrick e Badenoch passem os próximos dias a tentar convencer os 14 deputados que apoiaram Patel a oferecerem-lhes os seus votos.

Vencedor só em Novembro

De acordo com as regras definidas pelo Comité 1922 – o grupo que representa todos os deputados conservadores na Câmara dos Comuns do Parlamento –, o próximo candidato a ser eliminado já não irá discursar no congresso anual do Partido Conservador, que se realiza entre 29 deste mês e 2 de Outubro. Depois, haverá mais votações exclusivas aos deputados até sobrarem apenas dois candidatos. Nessa altura, abrir-se-á uma votação *online* para os cerca de 170 mil militantes *tories*, que durará praticamente todo o mês de Outubro. No dia 2 de Novembro será, então, revelado o nome do novo líder do Partido Conservador e sucessor de Sunak, que aceitou manter-se no cargo durante mais uns meses depois da dolorosa derrota sofrida pelo partido nas últimas legislativas.

JEFF J. MITCHELL/GETTY IMAGES



Priti Patel é uma das principais aliadas de Boris Johnson dentro do Partido Conservador

A corrida à liderança dos conservadores britânicos realiza-se num dos momentos mais difíceis das últimas décadas para o partido que governou o Reino Unido entre 2010 e 2024 e que tem, agora, de decidir qual o rumo ideológico que vai seguir para voltar a disputar em 2029. Os *tories* obtiveram, em Julho, a pior derrota de sempre em eleições legislativas; perderam milhões de votos para a direita radical e populista de Nigel Farage; e viram o Partido Trabalhista, de Keir Starmer, eleger mais de 400 deputados e conseguir uma "supermaioria" na Câmara dos Comuns.

Após ter tido cinco primeiros-ministros diferentes entre 2016 e este ano (David Cameron, Theresa May, Boris Johnson, Liz Truss e Rishi Sunak), o Partido Conservador ainda não conseguiu encerrar o debate interno que teve como principal consequência a saída do Reino Unido da União Europeia, em 2020, e a sua liderança e influência continuam a ser disputadas entre as diferentes facções que sobreviveram a esse mesmo debate.

As próximas três votações em que participam apenas os deputados conservadores serão decisivas para se perceber quem tem condições objectivas para ambicionar chegar à etapa final, aberta aos militantes. É, ainda assim, bastante provável que a derradeira votação venha a ser disputada entre um representante da ala mais à direita e *brexiteer* (Jenrick ou Badenoch) dos *tories* e outro da sua facção mais moderada (Cleverly, Tugendhat ou Stride).

Incêndio de 2017 na Torre Grenfell em Londres

Inquérito aponta "décadas de falhanços" do Governo e das empresas

Um inquérito sobre o incêndio devastador de 2017 na Torre Grenfell, em Londres, publicado ontem, atribuiu a tragédia a falhas do Governo britânico, do sector da construção civil e, sobretudo, das empresas envolvidas na instalação de revestimentos inflamáveis no exterior do edifício. Setenta e duas pessoas morreram quando o fogo destruiu o edifício de habitação social de 23 andares numa das zonas mais ricas no Oeste da cidade na madrugada de 14 de Junho.

A maior parte da responsabilidade pela catástrofe é atribuída às empresas envolvidas na manutenção e remodelação da torre de apartamentos, às falhas das autoridades autárquicas e nacionais, bem como às empresas que comercializaram "desonestamente" materiais de revestimento combustíveis como sendo seguros. Entre os visados estão os governos conservadores entre 2010 e 2017, a autarquia de Kensington e Chelsea, os reguladores do sector, empresas e indivíduos específicos e até a unidade de bombeiros local, impreparada para lidar com incêndios em edifícios altos.



Relatório sobre incêndio que matou 72 pessoas sublinha "desonestidade" de várias entidades

"O incêndio na Torre Grenfell foi o culminar de décadas de falhanços do Governo central e de outros organismos em posições de responsabilidade na indústria da construção", lê-se no relatório de 1700 páginas.

Os sobreviventes e familiares dos que morreram têm exigido que os responsáveis sejam levados à Justiça e sejam acusados criminalmente. Mas, embora a polícia tenha informado que 58 pessoas e 19 empresas e organizações estão a ser investigadas, os processos judiciais – incluindo por homicídio involuntário e fraude – arrastam-se há anos devido à complexidade do caso e à necessidade de se ter em conta as conclusões deste inquérito.

O incêndio foi provocado por uma avaria num frigorífico. As chamas propagaram-se de forma incontrolável, principalmente porque a torre tinha sido coberta, durante uma remodelação em 2016, com revestimentos feitos de material compósito de alumínio inflamável.

Os testemunhos angustiantes, incluindo os dos que morreram enquanto esperavam pelas equipas de salvamento e que, seguindo as suas orientações, não abandonaram o edifício, provocaram fúria e um enorme debate nacional.

Brasil, Colômbia e México forçam via diplomática na Venezuela

Leonete Botelho

Presidentes Lula, Petro e Obrador marcam encontro virtual com Maduro para ultrapassar crise pós-eleitoral


MIGUEL GUTIERREZ/EPA

Relatório da HRW implica forças de segurança do regime de Maduro nas mortes durante os protestos

Os presidentes do Brasil, Colômbia e México estão a promover a realização de um encontro virtual com o seu homólogo venezuelano, Nicolás Maduro, para tentar dar um sinal de que ainda existe uma via diplomática para ultrapassar a polémica pós-eleitoral na Venezuela.

O diálogo "confidencial" foi anunciado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Colômbia, Luis Gilberto Murillo, na terça-feira, após o regime chavista ter emitido um mandado de prisão contra Edmundo González Urrutia, o principal candidato da oposição a Maduro que reivindica a vitória nas eleições presidenciais de 28 de Julho.

"Provavelmente, amanhã poderá ser realizada uma reunião dos três presidentes com o Presidente Maduro para expressar suas posições" sobre a situação política, disse Murillo à Rádio W da Colômbia, citado pelo Noticiero Digital da Venezuela.

Além disso, o ministro colombiano deixou claro que os presidentes não desejam "limitar a possibilidade de mediação ou facilitação", sublinhando a necessidade de alguns países desempenharem um papel de mediadores na situação venezuelana. Murillo destacou que o que acontece na Venezuela tem "implicações para a Colômbia e a região", enfatizando a relevância deste diálogo para a estabilidade regional. O maior risco é o aumento das fugas de venezuelanos para os países vizinhos, em particular a Colômbia, onde já existiam cerca e três milhões de refugiados daquele país.

Os governos de esquerda do Brasil, Colômbia e México têm sido os principais interlocutores de Maduro, com os dois primeiros a serem mais assertivos nas suas posições. Ainda na terça-feira, Brasil e Colômbia emitiram um comunicado conjunto lamentando a ordem de prisão contra Urrutia e considerando que ela dificulta uma solução pacífica na crise venezuelana.

"Os governos de Brasil e Colômbia manifestam profunda preocupação com a ordem de apreensão emitida pela Justiça venezuelana contra o candidato presidencial Edmundo González Urrutia", diz a nota conjunta.

"Esta medida judicial afecta gravemente os compromissos assumidos pelo Governo venezuelano no âmbito dos Acordos de Barbados, em que Governo e oposição reafirmaram o seu compromisso com o fortalecimento da democracia e a promoção de uma cultura de tolerância e convivência. Dificulta, ademais, a busca por solução pacífica, com base no diálogo entre as principais forças políticas venezuelanas".

Ainda na terça-feira, uma fonte do Governo brasileiro disse à agência ANSA que Lula da Silva "pondera a possibilidade" de conversar com o homólogo venezuelano, após a ordem de prisão contra o candidato opositor Edmundo González Urrutia.

As notícias sobre contactos telefónicos entre os presidentes dos dois países têm-se sucedido, mas não têm ocorrido como noticiado. Segundo a CNN Brasil, essas conversas têm falhado porque, segundo diplomatas brasileiros, Maduro deixou de dar resposta aos pedidos, sobretudo desde que o Brasil e a Colômbia passaram a exigir a publicação das actas eleitorais.

Às declarações críticas de Lula da Silva, que já acusou o regime chavista de ter um "viés autoritário" e se recusou reconhecer a reeleição de Maduro (assim como a de Urrutia), juntam-se as de Celso Amorim, assessor especial de Lula para assuntos internacionais. "Não há como negar que há uma escalada autoritária na Venezuela [...] Nós não queremos salvar Maduro, queremos salvar a Venezuela. Não aceitamos a existência de presos políticos", disse, em entrevista à agência Reuters.

Repressão "brutal"

O mandado de captura do principal opositor de Maduro foi condenado por grande parte da comunidade internacional. O secretário-geral da ONU, António Guterres, "está a monitorizar de perto" a situação na Venezuela, "incluindo o mandado de detenção contra o líder da oposição Edmundo González", disse a sua porta-voz, Stéphane Dujarric.

"Chega de repressão e perseguição à oposição e à sociedade civil. A vontade do povo venezuelano deve ser respeitada", escreveu o alto representante da União Europeia (UE) para os Negócios Estrangeiros e de Segurança, Josep Borrell, na rede social X.

Comunidade internacional condena mandado de prisão contra candidato da oposição

"Não queremos salvar Maduro, queremos salvar a Venezuela", diz assessor de Lula da Silva

Após o anúncio da vitória de Maduro pelas autoridades, sucederam-se manifestações nas ruas e uma onda de repressão, perseguições e detenções arbitrárias, foi lançada pelo regime, que fala em mais de 2400 prisões e 27 mortos, responsabilizando a oposição por esses factos.

Mas a Human Rights Watch (HRW) divulgou ontem um relatório que implica as forças de segurança venezuelanas e grupos armados pró-governo em assassinatos durante os protestos pós-eleitorais.

Num relatório que detalha as medidas repressivas adoptadas pelo Governo após a votação, a HRW afirma haver provas credíveis, recolhidas e analisadas por investigadores, especialistas forenses e em armas, que ligam a Guarda Nacional e a polícia nacional a alguns dos assassinatos ocorridos nos protestos, assim como gangues violentos ligados ao partido no poder, informou a AP.

"A repressão que estamos a ver na Venezuela é brutal", alerta Juanita Goebertus, directora da Divisão das Américas da Human Rights Watch. "A comunidade internacional deve tomar medidas urgentes para garantir que os venezuelanos possam protestar pacificamente e que o seu voto seja respeitado."

Papa avisa contra extremismo religioso

Num discurso na capital da Indonésia, Francisco alertou para a manipulação da religião, para o ódio e para o extremismo

O Papa Francisco pediu ontem aos líderes políticos da Indonésia, o país de maioria muçulmana com maior população no mundo, que se protejam contra o extremismo religioso, que, segundo ele, distorce as crenças das pessoas por meio de "engano e violência".

No primeiro dia da viagem mais longa do Papa ao estrangeiro, que inclui nove dias no Sudeste Asiático onde os cristãos são uma pequena minoria, o pontífice encontrou-se com católicos locais e pediu-lhes para não imporem a sua fé aos outros.

Num discurso dirigido aos líderes políticos indonésios, Francisco disse que a Igreja Católica iria aumentar os seus esforços no sentido do diálogo inter-religioso, na esperança de ajudar a travar o extremismo.

"Desta forma, os preconceitos podem ser eliminados e um clima de respeito mútuo e confiança pode crescer", afirmou o Papa num discurso no palácio presidencial de Jacarta. "Isto é indispensável para enfrentar os desafios comuns, incluindo o combate ao extremismo e à intolerância, que, através da distorção da religião, tentam impor os seus pontos de vista recorrendo ao engano e à violência", disse Francisco.

Cerca de 87% da população de 280 milhões de habitantes é muçulmana. A liberdade de religião está garantida na Constituição do país. Embora a Indonésia tenha assistido a alguns casos de violência islamista nos últimos anos, incluindo atentados suicidas em 2021 e 2022 ligados a um grupo inspirado no Daesh, o extremismo religioso tem vindo a diminuir desde uma série de ataques de grande visibilidade há duas décadas, que incluíram o atentado bombista de Bali em 2002, que matou 202 pessoas.

O Presidente da Indonésia, Joko Widodo, agradeceu a Francisco os seus apelos ao cessar-fogo na guerra entre Israel e Gaza. "A Indonésia aprecia a atitude do Vaticano, que continua a exprimir (e a apelar) à paz", afirmou no discurso de boas-vindas.

O Papa deixará amanhã a Indonésia antes de se dirigir para a Papuásia-Nova Guiné, depois Timor-Leste e Singapura e terá percorrido cerca de 33.000km quando regressar a Roma.
Reuters

Trump perde recurso para envolver tribunais federais na sua condenação em Nova Iorque

Alexandre Martins

Juiz diz que recursos devem correr nos tribunais estaduais e afirma que o ex-Presidente dos EUA não tem imunidade neste caso

O processo em que Donald Trump foi considerado culpado de 34 crimes de falsificação de documentos, num caso relacionado com o pagamento pelo silêncio de uma actriz de filmes pornográficos, vai manter-se nos tribunais estaduais de Nova Iorque, contra a vontade do ex-Presidente dos Estados Unidos e candidato à próxima eleição presidencial. A decisão, conhecida esta semana, é vista como uma derrota de Trump na sua tentativa de empurrar o anúncio da sentença para depois de Novembro.

Depois de ter sido considerado culpado, em finais de Maio, de todos os crimes de que tinha sido acusado pelo Ministério Público de Manhattan, Trump tem tentado convencer os tribunais a tomarem uma de três decisões: ou anulam todo o processo, com base numa determinação do Supremo Tribunal norte-americano, de Julho, que atribui imunidade total a ex-presidentes dos EUA por actos oficiais realizados durante os respectivos mandatos na Casa Branca; ou transferem todo o processo para o círculo dos tribunais federais, que é distinto do círculo dos tribunais exclusivos de cada estado norte-americano; ou adiam a leitura da sentença – que foi agendada para 18 de Setembro – para depois da eleição presidencial, a 5 de Novembro.

Na noite de terça-feira, um juiz federal de Nova Iorque, Alvin Hellerstein, decidiu que não há qualquer razão para transferir o processo do Tribunal de Manhattan – o tribunal do estado de Nova Iorque onde Trump foi julgado – para o círculo federal.

Segundo Hellerstein – um juiz experiente, que presidiu a decisões sobre os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, sobre os casos de tortura na prisão norte-americana de Abu Ghraib, no Iraque, e sobre as acusações de violação e abuso sexual contra o produtor de Hollywood Harvey Weinstein –, os advogados de Trump devem recorrer da decisão de primeira instância para os tribunais da relação de Nova Iorque e, em última análise, para a mais alta instância judicial daquele estado norte-americano.

"Seria altamente impróprio para este tribunal pronunciar-se sobre queixas de viés, de injustiça ou de erros num tribunal estadual", disse o juiz na sua decisão. "Esses assuntos têm de ser tratados nos tribunais estaduais [de Nova Iorque]."

Ao mesmo tempo, o juiz Hellerstein reafirmou, na terça-feira, que não vê qualquer razão para que o processo seja anulado com base na decisão do Supremo Tribunal dos EUA sobre imunidade presidencial.

M. SANTIAGO/POOL VIA REUTERS



Trump foi considerado culpado de 34 crimes e deve conhecer a sentença a 18 de Setembro

Decisão é vista como uma derrota de Trump na sua tentativa de empurrar a sentença para depois da eleição presidencial

Numa decisão sem precedentes na história do sistema judicial norte-americano, a maioria conservadora do Supremo – incluindo três juízes nomeados por Trump – determinou que os ex-presidentes dos EUA não podem ser alvo de acusações criminais depois do fim dos seus mandatos quando estão em causa actos de natureza oficial, mas não estendeu essa protecção total a actos de natureza particular.

"Nada na decisão do Supremo Tribunal afecta a minha conclusão anterior de que os pagamentos para manter em silêncio [uma informação comprometedora] foram actos privados, não oficiais e fora dos limites da autoridade executiva", lê-se na decisão do juiz Hellerstein.

Segundo as leis de Nova Iorque, Trump pode ser condenado a um máximo de quatro anos de prisão por cada um dos 34 crimes, mas é pouco provável que seja obrigado a cumprir uma pena de prisão efectiva. Em alternativa, de acordo com a generalidade dos especialistas em Direito Penal citados nos jornais norte-americanos, o juiz que presidiu ao julgamento em Manhattan, Juan Merchan, deverá decidir-se pela aplicação de uma multa – ou, no limite, por uma condenação a quatro anos de prisão com suspensão da execução da pena.

Não é ainda certo que a sentença seja anunciada a 18 de Setembro, já que os advogados de Trump pediram ao juiz Merchan que adie a leitura da decisão para depois da eleição presidencial, o que é possível que venha a acontecer, já que os procuradores do Ministério Público de Manhattan não contestaram esse pedido.

Ao mesmo tempo, Merchan tem em mãos um outro pedido de Trump, para que o processo seja anulado com base na decisão do Supremo Tribunal dos EUA sobre imunidade presidencial. Neste caso, cuja decisão será conhecida a 16 de Setembro, é provável que o juiz de Manhattan faça uma interpretação semelhante à do juiz federal Hellerstein, e que determine que os actos em causa são de natureza particular.

Milhares de rohingyas fogem da violência na Birmânia

Cerca de oito mil muçulmanos rohingyas fugiram para o Bangladesh nos últimos meses, procurando escapar à escalada da violência no estado de Rakhine, no Oeste da Birmânia, de acordo com autoridades do Bangladesh.

A violência intensificou-se com o agravamento dos combates entre a junta governativa da Birmânia e o Exército Arakan, uma poderosa milícia étnica oriunda da maioria budista.

"Temos informações de que cerca de oito mil rohingyas atravessaram para o Bangladesh, principalmente nos últimos dois meses", disse Mohammad Shamsud Douza, um alto funcionário do Governo do país, responsável pelos refugiados.

"O Bangladesh já está sobrecarregado e não tem capacidade para alojar mais rohingyas", disse ontem à Reuters.

O Governo do Bangladesh vai realizar uma "discussão séria" nos próximos dois a três dias para resolver a crise, disse ontem aos jornalistas o ministro dos Negócios Estrangeiros interino Mohammad Touhid Hossain.

Embora expressando simpatia pelos rohingyas, Hossain afirmou que o país já não tem capacidade para fornecer abrigo humanitário a mais refugiados. "Não é possível selar totalmente a fronteira", afirmou, acrescentando que serão feitos esforços para evitar novas infiltrações.

Mais de um milhão de rohingyas vive actualmente em campos sobrelotados no Sul do Bangladesh, com poucas esperanças de regressar ao país de origem, onde lhes é negada a cidadania e outros direitos básicos. Grande parte deles participou em manifestações em campos no dia 25 de Agosto, assinalando o sétimo aniversário da repressão militar de 2017 que os forçou a fugir da Birmânia, exigindo o fim da violência e o regresso seguro à sua terra natal.



Um milhão de rohingyas vive em campos de refugiados

O recente surto de violência é o pior que os rohingyas têm enfrentado desde a campanha liderada pelos militares da Birmânia em 2017, que as Nações Unidas descreveram como tendo intenções genocidas.

Os rohingyas que fugiram recentemente para o Bangladesh apelaram ao Governo para lhes dar abrigo. "Quanto tempo podemos ficar com os nossos familiares num espaço tão apertado?", perguntou um refugiado rohingya que fugiu para o Bangladesh no mês passado com a mulher e os pais. "Apelamos ao Governo para que nos dê abrigo e garanta que recebemos alimentos e outra assistência essencial. "

No mês passado, Hossain disse à Reuters que o Bangladesh não pode aceitar mais refugiados rohingyas e apelou à Índia e a outros países para que tomassem mais medidas. O ministro dos Negócios Estrangeiros pediu também à comunidade internacional que aplique mais pressão sobre o Exército Arakan para cessar os ataques aos rohingyas no estado de Rakhine.

No início de Agosto, uma série de ataques coordenados levados a cabo pelo Exército Arakan e nos quais foram utilizados *drones* explosivos levaram à fuga de centenas de rohingyas. **Reuters**

Economia Serviços de consultoria custaram cerca de 750 mil euros

Neeleman usou Azul para montar estratégia da TAP nos EUA

Entre 2016 e 2018, a empresa brasileira detida pelo empresário deu conselhos sobre o lançamento de rotas para Boston, Nova Iorque, Chicago e São Francisco

Ana Brito

A estratégia de expansão da TAP para o mercado norte-americano, para destinos como Boston ou Nova Iorque, durante o período em que David Neeleman foi accionista da empresa, foi montada recorrendo à Azul, a sua empresa brasileira, como consultora.

A auditoria da Inspecção-Geral de Finanças (IGF) realizada às contas da TAP no período entre 2005 e 2022 concluiu que, entre os serviços de consultoria contratualizados pela transportadora, estão aqueles prestados pela Azul Linhas Aéreas, companhia aérea detida por Neeleman (sócio do empresário português Humberto Pedrosa no consórcio Atlantic Gateway, que comprou 61% do capital da TAP, em Novembro de 2015), de aconselhamento "sobre novas rotas para Boston, Nova Iorque, Chicago e São Francisco"

Por esses serviços, relativos aos anos de 2016, 2017 e 2018, a TAP pagou 828 mil dólares (perto de 751 mil euros). "Os serviços contratados respeitam a apoio e aconselhamento no processo de expansão da TAP para os Estados Unidos da América, designadamente no lançamento de novas rotas, coordenação, implementação, planeamento e desenvolvimento de escalas de tripulantes e definição de estratégias para novas tecnologias de bordo, entre outras actividades", refere o relatório de auditoria.

A capacidade da TAP de trazer para Portugal turistas norte-americanos tem sido determinante na evolução das receitas turísticas nacionais — estes turistas foram responsáveis por 22% da subida das dormidas e de turistas estrangeiros que se registou entre Janeiro e Maio, de acordo com uma análise do PÚBLICO dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A consultoria da Azul à TAP é apenas uma parcela dos 28,230 milhões de euros registados em transacções entre a TAP, SA e as empresas de David Neeleman, que são relativas essencialmente "a rendas e reservas de manutenção, manutenção e engenharia e aos programas de milhas, relacionadas com contratos de *leasing* referentes a aeronaves para reforço da frota e peças sobressalentes de reserva".

A título de exemplo, em 2018, a TAP pagou 9,9 milhões à Aigle Azur, companhia francesa de Neeleman, pelo aluguer de aeronaves. Em 2019 foram 4,3 milhões de euros.

Por outro lado, a auditoria também nota que o grupo Barraqueiro recebeu pagamentos de 1,091 milhões entre 2015 e Junho de 2023, "resultantes de serviços pontuais prestados no âmbito da operação da TAP, SA, como transporte de passageiros entre aeroportos ou de equipamentos de grande dimensão". A IGF refere que "foram analisadas as facturas de valor superior a três mil euros, constatando-se que, embora não estejam suportadas em contratos formais que sustentem os serviços contratualizados, as condições do negócio foram estabelecidas através de *email* (valores propostos por passageiro para os diversos trajectos)".

Se no caso da consultoria da Azul a

28,2

A consultoria da Azul à TAP é apenas uma parcela dos 28,230 milhões em transacções entre a TAP, SA e as empresas de David Neeleman



Governo de Passos Coelho apadrinhou parceria entre Humberto Pedrosa e David Neeleman na TAP

MP investiga compra da TAP há 19 meses



Participação feita por ministros do Governo PS

O Ministério Público (MP) está a investigar o processo de venda da TAP em 2015 pelo segundo Governo de Pedro Passos Coelho há 19 meses, ou seja, desde Fevereiro de 2023, sem que seja ainda conhecido qualquer resultado dessas diligências. O recente relatório da Inspecção-Geral de Finanças (IGF) sobre a mesma operação de venda entregue na semana passada ao Governo seguiu também para o Ministério Público, mas, contactada pelo PÚBLICO, a Procuradoria-Geral da República não quis esclarecer se abriu outro processo ou em que estado estão as investigações iniciadas no ano passado.

A abertura do inquérito decorreu após uma participação dos ex-ministros das Infra-Estruturas Pedro Nuno Santos e das Finanças Fernando Medina, com base numa auditoria mandada fazer pela, na altura, nova administração da TAP escolhida pelo Governo do PS através de um processo internacional de recrutamento, liderada por Christine Ourmières-Widener, que mais tarde viria a ser despedida pelo Governo de António Costa por causa da indemnização à ex-administradora Alexandra Reis.

Quando entrou em funções, a gestora Ourmières-Widener suspeitou de que a TAP estaria a pagar pelos novos aviões da Airbus "mais do que os concorrentes".

No dia 6 de Fevereiro de 2024, a PGR respondeu à agência Lusa que "a participação apresentada pelo, à data, ministro das Infra-Estruturas e Habitação e pelo ministro das Finanças deu origem a um inquérito no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP)".

Entregue ao DCIAP — departamento do Ministério Público que investiga a criminalidade organizada mais grave, complexa e sofisticada —, o inquérito encontrava-se "em investigação e sujeito a segredo de justiça".

A auditoria pedida pela TAP apontava já para idênticas conclusões às do relatório da Inspecção-Geral de Finanças tornado público esta semana e que concluiu que a transportadora aérea tinha sido comprada em 2015 com um empréstimo com garantia da própria empresa. **Helena Pereira**


RUI GAUDÊNCIO

equipa de auditoria diz ter-lhe sido "disponibilizada documentação que evidencia a prestação destes serviços" à TAP, há outros contratos menos esclarecedores, em que "subsistem dúvidas quanto ao beneficiário dos serviços".

"Entre 2005 e 2022, a TAP, SGPS e a TAP, SA contrataram serviços de consultoria no montante total de 400,6 milhões de euros, envolvendo cerca de 1308 entidades, sendo que, nos contratos celebrados com a Seabury Aviation Consulting, LLC e a KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, no valor total de 11,7 milhões, não foi possível identificar claramente o beneficiário desses serviços", salienta o relatório, que chegou às mãos do ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, na semana passada.

"Há dúvidas quanto à entidade devedora, por não ter sido possível confirmar, através das evidências recolhidas, que as mesmas estivessem efectivamente associadas a serviços prestados à TAP, SA", salienta a mesma análise. Ou seja, a TAP poderá ter pago serviços que, na realidade, serviram os propósitos de outras entidades e não a sua operação de transporte aéreo: "As situações sinalizadas [Seabury e KPMG], embora suportadas por contratos, apontam para serviços de suporte ao processo de capitalização da TAP pela Atlantic Gateway", que envolveu o Estado português (Parpública) como vendedor, a DGN Corporation (de Neeleman), e a HPGB (de Humberto Pedrosa), como proponentes deste processo, e a Atlantic Gateway (o consórcio entre ambos os empresários) como sociedade compradora.

185 milhões em seis anos

O conjunto das consultorias (de 379 milhões na TAP SA e outros 30,3 milhões na TAP SGPS) entre 2005 e 2022 dizem respeito às "áreas das tecnologias de informação (IT), operacional, suporte jurídico, fiscal e estratégico". Diz a equipa de inspectores que o recurso a consultores especializados e os respectivos pagamentos de honorários por parte da TAP SA (ou seja, a transportadora propriamente dita) tiveram "maior expressão nos anos de 2015 e 2016" (47,1 milhões de euros), na altura em que se desenvolveram os processos de reprivatização indirecta da TAP, SA e de reconfiguração da participação do Estado português, e no período de 2019 a 2022 (138,3 milhões), por altura do programa de reestruturação da empresa.

Assim, em seis anos (embora não consecutivos), os custos de consultoria da transportadora equivaleram a cerca de metade do total pago em 17 anos (379 milhões) por este tipo de prestações de serviços. "No que se refere aos serviços de consultoria pagos pela TAP, SGPS, entre 2016 e 2019 e em 2022, destacam-se quatro consultoras": ao Boston Consulting Group (BCG) "foram solicitados trabalhos relacionados com a reestruturação da TAP, SA" no valor de 12,9 milhões; pela Atlantic Gateway (o consórcio de Neeleman e Pedrosa accionista da TAP) foram prestados serviços de consultoria de administração e gestão no valor de 4,6 milhões de euros; a PWC recebeu 768 mil euros pela auditoria às contas de 2015 e a PLMJ Advogados prestou apoio jurídico no montante de 453 mil euros.

Entre as empresas cujos serviços prestados apresentam "maior materialidade (pagamentos superiores a 700 mil euros/ano)" no período entre 2005-2022 (embora nem todas tenham sido contratadas em todos os anos), a IGF destaca, além do BCG, a Deloitte Digital Solutions (22,9 milhões), a Seabury Aviation Consulting (18,5 milhões), a Mckinsey International (15,8 milhões), o BGC (12,126 milhões), a Acceleya Portugal (10,6 milhões) e a CoCre8 IT Services (7,4 milhões)

Das seis consultoras, "três prestaram serviços de apoio estratégico: Seabury Aviation Consulting, LLC, Mckinsey International INC e BCG".

Volvo Cars deixa cair meta de vender só carros eléctricos em 2030

Empresa diz que até 2030 quer que 90% a 100% dos carros vendidos sejam totalmente eléctricos ou híbridos *plug-in*

O construtor automóvel sueco Volvo Cars abandonou o seu objectivo de se tornar totalmente eléctrico até 2030, informou ontem em comunicado, afirmando que estima continuar a oferecer alguns modelos híbridos na sua gama nessa altura.

Os principais fabricantes de automóveis têm assistido a um abrandamento da procura de veículos eléctricos, em parte devido à falta de modelos acessíveis e à lenta implantação de pontos de carregamento, ao mesmo tempo que se preparam para os efeitos das tarifas europeias sobre os veículos eléctricos da China.

A Volvo Cars afirma no comunicado que, até 2030, pretende que entre 90% e 100% dos automóveis vendidos sejam modelos totalmente eléctricos ou híbridos *plug-in*, enquanto até 10% serão os chamados híbridos suaves, em que a energia eléctrica apenas complementa o motor de combustão.

Numa declaração separada, a Volvo prevê que os híbridos *plug-in* venham a ser uma parte fundamental do seu futuro crescimento dos lucros, adiantando que irá renovar o seu XC90 híbrido, com os primeiros clientes a receberem o SUV até ao final do ano.

A Volvo Cars vende uma mistura de automóveis eléctricos e híbridos e, até agora, tinha-se mantido firmemente empenhada nos seus planos de vender apenas automóveis totalmente eléctricos até 2030, mesmo quando os seus rivais começaram a reduzir as suas ambições.

Os principais automóveis totalmente eléctricos da Volvo são os SUV EX90 e o EX30.

A crescente procura de automóveis híbridos levou a uma mudança estratégica num sector que inicialmente tinha como objectivo eliminar gradualmente os híbridos em favor de veículos totalmente eléctricos.

A Toyota, um dos principais fabricantes de automóveis mais lentos a desenvolver veículos eléctricos, continua a apostar fortemente nos híbridos com um número crescente de modelos. O construtor automóvel francês Renault declarou que continuará a lançar modelos híbridos.

A preocupação dos condutores quanto à autonomia dos veículos eléctricos é uma das razões que levaram os compradores a preferir os híbridos, muitas vezes mais económicos e práticos.

Até 2025, a Volvo Cars espera agora que os automóveis electrificados – tanto os totalmente eléctricos como os híbridos – representem entre 50% e 60% do volume de vendas. O objectivo anterior para 2025 era de pelo menos 50% de automóveis totalmente eléctricos, sendo os restantes híbridos. **Reuters**

Queda das Euribor ameaça "reinado" das taxas mistas

Rosa Soares

Euribor a 12 meses já está em quase 3%, menos 1,134 pontos percentuais face ao máximo verificado em Setembro de 2023

Depois das fortes subidas registadas em 2022 e 2023, que deixaram muitas famílias com dificuldades em acomodar o aumento das prestações da casa, as taxas Euribor aceleraram o movimento de descida e a Euribor a 12 meses já está muito perto dos 3%. Embora evoluindo num nível um pouco mais alto, as taxas a seis e a três meses também têm estado a descer, dois prazos que deverão encostar-se aos 3% até ao final do ano.

Ontem, a Euribor a três meses caiu para 3,449%, mínimo desde 23 de Maio de 2023 e depois de ter furado o patamar dos 4% na recta final do ano passado. A de seis meses desceu para 3,379%, depois de esta segunda-feira ter fixado mínimo desde Abril de 2023, nos 3,351%, e de ter atingido valores superiores a 4% entre Setembro e Dezembro passado do último ano. E a 12 meses, a taxa fixou-se em 3,094%, depois de ter registado o valor mais baixo desde Dezembro de 2022 na primeira sessão da semana, nos 3,072%. Desde o máximo atingido em 29 de Setembro de 2023, esta taxa já perdeu 1,134 pontos percentuais, descida que começa a notar-se na redução das prestações, embora esse impacto, tal como nas outras duas taxas, ocorra de forma gradual, tendo em conta os prazos de revisão dos contratos.

O actual nível das taxas de juro e as expectativas de novos recuos nos próximos meses, com a esperada queda até 3%, ou mesmo ligeiramente abaixo desse patamar, nos prazos a três e seis meses, começa a dificultar a opção por taxas mistas, modalidade composta por uma componente fixa nos primeiros anos de contrato, passando no restante período a variável (indexada às taxas Euribor).

A dificuldade em escolher o regime de taxa colocar-se-á essencialmente nos contratos em que o período de fixação da taxa de juro é curto, de dois e três anos, tendo em conta a actual expectativa (mas não a certeza) de que as Euribor possam cair para valores inferiores a 2,5% até ao final do primeiro semestre de 2025, e ainda um pouco mais em 2026. Aliada a esta queda está a contínua redução da margem comercial ou *spreads* mínimos (para os melhores clientes), que já está abaixo de 0,8% na maioria dos bancos, fruto da forte concorrência por este crédito.

A fixação das taxas no crédito à habitação tem a grande vantagem de permitir às famílias saber exactamente o custo que vão ter com o crédito durante o período definido, mas sendo a fixação apenas dois a três anos, como tem sido em boa parte dos empréstimos concedidos nesta modalidade, a opção pode não compensar. Em 2023, o período médio de fixação inicial da taxa de juro caiu para cinco anos, contra 13,1 anos em 2022, prazo que deverá ter continuado a descer no corrente ano.

Nesta altura, a estratégia comercial das instituições bancárias está muito focada na colocação das taxas mistas, o que explica que mais de 70% dos contratos celebrados nos últimos meses tenham sido feitos neste regime. Em Julho, esta modalidade esteve presente em 74% dos novos contratos, um ligeiro aumento face a Junho, mas abaixo do máximo registado em Maio, quando atingiu 76,1%. E a opção por taxa fixa durante todo o contrato subiu ligeiramente em Julho, para 5,1%, contra 4,7% em Maio. A opção por taxa variável também caiu muito ligeiramente, passando para 20,9%, depois de um domínio de mais de 90% nos últimos anos.

A dificuldade em escolher o regime de taxa coloca-se sobretudo nos contratos em que o período de fixação da taxa de juro é de dois e três anos


KAI PFAFFENBACH/REUTERS

Christine Lagarde irá anunciar nova decisão sobre taxas de juro na próxima semana

O crescimento galopante da opção por taxa mista provocou uma alteração na recomposição do *stock* de crédito à habitação, passando esta modalidade, em Julho, a representar 26,8% da carteira, quando era apenas de 6,4% em Dezembro de 2022.

Euribor já antecipou BCE

A descida das Euribor já reflecte o quase certo corte das taxas directoras do Banco Central Europeu (BCE), na reunião marcada para a próxima semana.

O governador do Banco de Portugal (BdP), Mário Centeno, admitiu, em recente entrevista à Bloomberg, que o BCE tem "uma decisão fácil em Setembro". No BdP Podcast, o governador explicou o sentido da afirmação, referindo que, "desde que começou o ciclo de subida das taxas, a zona euro cresceu 0,7%, e isto compara com 4,9% de crescimento para os Estados Unidos". E acrescentou que é "um sacrifício muito maior na Europa ter ganho a batalha sobre a inflação em termos de actividade económica do que aquilo que aconteceu nos Estados Unidos – e, portanto, o fácil nunca é fácil –, mas quando olhamos para os dados parece-me relativamente claro qual a trajectória que as taxas na área do euro têm de ter".

Volkswagen diz só ter um a dois anos para "dar a volta"

Pedro Crisóstomo

Depois de anunciar que está a ponderar o fecho de fábricas na Alemanha, a Volkswagen (VW) diz ter apenas um a dois anos para se redimensionar e "dar a volta" à quebra de vendas que a indústria automóvel enfrenta nalguns mercados europeus.

O director financeiro da maior fabricante automóvel europeia, Arno Antlitz, falou ontem com os trabalhadores do grupo, que aproveitaram a realização da assembleia geral da empresa, na sede, em Wolfsburg, para protestar contra os planos da administração. E admitiu que será necessário tomar medidas drásticas nos próximos anos, que passam pela diminuição de postos de trabalho, incluindo despedimentos pela primeira vez em 87 anos.

"Ainda temos um ano, talvez dois, para dar a volta à situação, mas temos de aproveitar este tempo", afirmou Antlitz, citado pelo jornal britânico *Financial Times*. O anúncio do horizonte temporal para concretizar esse plano surge dois dias depois de o presidente executivo (CEO), Oliver Blume, ter assumido que "o encerramento de fábricas nos locais de produção de veículos e componentes já não pode ser excluído" pela VW.

Uma das medidas que estão a gerar maior resistência entre os representantes dos trabalhadores tem que ver com o cenário dos despedimentos, o que, a ocorrer, representa rasgar um acordo de 1994 que protege empregos até 2029. A VW admite-o neste momento, por considerar que, para responder à situação "muito exigente e grave" da indústria europeia perante o surgimento de novos concorrentes, já não basta cortar custos através de reformas antecipadas e saídas voluntárias. O plano inclui cortes de dez mil milhões de euros, diz a Reuters. O representante do maior sindicato metalúrgico IG Metall na Volkswagen, Thomas Knabel, impõe como condição para iniciar negociações que a empresa retire da equação o fecho de fábricas. Mantê-lo seria negociar "sob a espada de Dâmocles", reagiu o sindicalista, citado pela agência de notícias britânica.



A VW tem 114 fábricas, distribuídas por 17 países europeus e dez de outros três continentes

De acordo com o *site* da emissora alemã Deutsche Welle, a VW admite fechar, pelo menos, uma unidade de produção de veículos e uma fábrica de componentes na Alemanha. Ao todo, nos vários locais de trabalho no país de origem, a VW emprega 300 mil pessoas, quase metade de todos os trabalhadores do grupo a nível mundial (cerca de 630 mil, segundo a Deutsche Welle).

Fabricante das marcas Audi, Volkswagen, Skoda, Seat, Porsche, Ducati, Lamborghini, Bentley e Cupra, o grupo tem 114 unidades de produção a nível mundial, distribuídas por 17 países europeus e dez países de outros três continentes (América, Ásia e África). Uma delas é a fábrica portuguesa da Autoeuropa, no concelho de Palmela, onde o grupo produz o T-Roc da Volkswagen.

A concorrência de fabricantes chinesas (da BYD à Geely, passando pela SAIC, e mesmo por estrangeiras que produzem na China, como a norte-americana Tesla) está a preocupar os grandes produtores europeus, designadamente alemães e franceses.

As empresas instaladas na segunda maior economia do mundo estão a conseguir exportar veículos eléctricos para o mercado comum a preços mais baixos e a um ritmo crescente. E foi perante este movimento rápido, associado à incapacidade de as fabricantes fazerem regressar as vendas de veículos movidos a combustível aos níveis da pré-pandemia, que a Comissão Europeia avançou este ano com o agravamento dos direitos alfandegários à importação de carros eléctricos produzidos com subvenções públicas do Estado chinês.



Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto processo de recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto para a NOVA FCSH para:

- 1 vaga de Técnico Superior (m/f), referência ***CT-TS-017/2024/CICS.NOVA,*** ao qual podem candidatar-se indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço
  https://fcsh.unl.pt/faculdade/concursos_para_nao_docentes/

O prazo-limite para a submissão das candidaturas é 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.

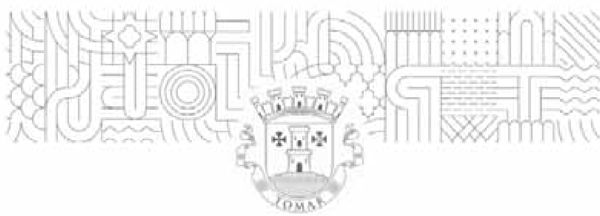


Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto o concurso de seleção internacional para 1 (um) lugar de investigador auxiliar, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, ao abrigo do DL nº 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei nº 57/2017, de 19 de julho, para o NIMSB (NOVA Institute for Medical Systems Biology):

- 1 vaga de investigador auxiliar (m/f), referência **HRFO/2024 – NIMSB**, ao qual podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço:

https://www.unl.pt/quero-trabalhar-na-nova/investigadores

O prazo para submissão das candidaturas é até às 23:59 (hora Lisboa) do dia 17 de setembro de 2024.



MUNICÍPIO DE TOMAR – Unidade de Recursos Humanos

AVISO (EXTRATO)

Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de julho, torna-se público que, nas condições e nos termos referidos no Aviso nº 18906/2024/2, publicado em *Diário da República*, 2ª Série, nº 166, de 28 de agosto de 2024 e na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta n.º OE202408/1116 na se encontra aberto, procedimento concursal (externo de ingresso) de recrutamento para o preenchimento, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, de oito postos de trabalho correspondentes à carreira de Bombeiro Sapador (recrutas), pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de publicação na BEP.

As candidaturas deverão ser submetidas na plataforma de recrutamento do Município de Tomar, na página de detalhe do respetivo procedimento em https://recrutamento.cm-tomar.pt, nos termos e nas exatas condições referidas no aviso publicado de forma integral em *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica deste Município.

Tomar, Paços do Concelho, 28 de agosto de 2024

O Presidente da Câmara
Hugo Cristóvão



Anúncio

Recrutamento de Médicos de Medicina Nuclear

A Unidade Local de Saúde do Algarve, EPE é uma instituição de referência do Serviço Nacional de Saúde e o garante da prestação de cuidados hospitalares em toda a região do Algarve.

Estamos a recrutar médicos com a especialidade de Medicina Nuclear.

Requisitos e Perfil de Competências:
- Inscrição na Ordem dos Médicos Portuguesa e no Colégio da Especialidade de Medicina Nuclear;
- Facilidade de utilização de aplicações informáticas;
- Disponibilidade para trabalhar por turnos;
- Capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

Oferecemos:
- Contrato individual de trabalho com remuneração base de € 3.280,88 x 14 meses, com direito a 22 dias de férias, folgas e descansos compensatórios, 15 dias por ano para formação; ou contratação em modalidade de prestação de serviços.

Documentos a Apresentar:
- *Curriculum Vitae*;
- Fotocópia da Cédula Profissional (frente e verso) ou documento provisório;
- Fotocópia do Diploma de Licenciatura com a classificação final;
- Certidão em como está inscrito na Ordem dos Médicos Portuguesa, com observância do critério de validade;
- Certidão da Ordem dos Médicos Portuguesa em como está inscrito no Colégio da Especialidade de Medicina Nuclear.

Envio de Candidaturas:
As candidaturas, contendo toda a documentação solicitada, deverão ser enviadas para o e-mail: expediente@ulsalg.min-saude.pt

O Diretor Clínico,
José Manuel Almeida



MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, E.P.E.

AVISO

Nos termos do Decreto-Lei n.º 41/2024, de 21 de junho e do Despacho n.º 7097-A/2024, retificado pelo Despacho n.º 7459-A/2024, e por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de São José, E.P.E., de 11-07-2024, faz-se público que se encontra aberto procedimento concursal comum, destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na especialidade de Dermatovenereologia, na categoria de assistente da carreira da carreira médica, do mapa de pessoal desta Unidade Local de Saúde, para constituição de relação jurídica de emprego, mediante celebração de contrato de trabalho sem termo, no âmbito do Código do Trabalho, cujo aviso de abertura foi publicitado pelo aviso n.º 19782/2024/2, inserto no *Diário da República*, 2.ª Série, N.º 171 de 04-09-2024, cujo prazo de entrega de candidaturas é de 5 (cinco) dias, contados da dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

Para mais informações, consultar a página eletrónica da ULSSJosé, EPE, https://www.chlc.min-saude.pt/concursos-de-admissao-de-pessoal/, onde estão disponíveis as informações complementares para formalização do processo de apresentação de candidaturas.

Unidade Local de Saúde de São José, EPE, 04 de setembro de 2024

A Diretora da Área de Gestão de Recursos Humanos,
Maria Adelaide Oliveira Canas



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

EDITAL N.º 37/24

Viaturas Abandonadas

Marilyn Zacarias, Vereadora da Câmara Municipal de Loulé, torna público que os veículos abaixo discriminados foram removidos pelo serviço de Gestão de Viaturas Abandonadas da Divisão de Fiscalização Municipal, conforme Art.ºs 163.º e 164.º do Código da Estrada.

Os proprietários têm 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste edital, para requerer o levantamento das viaturas, conforme o Art.º 165.º do aludido Código ficando responsáveis pelo pagamento das taxas de remoção e de depósito, a contar da mesma data, conforme o estabelecido na Portaria n.º 1334-72010, de 31 de Dezembro Relativamente às viaturas não levantadas, iniciar-se-á o processo destinado a considerá-las perdidas a favor do Estado, conforme n.º 4 do já referido Art.º 165.º.

MARCA	MATRÍCULA	REMOVIDO DE (FREGUESIA)	N/ REF.ª (proc. Viaturas-PVR)
HONDA	82-24-DN	QUARTEIRA	Proc. 277/22 viaturas PVR 45/24
FORD	26-94-0S	QUARTEIRA	Proc. 66/24 viaturas PVR 46/24
FIAT	07-73-TS	QUARTEIRA	Proc. 292/21 viaturas PVR 47/24
MERCEDES	RI2 RYB	QUARTEIRA	Proc. 3/24 viaturas PVR 48/24
TOYOTA	04-14-GG	QUARTEIRA	Proc. 76/24 viaturas PVR 49/24

Para constar se passou o presente e outros que serão afixados nos lugares designados por lei.

Paços do Concelho de Loulé, 31 de julho de 2024

VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL
Marilyn Zacarias



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

A V I S O

Para os devidos efeitos se torna público que se encontram abertos, na Câmara Municipal de Loulé, os seguintes procedimentos concursais:

Aviso n.º 19510/2024/2 – Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2.º grau - Chefe de Divisão de Apoio Pedagógico e Inovação Educativa.

Aviso n.º 19511/2024/2 – Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Educativa.

Aviso n.º 19512/2024/2 - Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3.º grau – Chefe de Unidade Operacional de Direitos Sociais.

O prazo de candidaturas é de dez dias úteis, a contar do 1.º dia útil da publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP) devendo os interessados consultar os avisos de abertura dos procedimentos concursais publicados no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 169, de 02 de setembro de 2024, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na plataforma de recrutamento: https://recrutamento.cm-loule.pt/processos-em-fase-de-candidatura.

Paços do Município de Loulé, 02 de setembro de 2024

A VEREADORA,
(com competências delegadas pelo despacho n.º DC01/2021, de 19/10/2021)
Marilyn Zacarias



AVISO DE INÍCIO
DE PROCESSO ELEITORAL

Caros Associados

Terminando no final do ano o mandato (quadriénio 2021-2024) dos atuais corpos sociais da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMILIARES E AMIGOS DE DOENTES DE ALZHEIMER – ALZHEIMER PORTUGAL, com o NIPC 502069635, ficam todos os associados convidados a apresentar listas e respetivos programas para o quadriénio 20252028, nos termos do disposto nos Artigos 14º, 18º, nº 1 e 20º, nº 3 dos Estatutos.

As candidaturas são apresentadas sob a forma de lista única para a mesa da assembleia geral, direção e conselho fiscal, conforme dispõe o Artigo 12º, nº 1 dos Estatutos.

As listas têm de integrar candidatos aos seguintes cargos:

Um presidente, um primeiro-secretário e um segundo-secretário para a mesa da assembleia-geral;

Um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário, um vogal, um primeiro suplente e um segundo suplente para a direção;

Um presidente, um secretário, um vogal e um suplente para o conselho fiscal;

Cada associado apenas pode constar de uma das listas, deverá ser associado há mais de um ano, ter as suas quotas pagas e encontrar-se no pleno exercício dos seus direitos como associado.

As listas e os respectivos programas deverão ser entregues ou remetidos, para o seguinte email geral@alzheimerportugal.org ao cuidado do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, até ao próximo dia 25.10.2024, data limite da sua apresentação.

A partir do dia 31.10.2024, proceder-se-á à divulgação das listas a sufrágio, respetivos composição e programa, encontrando-se disponíveis para consulta no site da Alzheimer Portugal – www.alzheimerportugal.org

Proceder-se-á ainda à marcação de Assembleia Geral Eleitoral a realizar até ao final do corrente ano.

Lisboa, 02 de setembro de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Celso Maria da Cunha Ribeiro Pontes

Agências reagiram bem à pandemia mas "é preciso olear a máquina" para preparar a próxima

Tribunal de Contas Europeu nota a necessidade de reforçar a vigilância de doenças e a comunicação com a população. Especialistas indicam que ainda há trabalho para fazer

Tiago Ramalho

As duas principais agências europeias na resposta à pandemia da covid-19 – a Agência Europeia do Medicamento (EMA) e o Centro Europeu de Controlo e Prevenção de Doenças (ECDC) – saem com nota positiva na auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas Europeu à actuação destas instituições. Mas (e há sempre um "mas" nestes documentos) há avisos num momento que deve ser de preparação para uma futura pandemia. É necessário reforçar o sistema europeu de vigilância de doenças infecciosas uniformizado, tornar a comunicação com o público mais clara e também clarificar os papéis de cada organismo europeu na resposta às crises.

A auditoria conclui que, "em geral, [as agências] geriram bem a sua resposta à crise da covid-19", mas sobre a preparação de uma futura pandemia ainda revelam incerteza sobre as medidas adoptadas após a pandemia. "É demasiado cedo para dizer se tal será suficiente para preparar adequadamente as agências para futuras emergências de saúde pública", sublinha o documento publicado na sequência da auditoria à EMA e ao ECDC, coordenada por João Leão, membro do Tribunal de Contas Europeu e antigo ministro das Finanças entre 2020 e 2022.

"[As agências] estão mais preparadas, mas é cedo para se dizer se estão completamente preparadas", nota João Leão em declarações ao PÚBLICO, sublinhando que a resposta europeia também está muito alicerçada nas agências nacionais (como a Direcção-Geral de Saúde, no caso português) e, portanto, esta preparação é apenas uma "solução parcial".

"Olear a máquina"

A resposta à pandemia, embora com nota positiva, reforça avisos que não são novos. Por exemplo, a necessidade de preparar atempadamente situações de crise. No caso do ECDC, que é mais visado no documento publicado, a falta de agilidade é um dos pontos críticos: "O Tribunal de Contas Europeu nota pouca margem para recrutar funcionários em tempo de crise, para auxiliar os Estados-membros e, numa fase inicial, também pouca capacidade em domínios como a modelização matemática."

A ausência de recursos e de capacidade para os captar é um problema, mas que deve ser resolvido "em tempo de paz", como sublinha Bernardo Mateiro Gomes. "Tem de haver a devida valorização dos serviços e dos recursos [contratados], para que depois as coisas estejam devidamente preparadas e oleadas para responder às circunstâncias", diz o médico especialista em saúde pública.

"Para as coisas saírem mais baratas e serem mais eficazes, não devemos apostar em soluções de remendo e ir à procura de profissionais à última hora", acrescenta.

Outro dos problemas elencados pelo Tribunal de Contas Europeu e salientados por Bernardo Mateiro Gomes é o potencial conflito de funções entre o ECDC e a Autoridade Sanitária de Resposta e Emergência (Hera), agência da Comissão Europeia de resposta às crises sanitárias que tem sido responsável pela compra conjunta de vacinas para os Estados-membros, por exemplo. A possível sobreposição de funções "deve ser acautelada agora, sob o risco de, em fase aguda [de crise], poder haver confusão de papéis". Em resumo, diz, "é preciso olear a máquina".

"É importante que a própria Comissão Europeia, que criou mais uma agência, esclareça melhor as responsabilidades de cada uma destas entidades", corrobora João Leão. "Ao mesmo tempo, também deve criar mecanismos claros de coordenação entre estas agências", sugere o antigo ministro português. O acordo de trabalho entre a Hera, o ECDC e a EMA, que pretendia suprir estas dúvidas, resultou num texto "vago" e com muitas questões que "ainda carecem de uma maior clarificação", escreve o Tribunal de Contas Europeu.

Ema Paulino, presidente da Associação Nacional de Farmácias, reconhece o mérito desta retrospectiva e análise à resposta das agências europeias, mas adiciona uma recomendação à EMA e ao ECDC para garantir transparência: "As organizações devem agora fazer pontos de situação contínuos em relação à implementação das recomendações dos relatórios do Parlamento Europeu [aprovado em Julho de 2023] e, agora, do Tribunal de Contas Europeu."

A auditoria realizada pelo Tribunal de Contas Europeu contou com entrevistas a funcionários de ambas as agências e da Comissão Europeia, bem como a análise a documentos públicos e internos do período pandémico. Além disso, foram entrevistados representantes de agências nacionais de saúde e de agências nacionais de medicamentos, bem como uma organização europeia de doentes. A auditoria segue-se a várias outras sobre a resposta da União Europeia à pandemia, mas também ao relatório do Parlamento Europeu sobre essa mesma resposta.

Nesse capítulo, o relatório aprovado pelo Parlamento Europeu em Julho do ano passado é mais abrangente. Nele recomenda-se a uniformização de critérios mínimos para os cuidados de saúde em todos os Estados-membros, a redução da dependência de parceiros, sobretudo para evitar a escassez de medicamentos, e também o reforço do investimento em investigação científica.

Há outras áreas, como os direitos fundamentais, em que o Parlamento Europeu recomenda a criação de directrizes para combater problemas sociais e éticos em momentos de crise, como a violência doméstica em contexto de confinamento. Também na educação, sobressai o desenvolvimento de planos de emergência para o ensino em contexto de crise.

Evitar escassez de fármacos

A EMA acaba por sair menos melindrada deste relatório do que o ECDC, que recebeu mais críticas pela actuação tardia ou uma desvalorização da ameaça numa fase inicial da covid-19 (ainda exclusivamente sediada em Wuhan, na China). Aqui, além da maior capacidade de decisão da EMA face ao ECDC, cujas recomendações, por exemplo, não são vinculativas para os Estados-membros, há também uma diferença de orçamento. Em 2020, no início da pandemia, o ECDC tinha um orçamento de 61 milhões de euros (eram 90 milhões de euros em 2023) e a EMA de 358 milhões de euros (458 milhões de euros em 2023).

Ainda assim, há lacunas, como a presença residual de ensaios clínicos em solo europeu e a escassez de medicamentos. "Quase todos os ensaios clínicos em grande escala de vacinas contra a covid-19 foram realizados fora da UE", escreve o Tribunal de Contas Europeu, que recomenda a promoção de ensaios clínicos paneuropeus para reforçar o peso da Europa nesta matéria. Os ensaios clínicos são fases fundamentais na aprovação de um fármaco para avaliar a segurança e eficácia do mesmo.

A escassez também é um tema mencionado, mas que, segundo Ema Paulino, poderia ter produzido "recomendações mais assertivas para as organizações". A presidente da Associação Nacional de Farmácias realça que a escassez de medicamentos e de dispositivos médicos (como másca-



A pandemia da covid-19 revelou lacunas nas principais agências europeias, como a demora na actuação e a dificuldade em contratar pessoas qualificadas

> **Existem melhorias a fazer nas notificações [de casos], os próprios profissionais de saúde pública referem que os sistemas de informação não são muitas vezes os mais adequados**
>
> **Bernardo Mateiro Gomes**
> Especialista em saúde pública

PAULO PIMENTA



ras) resulta da "dependência de outras geografias, como a China e a Índia, em relação à produção de princípios activos de medicamentos e também destes dispositivos médicos", com o afastamento da indústria farmacêutica da Europa.

A nova legislação farmacêutica, apresentada no ano passado, mas que continua por aprovar no Parlamento Europeu, "é um primeiro passo", defende Ema Paulino, visto que permite acelerar alguns processos de aprovação de fármacos e proteger as patentes de farmacêuticas que priorizem o mercado europeu. Desde 2022 que a EMA é responsável pela gestão da escassez de medicamentos, reforçando o peso da agência.

Em simultâneo, também o ECDC teve um reforço do seu mandato, do qual se destaca a avaliação de três em três anos dos planos de prevenção, preparação e resposta dos Estados-membros e a digitalização dos sistemas de vigilância epidemiológica – outra das críticas presentes na auditoria agora divulgada.

Vigiar e comunicar

As diferenças na contabilidade do número de infecções e mortes, ou mesmo a incompatibilidade dos sistemas de dados de saúde dos vários Estados-membros, criaram entropia na resposta à pandemia e discrepâncias na avaliação dos países.

Uma das recomendações elencadas pelo Tribunal de Contas Europeus incentiva precisamente o ECDC a continuar o desenvolvimento de um sistema europeu de vigilância de doenças infecciosas sólido e uniformizado para todos os países. Algo que Bernardo Mateiro Gomes também identifica como um problema, apesar do "pulo" dado com a pandemia da covid-19.

"Existem melhorias a fazer nas notificações, os próprios profissionais de saúde pública referem que os sistemas de informação não são muitas vezes os mais adequados", diz. No entanto, reforça a necessidade de preparar já, com sistemas mais robustos e também mais recursos, uma futura pandemia. "Sem isso, vamos estar numa lógica de apagar fogos e com perguntas sobre como vamos buscar *a* ou *b* para resolver coisas que serão muito mais caras e ineficazes", acrescenta.

A comunicação clara com o público também é um defeito apontado quer à EMA, quer ao ECDC. "Houve resposta menos eficiente à custa da pobre comunicação para o público", identifica Bernardo Mateiro Gomes. A resposta às ondas de desinformação que acompanham os momentos de crise, como a pandemia evidenciou, também ainda não "está devidamente oleada", reitera o médico.

No Dia da Amazónia o Brasil está coberto de fumo dos incêndios

Clara Barata

Há cada vez menos água na floresta amazónica, o que a vai tornar mais vulnerável ao fogo, disse ministra do Ambiente brasileira

O fumo negro, carregado do cheiro queimado das árvores e da vegetação da Amazónia e do Pantanal, está mais uma vez a chegar ao Sul do Brasil, deixando cair grossas gotas de chuva negra em alguns locais. "É importante que o Brasil entenda que o que acontece na Amazónia não fica só na Amazónia", disse Daniela Orofino, directora do Amazónia de Pé, movimento que reúne 350 organizações pela protecção das florestas e povos da região, citada pela *Folha de São Paulo*. O Brasil assinala hoje o Dia da Amazónia a ver a riqueza da floresta arder e contaminar os céus do país.

Os aerossóis dos incêndios monstruosos chegaram à capital, Brasília, e 15 estados, coincidindo com alertas laranja do Instituto Nacional de Meteorologia devido a baixo nível de humidade, diz o jornal *Correio Braziliense*. A humidade relativa do ar não deve passar dos 20% e há riscos de incêndio e para a saúde –segundo a Organização Mundial de Saúde, a humidade do ar ideal é de 60%.

O Brasil vive uma seca recorde (à excepção do Rio Grande do Sul, onde em Maio houve cheias catastróficas, potenciadas pelas alterações climáticas), para a qual o *El Niño* contribuiu. O caudal dos rios da Amazónia pode descer em Setembro abaixo dos níveis mínimos históricos, segundo os Serviços Geológicos Brasileiros.

Já há populações isoladas – uma vez que os rios são as estradas da Amazónia – e paira uma ameaça de mortandade de botos, golfinhos-cor-de-rosa de água doce, se as águas do Solimões continuarem a secar e a ficar mais quentes. A 2 de Setembro, o nível do lago Tefé era de 6,35 metros, ainda acima do mínimo registado em 2023 (4,75m), quando a temperatura das águas chegou a 40,9 graus Celsius e morreram 178 dos 900 botos que ali vivem (dados de 2010).

Segundo o *site* Terra, a temperatura no fundo do lago na semana passada já tinha subido de 30 para 33 graus. "Se chegar a 37, é alerta vermelho. Acima de 39 graus, pode levar botos à morte", afirmou Ayan Fleischmann, técnico do Instituto Mamirauá.

O problema vai mais fundo, no entanto, do que uma seca anual. "A floresta amazónica está a perder humidade", disse a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ouvida ontem na Comissão de Ambiente do Senado brasileiro. "Estamos num processo severo de mudança do clima. A floresta está a entrar em perda de humidade e a tornar-se vulnerável a incêndio, seja por ignição humana ou até, no futuro, por fenómenos naturais, em função da incidência de raios", disse a ministra.

32%

dos incêndios estão a acontecer em áreas de verdadeira floresta, e não de pasto ou dedicadas à agro-pecuária, ao contrário do que era habitual

O perfil do fogo está também a alterar-se, e a atingir o coração da Amazónia, avançou Marina Silva. Neste momento, 27% da área queimada é em zonas de agro-pecuária (900 mil hectares). A maior parte (41%) é em regiões de vegetação não florestal, como pastagem. Mas 32% das chamas ocorrem em áreas florestais da Amazónia – muito mais do que era habitual, disse. "Até há pouco tempo, representava, no máximo, 15% a 18%. No [estado do] Amazonas, no ano passado, 37% [dos incêndios] ocorreram em floresta primária", disse a ministra, citada pelo *site* G1.

RICARDO MORAES/REUTERS



O Brasil vive uma seca recorde, à excepção do Rio Grande do Sul

"Um paradoxo"

Para mudar esta situação, é preciso aumentar os recursos para a adaptação às alterações climáticas. A ministra pediu aos senadores apoio para criar um programa que exclua os recursos para este objectivo dos limites orçamentais do Governo federal.

Vive-se uma situação paradoxal, disse Marina Silva: "Vamos ter de ampliar cada vez mais o nosso esforço. Cobram-nos para ter medidas de combate ao fogo e, ao mesmo tempo, cobram-nos para que se faça investimentos que são altamente retroalimentadores do fogo. É um paradoxo", afirmou a ministra.

Marina Silva não especificou, mas, nas entrelinhas, os analistas lêem o apoio de parte do Governo de Lula da Silva aos projectos de exploração petrolífera na margem equatorial da foz do Amazonas. "Não preciso de citar aqui os empreendimentos", declarou a ministra.

Há movimentações da justiça para obrigar o Governo a fazer mais. O Ministério Público Federal iniciou uma acção contra a União, pedindo verbas urgentes para contratar mais 450 bombeiros florestais e obter aeronaves de combate aos incêndios.

Flávio Dino, juiz do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou nove perguntas à Advocacia-Geral da União (órgão que representa o Governo) sobre os planos do executivo para enfrentar o aumento de queimadas no Pantanal e na Amazónia, quando se espera que Setembro traga um agravamento. O prazo de resposta termina no dia 10.

Antes, no dia 9, o Governo tem de apresentar um novo plano contra o desmatamento na Amazónia, conforme lhe foi ordenado pelo STF em Março.

Ninguém nega a dificuldade, até por existir o "paradoxo" de que falou Marina Silva. Mas algum dia o Brasil terá de assumir que o que acontece na Amazónia não fica lá, como disse Daniela Orofino: "Quando a floresta é derrubada, isso afecta cidades de todo o país. A gente sente no preço da comida, na conta de energia, na falta de água, nas ondas de calor, nas secas e enchentes extremas", afirmou.

WARNER BROS. PICTURE



Desta vez o Joker canta, e os seus males espanta

Um musical: eis como Todd Phillips & Cia. resolveram a questão da "sequela" de *Joker*. E se isso for uma normalização da excepcionalidade que pulverizou as bilheteiras mundiais?

Vasco Câmara, em Veneza

Joaquin Phoenix sonhou mas não quer contar. Ele, que esfrega os olhos muito claros que parecem *ton sur ton* com o cabelo esbranquiçado. De sono? Todd Phillips tenta. "Não queres contar?" Não, ele não quer. Mas uma insistência da sala de conferências de imprensa do Festival de Veneza verga-o. Há cinco anos, na rodagem de *Joker*, ele, que passava os dias a dançar por causa do seu papel, sonhou que desatava a cantar. Não estava pronto para, com o final das filmagens, abandonar o guarda-roupa da personagem.

Resumindo, porque esta coisa dos sonhos pode ser embaraçosa e é preciso alguma crença, começou aí a ideia para *Joker: Folie à Deux*. Chegou-se depois a Lady Gaga, Stefani Joanne Angelina Germanotta. Ela propôs a Joaquin, com quem diz ter sido "muito fácil trabalhar" (isto foi para dar uma ajuda, para temperar a reputação de volátil do actor?), que cantassem os *standards* – porque entretanto se chegou também a Frank Sinatra – ao vivo. "Eu não, só se fores tu." Lá cantaram.

Cinco anos depois, ei-los de novo em concurso no Festival de Veneza, mas desta vez, depois dos mil milhões de dólares nas bilheteiras mundiais arrecadados pelo filme anterior, Todd Phillips, o realizador, está mais nervoso.

Tem razão para estar. Em 2019 nada fazia prever o sucesso de *Joker*. Ainda hoje, confessa Phillips, a explicação é uma tentativa: essa palavra pesada, *zeitgeist*. O encontro de uma personagem com o seu tempo. Arthur Fleck, lembram-se, fez de uma família de paranóicos a sua cara: deixava entrar no filme os palhaços, como dizia a canção, dos anos 70. Os insones e os solitários, os desajustados aspirantes a comediantes eram a sua alma, foram a caminhada existencial de Arthur até se tornar Joker, o supervilão (no futuro esperá-lo-ão décadas de rivalidade com Bruce Wayne, o vigilante Batman, o super-herói). Foi global a empatia dos espectadores com o esgar de Arthur Fleck. Foi fascinante

Em 2019, foi fascinante e foi fascizante a empatia global dos espectadores com o esgar do Joker

Neste regresso que é *Joker: Folie à Deux*, o musical surge como forma de transcender a mera "sequela"

Joaquin Phoenix e Lady Gaga fazem desta sequela de *Joker* um musical *old school*, daqueles em que as personagens desatam a cantar onde quer que estejam para exprimir os seus sentimentos

e foi fascizante. O filme trazia ao mundo dos *comics* uma impressão de realismo brutal, o "boneco" dava-se a ver como impressão, expulsão, vómito da realidade.

Hoje é diferente. Se o acordo foi imediato para trazer o filme ao mesmo lugar onde tudo começou há cinco anos, o Lido, desta vez espera-se alguma coisa de *Joker: Folie à Deux*. Desde logo espera-se que represente algo. E que, no final, isso se comunique às bilheteiras. É por isso simultaneamente grato e frustrante experimentar o que eles arquitectaram. Mas a ambivalência faz parte do mundo de Joker.

O musical – e até o musical canónico, *old school*, porque *Joker: Folie à Deux* é daqueles filmes em que as personagens começam a cantar, onde quer que estejam, para exprimir os sentimentos – apresenta-se, inicialmente, como um gesto de arrojo de Todd Phillips & Cia. Como forma de transcender a simples "continuação". Uma outra maneira de mexer com as expectativas ditadas pelos *comics*. Pegando num género morto e vestindo com ele as ambições de *blockbuster*.

As coisas passam-se então como (não) poderíamos estar à espera. E, a certo momento, o espectador interioriza os códigos: o cenário estiliza-se e a fome junta-se à vontade de comer, leia-se Arthur Fleck e Harleen Quinzel, Joaquin e Stefani, no desejo de destruição do mundo – não, na fantasia e na ilusão de tudo isso, como às tantas Harleen, que no manicómio onde trabalha se fascinou por Arthur, aponta ao Joker.

É aqui que muito de *Joker: Folie à Deux* arrisca escapar ao espectador que tanto teve para se agarrar ao filme anterior. Mais, pode mesmo trair a pulsão destruidora de Joker, que de razão principal, motivo, ânimo e respiração de uma personagem se transforma num álibi para números musicais. É um filme que parece justificado e normalizado por um formato. Esta "loucura a dois" pode sentir-se como padronizada porque resguardada pela ilusão do cinema. Apesar das suas cores sombrias, do "desespero", da "necessidade de amor" (isto é Joaquin Phoenix analisando a sua personagem).

A ver o que acontece, também numa bilheteira perto de si... A seguir, a continuar. Já quanto a outra sequela, Todd Phillips disse que não, mas depois corrigiu, "dependeria do actor, se tivesse Joaquin, se...". Sempre ambivalente, contraditório, o Joker.

Competição

O esplendor dos franceses é, até ver, o melhor de Veneza

Se houvesse prémios a equipas nacionais na competição do Festival de Veneza, a vencedora seria a França. Pela variedade, pela coerência, pela renovação, sobretudo pela distinção – em última análise, como é que se diz?, por serem como são.

Já a Itália, depois dos pinos alpinos atingidos com o muito bonito *Vermiglio*, de Maura Delpero, que se integrou num património e numa família cintilante (*Campo di Battaglia*, de Gianni Amelio, reivindicava uma forma inamovível de estar, e também com o passado), termina a sua participação no concurso desta 81.ª edição do festival com algo que é dos seus hábitos: com a insustentável leveza do audiovisual deste tempo, uma produção Netflix, *Diva Futura*, de Giulia Louise Steigerwalt.

Para quem não sabe, Diva Futura é o nome da agência de manequins de Riccardo Schicchi (1953-2012) que se tornou empresa do porno e revelou ao mundo a húngara Ilona Staller, Cicciolina. Lançou também Moana Pozzi. Mas as primeiras transgressões foram mesmo com a senhora Staller na rádio e em *performance*, e coube-lhes depois, a Ilona e a Ricardo, o primeiro *hardcore* italiano, *Telefono Rosso*.

Diva Futura, o filme, faz, por assim dizer, a arqueologia dessa era, uma espécie de "idade de inocência" de um mundo onde, e isso é várias vezes frisado, não se reproduzia nenhum comportamento dito tóxico da vida de todos os dias. Para essa visão angelical, a estrutura é episódica, serial – como se cada uma das mulheres que passaram pela vida de Schicchi, que é a verdadeira personagem do filme, tivesse o seu tempo de existência –, o que, curiosamente, é muito televisivo e... muito da estrutura do porno.

O ambiente é pop, fantasioso, quase infantil, características que Pietro Castellito traz para a personagem de Schicchi, como miragem da "comédia à italiana". Mas se por qualquer azar tivéssemos de interromper o visionamento para ir à casa de banho, é provável que já não regressássemos ao computador... pura imaginação distópica, nada disso existe, a realidade é cor-de-rosa: estivemos e estamos na nobre e grande sala de cinema.

Nec plus ultra

E assim regressamos aos franceses. Deles tivemos o encantador *Três Irmãs*, de Emmanuel Mouret, universo e modos a que começámos a habituar-nos, e o explosivo, surpreendente *Les Enfants Après Eux*, dos gémeos Boukherma, Ludovic e Zoran – surpreendente porque fazem um filme radicado na realidade geográfica e social francesa como um filme americano e um mundo em *cinemascope*.

O *nec plus ultra* desta participação acaba de chegar: *Jouer avec le Feu*, das irmãs Coulin, Delphine e Muriel. É o mais bonito dos franceses, se calhar o mais bonito – até agora – do concurso deste Festival de Veneza. Chega impregnado de toda uma tradição de filmar a adolescência, de André Téchiné a Jacques Doillon, e a relação pais-filhos. Neste particular, muito nos lembrou, por exemplo, quer *Un Mauvais Fils* (1980), de Claude Sautet, quer *Incompreso* (1966), de Luigi Comencini.

Por falar em transmissão: *Jouer avec le Feu* vive da relação entre três actores/personagens, Vincent Lindon, Benjamin Voisin e Stefan Crepon, um pai e os seus dois filhos, naquela que, segundo o próprio, foi a primeira vez que o *plateau* se tornou para Lindon o espaço da "passagem de testemunho" da sua vida e da sua profissão aos que serão "as estrelas do futuro".

O que se passa entre eles, neste filme, é extraordinariamente comovente, para além de ser cinematograficamente esplêndida esta coabitação no espaço de uma família que saiu do proletariado e ascendeu à pequena burguesia: Lindon é um pai viúvo, Benjamin e Stepan são dois irmãos que terão histórias e destinos diferentes – não o sabem; o filme é o momento em que isso se vai decidir e dramatizar – a partir do momento em que um deles, o mais velho, começa uma aproximação sem regresso à violência da extrema-direita.

As irmãs Coulin encontraram no livro de 2020 *Ce qu'il Faut de Nuit*, de Laurent Petitmangin, por um lado um retrato que fala de uma deriva francesa actual, por outro um olhar sem idade sobre a paternidade. Isto é, e agora olhando para o filme: o melodrama familiar – com uma ausência, a morte da mãe, motivo obsessivamente presente e responsável por designar a separação dos irmãos – como forma de filme político. Estamos ainda na França esquecida do interior, socialmente a desagregar-se, sem capacidade de oferecer laços à nova geração, restos na paisagem de um passado industrial que era responsável pela coesão do grupo em ruína – em suma, como em *Les Enfants après Eux*, que podia ser outro título de *Jouer avec le Feu*. **V.C.**

Jazz em Monserrate chega à terceira edição com nove concertos

Nuno Pacheco

O festival tem este ano como directora artística a pianista Inês Laginha e um programa com músicos portugueses e estrangeiros

Todas as sextas e sábados de Setembro haverá jazz no Parque de Monserrate, em Sintra. É a terceira edição de um festival nascido em 2022 que procura atrair aos relvados do parque, ao pôr do Sol (os concertos começam às 19h), um público heterogéneo de todas as idades. No programa deste ano há oito concertos, um por dia, aos quais veio juntar-se um nono, que era para ter ocorrido em Junho como forma de anunciar o festival e que, adiado por razões climatéricas, terá lugar hoje. Trata-se de Perico Sambeat (saxofone alto) em quarteto, com João Pedro Coelho (piano), Romeu Tristão (contrabaixo) e Bruno Pedroso (bateria). Já está esgotado.

Num festival promovido pela Parques de Sintra com apoio da Câmara Municipal de Sintra e o BPI e a Fundação "La Caixa" como mecenas, a direcção artística deste ano coube à pianista Inês Laginha, que foi convidada no Inverno de 2023, uns meses depois da segunda edição. Aceitou por várias razões, a primeira das quais é a sua ligação ao local. "Cresci em Sintra, o meu pai ainda vive em Sintra e é uma zona que me é muito querida", diz ao PÚBLICO. Outra é a essência do festival: "Teve uma programação portuguesa com músicos que muito admiro."

A edição que dirige junta pela primeira vez portugueses e estrangeiros. "Considero que o jazz é o estilo de música mais abrangente, porque nasce no berço de uma mistura de culturas. Para mim, só faz sentido programar um festival se se mantiver a premissa que criou este estilo musical."

Os próximos concertos ocorrem aos pares, um à sexta e outro ao sábado. Amanhã e depois, respectivamente, actuarão Eduardo Cardinho (vibrafone) em sexteto e André Rosinha (contrabaixo) em trio. Nos dias 13 e 14, duas cantoras: primeiro a norte-americana Emma Frank e depois a portuguesa Filipa Franco, ambas em quinteto. Nos dias 20 e 21, duas colaborações: a do Trio de Jazz de Loulé com o catalão Jorge Rossy (vibrafone) e a de João Bernardo (piano) em duo com o brasileiro Augusto Baschera (guitarra eléctrica). Por fim, a 27 e 28, respectivamente, actuarão a cantora e teclista Margarida Campelo em quarteto e Alexandre Frazão (bateria) em quinteto. Os bilhetes para cada concerto têm o preço único de 15 euros.

"Em Portugal, temos músicos que nasceram no jazz mas que não se encerraram ali e vão em muitas direcções", diz Inês Laginha. "Mas às vezes há uma reserva em convidar músicos estrangeiros porque se presume que será muito caro e inacessível, e isso não é verdade." Daí ter convidado a norte-americana Emma Frank (que vive em Brooklyn com o marido, o baterista português Pedro Barquinha): "É uma cantautora que acompanho há alguns anos, porque fez uma colaboração com o Aaron Parks, um dos meus pianistas de jazz favoritos e que por sinal agora vive em Lisboa. Há um disco dela em que o Parks participou, foi aí que a descobri. É uma música acessível para quem não ouve jazz, mas nota-se que ela passou por lá." Com Emma estarão Aaron Parks (piano), Dominic Mekky (teclados), Simon Jermyn (contrabaixo) e Pedro Barquinha (bateria).

Também o catalão Jorge Rossy tem ligações anteriores a Portugal. "Conhecemo-lo tendencialmente como baterista, apesar de sabermos que de há uns anos para cá toca vibrafone", assinala a programadora. "Como há o Trio de Jazz de Loulé, três músicos incríveis de uma geração mais nova (o António Quintino, o João Lopes Pereira e o João Pedro Coelho), decidi propor-lhe que tocasse vibrafone com eles. Ele adorou a ideia e estou muito contente, porque é um concerto que não se vai repetir." Rossy dará também uma *masterclass* no dia 21, às 14h, de acesso gratuito mediante inscrição prévia.

O Jazz em Monserrate inclui ainda quatro concertos para famílias aos sábados de manhã, às 11h.



Emma Frank trará com ela o pianista Aaron Parks

Luna Fest é punk e rock'n'roll ao alcance da mão, com epicentro em Coimbra

Mário Lopes

Jon Spencer, Gories, Kid Congo Powers, Psychedelic Furs e Lene Lovich são destaques do festival que começa amanhã

Punk e rock'n'roll, o do que os construíram noutras eras, o daqueles que fizeram história nas margens, o que fervilha neste preciso momento aqui, em Inglaterra, nos Estados Unidos, em Espanha, no México. Tudo em Coimbra, na Praça da Canção, de amanhã até domingo. É a segunda edição do Luna Fest: Jon Spencer, Psychedelic Furs, Gories, Kid Congo Powers & The Pink Monkey Birds, Legendary Tigerman, Parkinsons, Lene Lovich, Theatre of Hate, DeadLetter, Weird Omen, La Élite, Club Makumba e os M'as Foice, lendas coimbrãs com o seu punk dada-surrealista que se reúnem, três décadas depois, propositadamente para o festival.

2023 foi o ano zero. Um ano zero de respeito, se recordarmos um cartaz onde encontrávamos John Cale, Buzzcocks, A Certain Ratio, Gang of Four, Fleshtones ou Black Lips. Ainda assim, o arranque deste festival criado em modo *do it yourself*, muito de acordo com o punk e o rock'n'roll que norteiam a programação, foi marcado por dois grandes contratempos, os cancelamentos de Devo e dos The Damned em cima da hora, e não provocou uma enchente de público nas margens do Mondego. A marca, porém, ficou. Este ano está de volta, com os devidos ajustes trazidos pela experiência, com o reconhecimento institucional da cidade, com um cartaz onde se cruzam a história e o presente do punk e do rock'n'roll (e para além dele, dado que também ouviremos o ska de Natty Bo & The Top Cats, os Belle Chase Hotel, Selma Uamusse ou os Club Makumba).

Victor Torpedo, guitarrista dos Tédio Boys e dos Parkinsons, entre outros (a par do muito produtivo percurso a solo: 12-álbuns-12 na rua em 2023), e que é um dos fundadores do festival, diz ao PÚBLICO que a ambição é este tornar-se uma referência na região, canalizando o temperamento rock'n'roll do lado B da cidade – ou seja, menos as capas negras do *cliché* universitário, mais o espírito dos Tédio Boys, a histórica banda rock'n'roll que, de certa forma, marcará presença no festival através dos seus antigos membros: Legendary "Paulo Furtado" Tigerman, Toni Fortuna nos M'as Foice, Kaló nos Twist Connection, Victor Torpedo nos Parkinsons, chamados ao cartaz em substituição dos Mão Morta, obrigados a cancelar por motivos de saúde (Adolfo Luxúria Canibal foi submetido a uma cirurgia numa perna).

Em relação a 2023, o Luna Fest mudou-se de Agosto para Setembro, forma de escapar à maior pressão do período festivaleiro, reduziu os dias (de cinco para três) e viu surgir um segundo palco, o que permitirá eliminar os tempos mortos. Dedicado à música feita em Portugal e programado pela Lux Records, editora fundamental da música saída de Coimbra nas últimas duas décadas, dará relevo, maioritariamente, à muito produtiva cena coimbrã (por ali passarão Twist Connection, Birds Are Indie e So DeaD, além dos já referidos Legendary Tigerman, Belle Chase Hotel, Club Makumba, Selma Uamusse, M'as Foice e Parkinsons). Isto o que mudará. O espírito, esse, não se deseja que mude. "A nossa ideia é ser um festival de proximidade, em que se possa ver realmente os artistas, e não apenas os ecrãs-vídeo. Que o fosso entre o público e os artistas seja o mínimo."



WHIT

Jon Spencer é um dos nomes mais aguardados desta segunda edição do festival de Coimbra



DR

Os M'as Foice, lendas da cena coimbrã com o seu punk dada-surrealista, reúnem-se três décadas depois de propósito para o Luna Fest (aqui numa foto de 1990)

Peixinhos no oceano

A primeira edição do festival fundado por Victor Torpedo e por Tito Santana, proprietário do Pinga Amor, bar que concentra nas suas quatro paredes o espírito rock'n'roll do Luna Fest, deixou os organizadores a fazer contas ao prejuízo – as vendas de bilhetes ficaram abaixo do necessário a uma produção independente, assegurada sem apoios de marcas ou grandes empresas e com um apoio municipal de apenas 25 mil euros. Segundo Victor Torpedo, porém, o principal ficou feito. "Vivemos mundialmente num oceano de eventos e somos uns peixinhos num oceano cheio de tubarões. Para entrar, tivemos de arrombar a porta. Não batemos, tivemos de arrombar para conseguir sermos vistos e ouvidos." Os músicos, a julgar pelos elogios deixados, por exemplo, pelo lendário John Cale ("Um festival de música feito por amantes de música", comentou), ficaram conquistados.

Com bilhetes a 88€ (passe geral) e 35€ (dia), com os poderes institucionais mais atentos (o apoio camarário foi aumentado para 100 mil euros), com iniciativas como o Epicentro, durante o Verão, a dinamizar culturalmente a degradada Baixa de Coimbra e a mostrar que "a cidade está viva e que, quando a cidade está viva, as pessoas acorrem", Victor Torpedo espera que a segunda edição seja um passo importante para a implantação definitiva do festival e para a sua sustentabilidade. Até porque, dada a sua natureza e a orientação da sua programação, a esfera de influência do Luna Fest pode ir bem além de Coimbra e da região centro. Há um nome em cartaz que o prova.

Chamam-se Carrion Kids e são uma muito desbragada banda punk mexicana. No ano passado, descobriram *online* o cartaz de um festival que lhes pareceu irresistível e meteram-se num avião a caminho de Coimbra. Após o festival, apresentaram a sua banda à organização e, desta feita, cabe-lhes a honra de abrir o Luna Fest, amanhã, às 18h.

Depois dos Carrion Kids, muito a acontecer. No primeiro dia, o balanço rock'n'roll dos Twist Connection, o regresso dos M'as Foice, a banda de culto do pós-punk Theatre of Hate, Legendary Tigerman, os Psychedelic Furs e a new-wave de Lene Lovich. Sábado, o indie rock mui vitaminado dos Birds Are Indie, os londrinos Jonhny Throttle (onde encontramos Afonso Pinto, vocalista dos Parkinsons), Selma Uamusse, os Belle Chase Hotel, essa grande figura chamada Kid Congo Powers (Cramps, Gun Club, Bad Seeds), Jon Spencer, ele da explosão blues e do charme catártico do rock'n'roll, e o ska jamaicano, via Londres, de Natty Bo & The Top Cats. Domingo, para despedida, o synth-punk dos So DeaD, o punk visceral dos ingleses Weird Omen, a viagem luxuriante entre géneros e geografias dos Club Makumba, o garage punk, saxofone a silvar na área, dos DeadLetter, revelação britânica, os Parkinsons, os Gories, reis do garage mais cru de Detroit, e o *Nuevo Punk* dos espanhóis La Élite.

Estes últimos são os únicos repetentes em relação à primeira edição. Para Victor Torpedo, foram "a" banda do Luna Fest 2023. Como achou que deveriam ter sido vistos por mais gente, trouxe-os novamente. Coisas de um festival feito por amantes de música.



Haider Ackermann é o novo director criativo da Tom Ford
Ackermann entra em funções imediatamente, anunciou, ontem, a Estée Lauder, que detém a etiqueta, mas apenas se estreará em Março do próximo ano, na Semana da Moda de Paris. "É com enorme orgulho que procurarei honrar o legado de Tom Ford", celebrou o criador colombiano.

Quarteirão do Rossio recebe nova Zara em mais de cinco mil metros quadrados

O espaço da Inditex em Lisboa, além das colecções de roupa, também inclui a Zara Home, absorvendo as lojas da Rua Augusta e do Chiado. Conta com 280 funcionários, incluindo 145 novas contratações

Inês Duarte de Freitas

O quarteirão da antiga Pastelaria Suíça acaba de se transformar na maior loja da Zara em Portugal. São cinco mil metros quadrados de moda e decoração, divididos por quatro pisos, com todas as colecções de mulher, homem, criança e casa. A gigante têxtil espanhola Inditex, dona da marca, recusa-se a revelar o valor do investimento feito naquela que será uma das maiores lojas Zara do mundo. O foco está na "experiência", dizem, dando a possibilidade aos lisboetas de terem acesso a colecções em primeira mão na abertura de hoje, 5 de Setembro.

Apesar de a Zara não querer categorizar a loja de Lisboa como a terceira maior do mundo, feitas as contas, o edifício do Rossio entra para a lista dos maiores espaços comerciais da marca — depois de Roterdão, com nove mil metros quadrados, e Madrid, com cerca de seis mil. "Cada loja tem o seu espaço e características próprias, e estas métricas variam consoante se mede a área total, a área comercial, a que se excluem as zonas de caixa, provadores, pelo que não existe a lista ou ranking a que se refere", justifica fonte oficial da Inditex ao PÚBLICO.

Só em Portugal, a marca tem 41 lojas, sendo que a Zara Rossio absorve as lojas do Chiado e da Rua Augusta — que dão lugar, respectivamente, à Massimo Dutti e à Bershka. Os funcionários daquelas duas lojas também transitam para o novo espaço, que conta com 280 funcionários, sendo que 145 são novas contratações.

O quarteirão quase se assemelha a um centro comercial de perder vista — há, inclusive, uma pequena cafetaria, assegurada pela Castro, onde não faltam os pastéis de nata. "É o expoente da Zara com inovação e tecnologia, mas também em termos de moda e de sustentabilidade", anunciam à chegada numa visita reservada à imprensa, apesar de alguns curiosos já quererem entrar para fazer compras. "Ainda não abriu", respondem, invariavelmente.

Antes da visita faz-se um aviso prévio: "Para percorrer a loja toda demoramos 45 minutos." A dimensão pode ser assustadora, apesar da rigorosa arrumação em torno do espaço e ao centro das salas com expositores feitos de betão ou de azulejos Viúva Lamego. O piso térreo está dividido entre homem e mulher, com uma zona de caixas ao centro. É aqui que ficam as colecções mais especiais, como aquelas que são de edição limitada, como a Studio, Atelier e SRPLS.

A ideia, detalha o responsável de loja, é segmentar o espaço por tipo de cliente, sendo que o comprador *premium* fica pelo piso térreo — a presidente da Zara, Marta Ortega, recusa-se a afirmar que a empresa produza *fast fashion*. "Esta é uma loja constituída por experiências de compra. Preferimos trabalhar a parte moda e tendência neste piso com qualidade *premium*", explica o guia da visita.

É assim o novo conceito de loja em que a Zara tem apostado nos últimos anos — a última grande abertura por cá tinha sido a renovada loja do Centro Colombo, depois de Santa Catarina, no Porto, que foi a primeira loja Inditex em Portugal, em 1988. "É um mercado relevante e estratégico que, pela sua maturidade, história e oportunidade, vai acolher esta extraordinária *concept store*. Este novo espaço no Rossio integra duas lojas, Zara e Zara Home, numa única loja que se destaca pelo carácter singular e emblemático do edifício", declara a fonte oficial da marca.

As novas lojas, afiançam, incluem as mais avançadas ferramentas tecnológicas, incluindo caixas automáticas para devolução das encomendas *online* ou reserva de provador na loja através da aplicação móvel. Todos os pisos têm zona de caixas e de provadores para prevenir longos tempos de espera.

No primeiro piso, estão as colecções mais habituais de homem e mulher, mas também espaços reservados para os coordenados de festa ou de alfaiataria com atendimento exclusivo. As colecções mais jovens ficam no segundo piso, que também conta com uma zona reservada para acessórios, beleza e sapataria, de forma a facilitar a deslocação na loja. Por fim, é no último andar que ficam as linhas de criança com um pequeno espaço dedicado à brincadeira.

A loja do Rossio distingue-se, ainda, por ser a primeira em Portugal em que os conceitos de Zara e Zara Home se fundem, com um painel de azulejos da autoria de Bruno Grizzo (que estará a pintar ao vivo na loja nos próximos dois dias) a fazer a divisão. As colecções de casa estão dispostas numa espécie de apartamento com vista para o Castelo de São Jorge, com cozinha, sala de jantar, escritório, sala de estar, quarto e casa de banho. Dada a magnitude do espaço é possível encontrar mais mobiliário do que é habitual nas 23 lojas portuguesas da marca, incluindo as peças do arquitecto belga Vincent van Duysen.

Apesar da inovação tecnológica da Zara Rossio, mantiveram-se as marcas do passado de um dos quarteirões mais emblemáticos da Baixa lisboeta. O edifício foi vendido por 62 milhões de euros em 2018 à espanhola Mabel Capital, a sociedade de investimento fundada por Abel Matutes e participada pelo tenista Rafael Nadal, a quem a Inditex arrenda o espaço. A arquitecta Elsa Urquijo, que tem atelier na Corunha, onde nasceu a empresa de Amancio Ortega, começou de imediato a trabalhar no projecto descrevendo o processo como uma viagem pela arquitectura pombalina.

"A principal missão foi valorizar o que havia, toda a riqueza arquitectónica tão ligada à cidade", declara ao PÚBLICO. O desafio seguinte foi descobrir como transformar um edifício tipicamente português, com as suas fragmentações, numa loja que permitisse um "percurso fluido". E detalha: "Abrimos toda a circulação perimetral para que o trânsito seja cómodo e a luz une tudo, bem como a disposição da roupa."

Para a arquitecta, que também já tinha sido responsável pelas lojas da Zara em Nova Iorque, Hong Kong ou Viena, era importante fazer a reabilitação com materiais que se ligassem à história do edifício, sem esquecer a vertente ambiental. É que, apesar do grande gasto energético de um espaço desta dimensão, a loja está ligada a uma plataforma do grupo que monitoriza os gastos e reduz os consumos. Além disso, anunciam que já reduziram em 95% o uso de plásticos nas lojas, nomeadamente no embalamento das peças.

"Estamos muito satisfeitos com a nossa presença comercial em Portugal e, embora estejamos sempre atentos a novas oportunidades, não estamos a planear grandes mudanças", terminam.


DOMO FOTOGRAFIA SL

A loja do Rossio distingue-se por ser a primeira em Portugal em que os conceitos de Zara e Zara Home se fundem

Guia

Cinema

Porto

Batalha Centro de Cinema
Praça da Batalha 47.
Mergulho no Passado 21h15
Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
A Paixão 15h; **Dulcineia** 18h; **Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você** M12. 14h15; **Geração Low-cost** M14. 16h, 19h15; **Motel Destino** M14. 17h15, 21h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 19h30, 21h45
Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
A Morte de Uma Cidade 19h; **Dulcineia** 13h50, 16h10, 21h50; **Como Por Magia** 16h, 18h40; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h10, 15h40 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h20, 18h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 17h50, 21h; **Oh Lá Lá!** M12. 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h40, 20h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h40, 21h40 ; **Cão e Gato** M6. 13h30; **Um Sinal Secreto** M14. 21h10; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 15h50, 18h30, 21h20 ; **Pequenas Grandes Vitórias** 13h15, 15h30
Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
Luz de Inverno 21h30

Coimbra

Casa do Cinema de Coimbra
Aenida. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Breves Encontros M12. 16h40; **Dulcineia** 18h30; **O Monge e a Espingarda** M12. 14h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h30
Cinemas Nos Fórum Coimbra
Fórum Coimbra. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 16h15 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 16h45, 19h30 (VP) 19h45 (VO); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h, 18h, 21h; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h30, 21h15; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h45, 17h, 22h15; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h, 16h30, 19h10, 21h45; **Zona de Risco** M14. 22h; **Pequenas Grandes Vitórias** 18h45, 21h30

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 12h30, 15h20, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 10h50, 13h20, 16h, 18h30 (VP) 19h30 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 20h20, 23h10; **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 17h10, 21h, 23h50; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h10, 15h15, 18h15, 21h20, 00h25; **Alien: Romulus** M16. 14h30, 17h30, 20h40, 23h40; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h10, 18h, 21h10, 24h; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h10, 16h20, 19h25, 22h25; **Cão e Gato** M6. 14h20, 16h40; **Um Sinal Secreto** M14. 20h10, 23h; **Hellboy e o Homem Torto** 21h15, 23h45; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h, 14h10, 16h30 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h40, 18h40, 21h30, 00h20; **Zona de Risco** M14. 13h, 15h50, 19h, 21h40; **Pequenas Grandes Vitórias** 18h50, 21h05, 23h20; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 13h50, 16h10, 22h30

Maia

Cinemas Nos MaiaShopping
C.C. Maiashoping, Lj 2.43. T. 16996
Divertida-Mente 2 M6. 13h50, 16h20 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h40,

Estreias

Beetlejuice Beetlejuice

De Tim Burton. Com Jenna Ortega, Michael Keaton, Monica Bellucci, Winona Ryder, Willem Dafoe, Danny DeVito. EUA. 2024. 104m. Comédia. M12.
Após a trágica morte do patriarca, as três gerações de mulheres da família Deetz retornam à casa de Winter River, onde outrora foram atormentadas por Beetlejuice, um fantasma muito peculiar que tinha como objectivo expulsá-los.

Cão e Gato

De Reem Kherici. Com Franck Dubosc, Reem Kherici, Philippe Lacheau, Inès Reg. CAN/FRA. 2024. 86m. Comédia, Aventura. M6.
Monica é dona de uma gata que é um sucesso nas redes sociais. Numa das suas viagens, ela cruza-se com Jack, cujo cão, apesar de ninguém saber, acabou de engolir um rubi, fruto de um roubo do dono. Quando os animais se perdem no aeroporto, os dois humanos veem-se obrigados a unir esforços para os encontrar.

Como Por Magia

De Christophe Barratier. Com Kev Adams, Gérard Jugnot, Claire Chust, Charlotte Des Georges. FRA. 2023. 93m. Comédia Dramática.
Victor é mágico e atravessa um bom momento da sua carreira. Mas ser muito requisitado tem o seu preço: com tantos espectáculos e apresentações, ele mal tem tempo para cuidar de Lison, a sua bebé. Depois de tentar, sem sucesso, encontrar alguém apropriado para o ajudar, ele vê-se forçado a pedir ajuda ao sogro.

Daddio - Uma Noite em Nova Iorque

De Christy Hall. Com Dakota Johnson, Sean Penn, Marcos A. Gonzalez, Zola Lloyd, Shannon Gannon. EUA. 2023. 100m. Drama.
Uma mulher sai do Aeroporto Internacional JFK, em Nova Iorque, e entra num táxi. Durante a viagem até casa, ela inicia uma conversa inesperada com Clark, um motorista com anos de experiência em decifrar o que as pessoas não têm coragem de verbalizar.

Dulcineia

De Artur Serra Araújo. Com António Parra, Alba Baptista, Ana Cunha, Nuno Nunes. POR. 2023. 88m. Drama.
Baseado no romance "O Ano Sabático", da autoria de João Tordo, este filme acompanha Hugo, um contrabaixista que viveu em Marrocos durante treze anos e que agora regressa ao Porto. Hugo fica chocado quando, durante um concerto de piano, o artista começa a tocar uma música composta por si.

Pequenas Grandes Vitórias

De Mélanie Auffret. Com Michel Blanc, Julia Piaton, Lionel Abelanski, Marie Bunel. FRA. 2023. 89m. Comédia.
Oriundo de uma família com poucos recursos, Émile não sabe ler. Mas agora que passou dos sessenta, está convicto de que é chegado o momento de aprender.

Zona de Risco

De William Eubank. Com Liam Hemsworth, Russell Crowe, Luke Hemsworth, Ricky Whittle, Milo Ventimiglia. EUA. 2024. 113m. Thriller. M14.
Quando, durante uma missão de resgate, uma equipa de operações especiais norte-americana é rodeada pelo inimigo no sul das Filipinas, Kinney, um oficial na sua segunda missão, é separado dos seus companheiros. A única esperança de salvação está nas orientações de um piloto de drones, que lhe vai dando indicações sobre o que fazer.


Beetlejuice Beetlejuice

As estrelas P

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Beetlejuice, Beetlejuice	—	—	★★★☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Bruno Reidal- As Confissões...	★★★☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque	—	★☆☆☆☆	—
Dulcineia	—	★☆☆☆☆	—
Greice	★★★☆☆	★★★☆☆	—
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Nas Sombras	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
Terra Queimada	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆
24 Frames	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

18h20, 21h10 ; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h10, 16h, 18h50, 21h40; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h30, 16h10, 18h40, 21h20; **Um Gato Com Sorte** M6. 13h20 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h30, 18h30, 21h30; **Zona de Risco** M14. 19h, 21h50

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Av. Dr. Óscar Lopes. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 16h10 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h10, 15h40, 18h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h10, 15h30, 18h40, 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h, 15h, 18h10, 21h10, 00h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h20, 18h20, 21h, 23h40; **Ozi: A Voz da Floresta** M6. 12h40, 14h50, 17h10 (VP); **Um Sinal Secreto** M14. 21h20, 23h50; **Hellboy e o Homem Torto** 19h, 22h, 00h25; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h, 19h10, 21h50, 24h; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 19h20, 21h40, 00h15; **Não Apagues a Luz** 00h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h30, 15h10, 18h, 20h50, 23h30 (IMAX)
Cinemas Nos NorteShopping
C.C. Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 11h, 12h50, 15h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h20, 14h, 16h30, 19h (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h30, 17h30, 20h30, 23h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 23h40; **Alien: Romulus** M16. 18h, 20h50, 00h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h, 15h50, 18h50, 21h40, 00h25; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50; **Hellboy e o Homem Torto** 21h50; **Um Gato Com Sorte** M6. 10h50, 13h15, 15h40 (VP); **Zona de Risco** M14. 18h10, 21h10, 00h10; **Pequenas Grandes Vitórias** 14h10, 16h20, 19h10; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 22h, 00h30; **Não Apagues a Luz** 00h25; **Alien: Romulus** M16. 14h10, 16h50, 22h10 (SCREENX); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20, 24h (NOS XVISION)

Vila Nova de Famalicão

Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão
Parque de Sinções. T. 252371297
Vincent Tem de Morrer 21h45

Vila Nova de Gaia

Cinemas Nos GaiaShopping
Centro Comercial Gaiashopping, Lj 2.25. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 10h40, 13h10, 15h40 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 10h50, 13h40, 16h10, 18h30 (VP) 18h, 20h30, 23h (VO); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h40, 15h20, 18h10, 21h; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h20, 17h30, 20h40, 23h30; **Alien: Romulus** M16. 12h50, 15h25, 18h20, 21h20, 00h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h20, 15h50, 18h50, 21h50, 00h30; **Um Sinal Secreto** M14. 19h; **Hellboy e o Homem Torto** 21h10, 23h30; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h30, 16h, 18h40, 21h30, 24h; **Zona de Risco** M14. 13h50, 16h20, 21h40, 00h20; **Não Apagues a Luz** 23h50; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h30, 17h50, 20h50, 23h20 (4DX)
UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Dulcineia 16h15, 21h20; **Como Por Magia** 16h15, 21h25; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 14h, 16h25, 19h25 (VP); **Na Terra de Santos e Pecadores** 13h40, 18h50; **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h10, 18h45, 21h10 (VP); **Podia Ter Esperado por Agosto** 13h55, 18h55; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20, 16h05, 18h50, 21h40; **Oh Lá Lá!** M12. 16h35, 21h35; **Armadilha** M12. 19h25, 21h55; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h, 18h40, 21h25; **Duchess Implacável** M16. 13h35, 18h40; **O Corvo** M16. 18h55, 21h35; **Alien: Romulus** M16. 13h30, 16h20, 19h05, 21h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h50, 16h20, 19h10, 22h; **Cão e Gato** M6. 14h25, 16h35 (VP); **Um Sinal Secreto** M14. 16h30, 21h30; **Campeões 2** 15h55, 21h15; **Longing - À Descoberta do Passado** 13h35, 16h10, 18h45, 21h20; **Hellboy e o Homem Torto** 14h05, 19h, 22h; **O Monge e a Espingarda** M12. 13h25, 18h35; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h15, 16h55 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h, 14h20, 16h30, 16h50, 19h, 19h20, 21h30, 21h50; **Zona de Risco** M14. 13h45, 16h25, 19h10, 21h55; **Pequenas Grandes Vitórias** 14h30, 16h45, 19h05, 21h15; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 14h10, 16h40, 19h15, 21h40

Lazer

TEATRO

Se Acreditares muito

PORTO Teatro Sá da Bandeira. Dias 5/9 e 6/9, às 21h30. M/16. 15€ a 17,50€

O título da peça remete para a luta de um casal para se manter unido e seguir em frente, apesar das vicissitudes da sua relação e da trágica perda de um filho durante o parto. É neste mundo implodido, feito de emoções profundas, momentos de humor e a "extraordinária capacidade de acreditarmos no impossível" que se situa a narrativa, escrita por Cordelia O'Neill e levada a palco por Sara Barradas e Diogo Martins, numa encenação de Flávio Gil.

Refugiado — Epopeia de Uma Fuga

GUARDA Teatro Municipal. Dia 5/9, às 21h30. M/12. 7,50€

Vai a palco a reflexão ensaiada por Paulo Matos, enquanto intérprete e encenador da história de um homem que está "só em cena e no seu destino, carregando o desespero e o desejo da fuga, [que] quer passar, quer chegar ao outro lado da terra, do mar, da fronteira e da vida", descreve a folha de sala. "Entre ele e o espaço sonhado, um mundo de barreiras quase intransponíveis", sejam obstáculos externos ou dilemas interiores.

MÚSICA

Tainá e i o u

PORTO Casa da Música. Dia 5/9, às 21h30. Grátis

A cantora e compositora brasileira Tainá Garmendia vem a Portugal apresentar o seu álbum de estreia, *Metacomunicançāo*.

CONVERSA

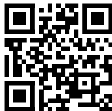
Género e Igualdade: Direitos ao Futuro?

PORTO Coliseu Porto Ageas. Dia 5/9, às 18h. Grátis, mediante levantamento prévio de bilhete

Os 30 anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e os 50 anos da Revolução dos Cravos dão o mote a uma conversa sobre liberdades e direitos, conquistados e ameaçados. Com moderação de Carla Miranda, conta com a participação de Mónica Ferro, Neil Datta, Cátia Moreira de Carvalho e Sofia Oliveira.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos



Totoloto 5 6 19 41 44 11

1.º Prémio 3.600.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.544

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

Horizontais: 1. Após mais de um século debaixo de água, perdeu uma parte da sua icónica proa. Senão. **2.** Assoreiam. Catedral. **3.** Abandonar. Alcunhar, depreciando. **4.** Ignorou mandado de captura do TPI e recebe Putin com todas as honras. **5.** Amolgue. Vãs. **6.** Abreviatura de manuscrito. **7.** Espaço de 12 meses. Segundo. Símbolo de centilitro. **8.** Corredor de (...), separa a faixa de Gaza do sul da Península do Sinai, no norte da fronteira do Egipto. **9.** Caminhava para lá. Felicidade. Campeonato profissional norte-americano de basquetebol. **10.** Dmytro (...), ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, apresentou a demissão. Avenida (abrev.). **11.** Ave de migração, columbina. Embarcação típica do rio Douro.
Verticais: 1. Casa de pasto. Amolar. **2.** Fúria. Mau costume (fig.). **3.** "Perde mais amizades quem mais (...) em verdades". Está na ponta do anzol. Símbolo de quilolitro. **4.** Esbelto. Animais que pertencem a vários donos. **5.** Sódio (s. q.). Símbolo de nanossegundo. Vereador. **6.** Figura. As regiões superiores da atmosfera. **7.** O maior rio da Itália. Lê por sílabas. **8.** Terreno arável. Castelo de (...), a prisão d'O Conde de Monte Cristo. Prefixo (afastamento). **9.** (...) de família, o número de pessoas com acesso a ele é o mais baixo da última década. Na moda. **10.** Letras que designam a pilha de menor diâmetro. Completo. **11.** Ente. Ponto cardeal. Insignificância (fig.).

Solução do problema anterior
Horizontais: 1. Casa. Caro. **2.** Anelo. Talim. **3.** Neeleman. **4.** Em. Uno. Aí. **5.** Arreda. Pl. **6.** Ele. Sr. Vias. **7.** Médicos. Ode. **8.** Aviso. Error. **9.** Lombardo. Re. **10.** Alia. Tal. EN. **11.** Ror. Apressa.
Verticais: 1. Cabe. Emalar. **2.** An. Malévolo. **3.** Sen. Redimir. **4.** Alear. Isba. **5.** OE. Escoa. **6.** Ludro. RTP. **7.** Atena. Sedar. **8.** Ramo. Role. **9.** Ola. Pior. **10.** Inaladores. **11.** Cm. Serena.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1								■			
2							■			■	
3					■						
4		■									■
5							■				
6	■		■		■			■		■	
7				■		■			■		
8											■
9			■					■			
10		■							■		
11					■						

Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: EO

NORTE
♠K1097
♥1093
♦ A1092
♣64

OESTE
♠4
♥K864
♦ KQJ854
♣Q9

ESTE
♠6532
♥5
♦ 763
♣J10873

SUL
♠AQJ8
♥AQJ72
♦ -
♣AK52

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♥
2♦	2♥	passo	2♠
passo	3♠	passo	4♣
passo	4♦	passo	6♠
Todos passam			

Leilão: Qualquer forma de Bridge.

Carteio: Saída: K♦ . Como cartearia este cheleme?

Solução: Se os trunfos estiverem repartidos 3-2, será fácil chegar às doze vazas, até mesmo treze caso o Rei de copas esteja em Este. Não querendo perder o prémio do cheleme, o mais importante será encontrar uma linha de jogo que ofereça uma forma de nos protegermos contra uma distribuição dos trunfos 4-1. Oeste deverá ter o Rei de copas, por isso é fundamental preservar o Ás de ouros para prevenir um futuro ataque a ouros. Com tudo isto em mente, o primeiro passo é jogar o 2 de ouros do morto para cortar na mão de Sul. Mas atenção, e se Oeste tiver quatro cartas a copas? Ele poderá mais tarde recuar duas vezes o seu Rei, complicando as comunicações entre as duas mãos, chantageando o encaixe do Ás de ouros copas e assim não teremos como cumprir. A chave do problema está aqui, corte com a Dama de trunfo e jogue o 8 de espadas para o 9 do morto para cortar outro ouro com o Ás de trunfo! Depois o Valete de trunfo que prende com o Rei do morto para tirar ainda o 10 e o 7 para eliminar em definitivo os trunfos que restam, ao mesmo tempo que balda os dois paus pequenos da mão de Sul. Por fim, o 10 de copas a correr, seguido do 9 caso Oeste decida recuar o seu Rei. E iremos persistir até que o Rei de copas saia.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
1♠	2♦	passo	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠AKQ ♥98543 ♦86 ♣1064

Resposta: Marque 2ST. A qualidade do naipe de copas parece encurtar o comprimento para apenas quatro e para além disso 3ST parece ser uma partida bem melhor do que a de 4C, contando que o parceiro normalmente tem um bom naipe de seis cartas para justificar este tipo de intervenção.

Não deixe de experimentar os nossos problemas *online*, em www.publico.pt. Ainda não é obrigatório ser assinante, basta efectuar o registo do seu nome e endereço de *email*. Carteio ou leilão, tem à sua disposição centenas de desafios!

Sudoku

Problema 12.852 (Fácil)

		7		3	9			4
4		1		6			5	
		8		5		3		2
	7			9				
5	2						8	9
				8			4	
1		6		4		7		
	9			2		4		3
3			5	7		8		

Solução 12.850

2	9	7	5	3	1	6	8	4
6	1	4	9	7	8	3	2	5
8	5	3	2	4	6	1	7	9
1	6	9	3	8	5	2	4	7
3	2	8	7	1	4	5	9	6
4	7	5	6	2	9	8	1	3
9	3	2	1	5	7	4	6	8
7	8	1	4	6	3	9	5	2
5	4	6	8	9	2	7	3	1

Problema 12.853 (Difícil)

3								9
		7	8					
				5	2		1	
		1		9			3	
		8	2		6	5		
	4			3		7		
	9		7	2				
					1	6		
8								5

Solução 12.851

6	2	7	4	3	5	8	9	1
9	3	1	8	6	2	4	5	7
8	4	5	9	7	1	3	6	2
4	1	6	5	2	9	7	3	8
3	7	9	6	8	4	1	2	5
5	8	2	7	1	3	6	4	9
2	6	4	1	9	7	5	8	3
7	5	3	2	4	8	9	1	6
1	9	8	3	5	6	2	7	4

Guia

CINEMA

O Segredo de Brokeback Mountain
AMC, 20h03
Ang Lee (*O Tigre e o Dragão*, *Sensibilidade e Bom Senso*) é o realizador deste *neo-western* de 2005 que conta uma história de amor proibido entre dois *cowboys*, passada no Wyoming de 1963 e protagonizada por Heath Ledger e Jake Gyllenhaal. *O Segredo de Brokeback Mountain* venceu o Leão de Ouro no Festival de Veneza e arrecadou três Óscares – melhor realizador (Lee), argumento adaptado (Larry McMurtry e Diana Ossana) e banda sonora (Gustavo Santaolalla) – entre os oito para que estava nomeado.

O Fim da Inocência
Hollywood, 23h10
Realizado por Joaquim Leitão e escrito por Roberto Pereira, *O Fim da Inocência* transporta para o cinema o *best-seller* homónimo de Francisco Salgueiro, onde é narrada a história real e desconcertante de uma adolescente. Inês (Oksana Tkach) vem de uma família abastada, estuda nos melhores colégios e convive quase exclusivamente com pessoas do seu estrato social. Mas, depois das aulas, ela e os amigos participam em arriscados jogos sexuais, usam a Internet de forma compulsiva, frequentam a vida nocturna de Lisboa e consomem todo o tipo de drogas, numa espiral destrutiva inimaginável para os pais, que os julgam em segurança.

SÉRIE

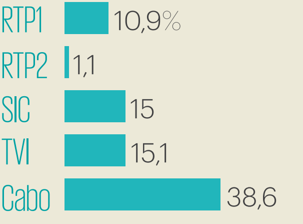
Os Casos de Susan Ryeland: Magpie Murders
AXN White, 22h18
Depois de ter tido uma primeira vida no AXN quando saiu, em 2022, e de ter passado pela RTP2 com o título *Crime, Disse o Livro*, a série entra agora na grelha do AXN White, com crime e mistério para entreter os serões de quinta. É uma história dentro da história, que adapta à televisão o *best-seller* de Anthony Horowitz – o primeiro da série focada na personagem de Susan Ryeland, aqui interpretada por Lesley Manville. É uma editora de livros que recebe de um dos seus autores mais bem-sucedidos o manuscrito do último tomo de uma saga policial. Apercebe-se de que está inacabado. Descobre também que o escritor está morto. É então que começa a perceber que a obra pode não ser apenas ficção. Mais: pode conter pistas para explicar a morte dele e conduzir ao assassino.

Televisão

Os mais vistos da TV
Terça-feira, 3

		%	Aud.	Share
Cacau	TVI		8,9	18,5
Jornal da Noite	SIC		8,8	18,5
Dilema - Especial	TVI		8,4	16,9
A Promessa	SIC		8,2	17,0
Telejornal	RTP1		7,6	16,7

FONTE: CAEM



RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.15** Hora da Sorte - Lotaria Popular **14.23** Amor sem Igual **15.20** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo

19.00 Telejornal

19.36 Futebol: Portugal x Croácia (Liga das Nações)



21.53 Joker

22.53 Curral de Moinas - Os Banqueiros do Povo

23.50 Festival F

3.15 Grande Entrevista: Gouveia e Melo **4.13** Amor sem Igual

RTP2

6.32 Repórter África **7.00** Afazeres do Mês **7.05** Espaço Zig Zag **9.00** Jogos Paralímpicos de Verão - Paris **12.34** Espaço Zig Zag **12.59** As Coisas em Volta: A Vida Misteriosa dos Objectos **13.29** Terra de Leões **13.54** Enfermeira ao Domicílio **15.27** A Fé dos Homens **15.59** Espaço Zig Zag

18.00 Jogos Paralímpicos de Verão - Paris

21.07 Terra de Leões

21.30 Jornal 2

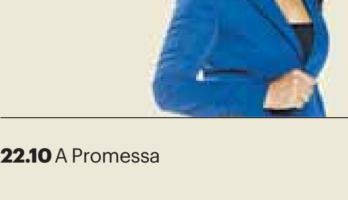
22.01 Hotel à Beira-Mar

22.51 Folha de Sala **22.59** Os #Influencers da História **23.54** Jogos Paralímpicos de Verão - Paris **1.27** Vela: America's Cup 2024 - Barcelona **3.06** Super Diva - Ópera para Todos **4.03** Grão de Areia na Engrenagem **5.32** Nada Será Como Dante

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.10** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.25** Querida Filha **16.10** Linha Aberta **16.45** Júlia **18.40** Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite



22.10 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.10 Nazaré

0.45 Papel Principal

1.00 Travessia **1.45** Passadeira Vermelha **2.05** Cartaz **2.50** Volante **3.05** Terra Brava

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.30** A Sentença **16.35** A Herdeira **16.35** Goucha **17.45** Dilema **19.48** IVR - TVi Dá+

19.57 Jornal Nacional

21.35 Dilema

22.15 Cacau

22.55 Festa É Festa



23.20 Dilema

2.00 O Beijo do Escorpião **2.35** Sedução

TVCINE TOP

17.45 One Shot - Missão de Resgate **19.20** Som da Liberdade **21.30** Missão de Resgate **23.15** No Rasto do Assassino **1.15** Amarrado **2.45** Rastejantes

STAR MOVIES

17.58 Esporas de Aço **19.26** Rio Lobo **21.15** O Preço de 5 Jogadores **22.53** Django Atira Primeiro **0.24** O Homem a Quem Chamaram Cavalo **2.13** Os Cavalos de Valdez

HOLLYWOOD

19.15 Assalto ao Arranha-Céus **21.30** Imparável **23.10** O Fim da Inocência **0.50** Entrevista com o Vampiro **2.55** A Cor Púrpura

AXN

17.42 The Rookie **21.06** Hudson & Rex **22.00** O Samaritano **23.42** O Planeta dos Macacos **1.45** Hudson & Rex **2.29** S.W.A.T.: Força de Intervenção

STAR CHANNEL

17.04 Investigação Criminal: Los Angeles **18.46** FBI **19.30** Magnum P.I. **20.24** Hawai Força Especial **22.15** Investigação Criminal: Hawai'i **23.03** Chicago P.D. **0.48** FBI **2.14** Point Break - Caçadores de Emoções

DISNEY CHANNEL

17.15 A Maldição de Molly McGee **18.05** Vamos Lá, Hailey! **18.55** Hamster & Gretel **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Toy Story: Os Rivais **22.40** Os Green na Cidade Grande

DISCOVERY

17.18 Mestres do Restauro **19.07** Aventura à Flor da Pele XL **21.00** Oficina de Richard Hammond **22.54** Sin City Tow **23.49** Camionistas da Alemanha **0.44** Oficina de Richard Hammond

HISTÓRIA

17.26 O Inexplicável **20.12** Top 10 da Antiguidade **22.16** Antigo Egipto: Crónicas de Um Império **0.03** Encontros com Ovni

ODISSEIA

17.27 Predadores de África **18.15** O Elefante de Perto **19.59** Mascotes com as Patas Partidas **20.53** Escola de Cachorros

DOCUMENTÁRIOS

Coming from America
Max, *streaming*
Estreia. Esta docussérie original da Max regista a mudança de vida – e o inerente choque cultural – de quatro famílias afro-americanas que resolvem trocar a América por África. "Atraídas por habitações baratas e paisagens pitorescas", revela a plataforma, partem "em busca de amor, emprego e uma vida melhor". "Se conseguirem resistir aos primeiros 60 dias, as suas vidas podem mudar para sempre", acrescenta. É composta por seis episódios, debitados semanalmente.

Defender a Europa
National Geographic, 22h56
Também é em meia dúzia de episódios, a ritmo semanal, que se desenrola a nova série do National Geographic. Mas o destino é outro: as nações europeias, mais especificamente as suas fronteiras. Debruça-se sobre as diversas estratégias usadas "desde os romanos até ao actual conflito na Ucrânia" para conquistar, definir e defender essas linhas. Para isso, conta com contributos de especialistas como uma historiadora, um arqueólogo náutico ou um antigo soldado.

DESPORTO

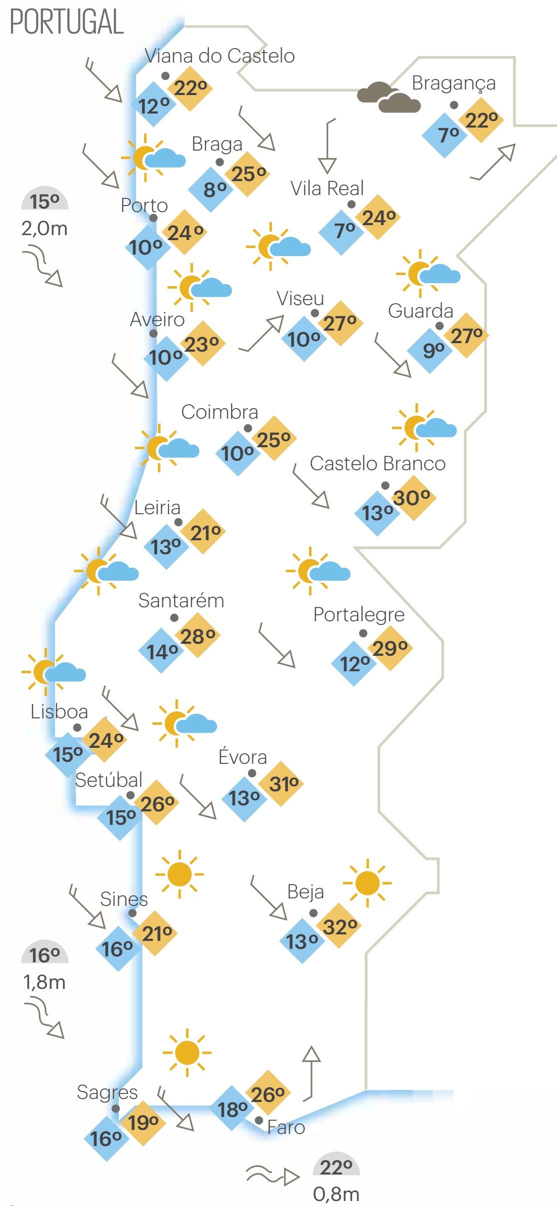
Futebol: Portugal x Croácia
RTP1, 19h36
Ligação directa ao Estádio da Luz, em Lisboa, onde a selecção de Roberto Martínez defronta a Croácia, no arranque da Liga das Nações. A equipa capitaneada por Cristiano Ronaldo está integrada no grupo 1, onde também tem como adversárias a Escócia (com a qual joga já no próximo domingo) e a Polónia.

MÚSICA

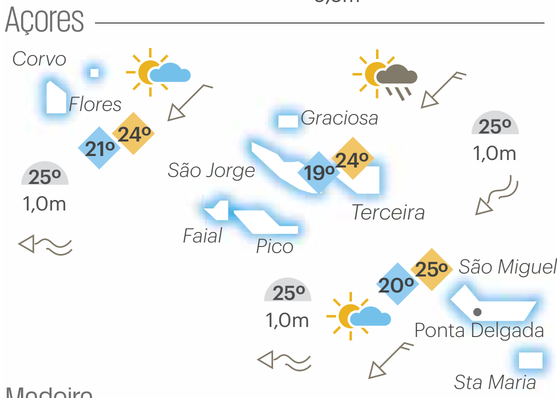
Festival F
RTP1, 23h50
Entre hoje e sábado, a estação pública sintoniza-se no festival algarvio. Entre os concertos com transmissão assegurada – seja no canal aberto ou em *streaming*, na RTP Play – estão os de Nininho Vaz Maia, Camané, Ivandro, Tiago Bettencourt (hoje), Carolina Deslandes, Marisa Liz, Capitão Fausto com Orquestra do Algarve (amanhã) e Carminho (sábado). A nona edição do Festival F está a decorrer no centro histórico de Faro, com um cartaz 100% português a fazer-se ouvir em nove palcos. À música juntam-se artes performativas, exposições, tertúlias e outras actividades.

Meteorologia

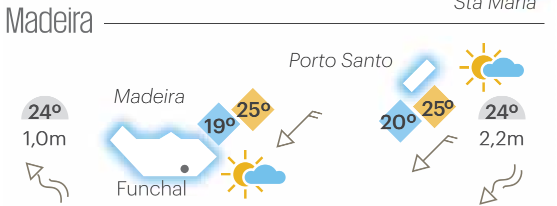
PORTUGAL



Açores



Madeira



MARÉS

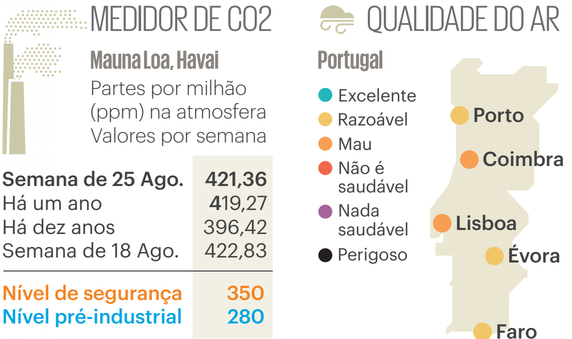
Preia-mar · Baixa-mar · *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
Baixa-mar 10h56	0,7	Baixa-mar 10h27	0,9	Baixa-mar 10h23	0,7
Preia-mar 17h09	3,4	Preia-mar 16h44	3,4	Preia-mar 16h52	3,3
Baixa-mar 23h18	0,7	Baixa-mar 22h50	0,8	Baixa-mar 22h44	0,7
Preia-mar 05h26*	3,2	Preia-mar 05h00*	3,2	Preia-mar 05h06*	3,1

PRÓXIMOS DIAS PORTO

Sexta-feira, 6	Sábado, 7	Domingo, 8
14º / 20º	13º / 21º	15º / 22º
Índice UV: Alto	Índice UV: Médio	Índice UV: Alto
Vento: Fraco	Vento: Fraco	Vento: Fraco
Humidade: 54%	Humidade: 63%	Humidade: 63%

MEDIDOR DE CO2



Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

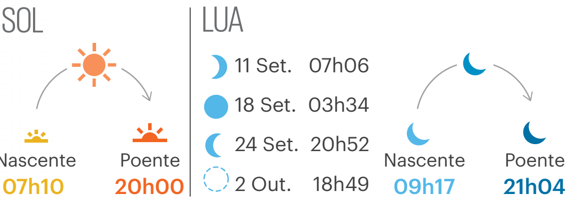
Semana de 25 Ago.	421,36
Há um ano	419,27
Há dez anos	396,42
Semana de 18 Ago.	422,83
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

SOL



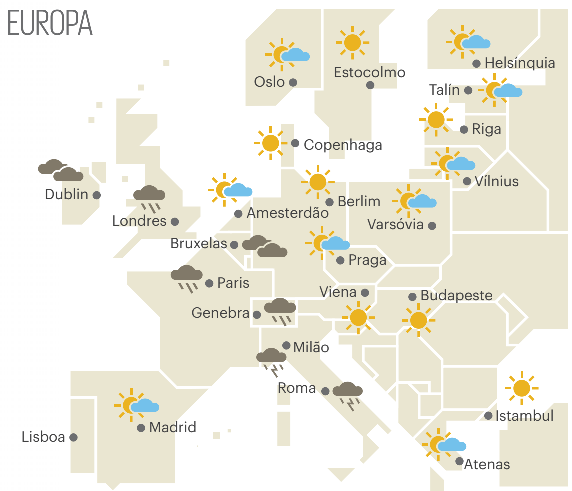
Nascente 07h10 · Poente 20h00

LUA

- 11 Set. 07h06
- 18 Set. 03h34
- 24 Set. 20h52
- 2 Out. 18h49

Nascente 09h17 · Poente 21h04

EUROPA



TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.		Mín.	Máx.
Amesterdão	19	28	Roma	20	28
Atenas	23	33	Viena	17	31
Berlim	18	32	Bissau	25	30
Bruxelas	18	24	Buenos Aires	11	15
Bucareste	17	32	Cairo	26	34
Budapeste	18	32	Caracas	20	29
Copenhaga	16	27	Cid. do Cabo	9	14
Dublin	14	17	Cid. do México	15	24
Estocolmo	13	26	Díli	22	32
Frankfurt	18	32	Hong Kong	26	32
Genebra	11	19	Jerusalém	20	29
Istambul	19	29	Los Angeles	27	37
Kiev	17	28	Luanda	21	26
Londres	17	20	Nova Deli	26	30
Madrid	16	26	Nova Iorque	18	25
Milão	19	23	Pequim	17	29
Moscovo	10	22	Praia	26	30
Oslo	15	27	Rio de Janeiro	20	29
Paris	12	18	Riga	12	27
Praga	16	31	Singapura	26	33

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

Desporto Selecção nacional estreia-se hoje em nova edição da Liga das Nações

Portugal com energia e ambição renovadas frente à Croácia

Roberto Martínez diz-se ansioso para voltar a dar alegrias aos portugueses. Quenda impressionou o treinador espanhol e o próprio Bernardo Silva, que "com 17 anos andava pelos juvenis do Benfica"

Augusto Bernardino

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA



Último treino da selecção nacional antes do jogo com a Croácia, que será disputado no Estádio da Luz

Depois do Europeu da Alemanha, Portugal volta esta noite (19h45, RTP1) a jogo para defrontar a Croácia no primeiro de dois compromissos do Grupo A1 da Liga das Nações, com Roberto Martínez a avaliar o momento da selecção nacional, que vê com ambição e energia renovadas e empenhada em dar mais alegrias aos portugueses.

O seleccionador de Portugal vê um grupo ansioso por voltar à acção, sublinhando a ideia da energia reforçada por alguns elementos novos, com destaque para o "benjamim" Geovany Quenda, do Sporting, sem ignorar o papel de outros jogadores que não participaram no Euro2024, como o também "leão" Pedro Gonçalves.

"Vejo Portugal cheio de energia, ansioso, com muita vontade e ambição de dar alegrias aos portugueses", assumiu na conferência de imprensa de lançamento do duelo com a Croácia, adversário que derrotou Portugal em partida de preparação para o Europeu.

"Gostamos de futebol de ataque e este é um teste interessante, entre duas equipas que lutam para ter a bola", reforçou, alertando para as diferenças introduzidas nesta Liga das Nações, que apura duas equipas para os quartos-de-final (fase que não existia nas três edições anteriores), e obriga a realizar jogos com 72 horas de diferença, havendo um Portugal-Escócia já no domingo, também no Estádio da Luz.

Impressionante Quenda

"Temos dois jogos no espaço de 72 horas, pelo que todos os jogadores são importantes", referiu, mantendo que "todos estão preparados" para este cenário, inclusive os estreantes e os mais novos, como Quenda.

"Tem uma personalidade incrível. Conheço as valências técnicas, mas ver a atitude foi muito agradável", vincou, sem avançar as escolhas para o primeiro compromisso, nem quando foi questionado sobre a titularidade de Cristiano Ronaldo.

"Só precisamos de esperar algumas horas para anunciar o 'onze'. A idade não é critério! O Quenda é exemplo disso. Pela personalidade, qualidade e capacidade de adaptação", alguém que Martínez vê como desequilibrador, com uma "qualidade técnica que não é normal aos 17 anos e que mostrou estar preparado, o que são boas notícias para o futebol português".

Também Bernardo Silva destacou a qualidade do jovem do Sporting, brincando com a concorrência de Quenda: "Possivelmente, vai roubar-me o lugar. É impressionante ver o nível dele. Com 17 anos, eu nem nos juvenis do Benfica jogava. Se continuar a trabalhar, vai atingir níveis ainda superiores."

Liga das Nações tem uma nova fase, com duas equipas de cada grupo a apurarem-se para os "quartos"

Europeu em crescendo

Em relação à desilusão do Europeu, Roberto Martínez recordou que a intenção é sempre de vencer.

"Queremos ganhar. É importante essa mentalidade. Mas nos grandes torneios estão os melhores jogadores do mundo e, muitas vezes, os jogos são decididos por detalhes. Nós somos parte desse lote de selecções que podem ganhar. Mas o detalhe é um penálti em que a bola bate no poste e entra ou sai", enfatizou, lembrando que a Croácia fez um grande jogo com a Espanha, no Euro, e perdeu de forma dura. Quanto a Portugal, para encerrar a discussão do Alemanha2024, Martínez lembrou que "o nosso melhor jogo foi o quinto. Estávamos em crescendo e preparados para fazer mais dois jogos. Gostei de muitos aspectos, mas precisamos de melhorar. Não marcamos golos há muitos minutos? Mas diria que criámos muitas ocasiões. Depois, pode ser uma questão de pormenor. As críticas fazem parte, mas a exigência interna é mais forte do que a dos adeptos", declarou.

Pedro Gonçalves merece

Críticas que envolveram algumas opções, como a "exclusão" de Pedro Gonçalves, que agora integra os 25 convocados.

"Merece estar na selecção. Disse-lhe isso, ele sabe que há muita concorrência para a posição que ocupa. Mas gostei muito da atitude e da personalidade de mostrar que pode ajudar", elogio melhor do que qualquer pedido de desculpa.

"Pedir desculpas é algo que se impõe quando não tomas uma decisão com honestidade. O Pote é um elemento importante para a estrutura, inteligente, forte no último passe e finalizador." Martínez terminou ciente de ter uma missão difícil, com o adversário de peso, tendo distinguido o contexto do amigável de Julho, garantindo que "o balneário está preparado, com muita ambição, sangue novo e positivo... e ainda mais valências para criar um grupo forte".

"Esta é uma nova competição. São situações diferentes", vincou à espera de uma Croácia sem referências como Vida e Brozovic, mas com o "desempregado" Perisic, sedenta por vingar um Euro em que caiu com estrondo na fase de grupos.

Luís Costa conquista bronze em Paris e Portugal chega às quatro medalhas

Aos 51 anos, atleta obtém a sua primeira medalha olímpica. Simone Fragoso afastada dos Jogos devido a caso de *doping*

Luís Costa conquistou ontem a medalha de bronze na prova de contrarrelógio de ciclismo de estrada da classe H5 dos Jogos Paralímpicos Paris2024, e Portugal passou a somar quatro medalhas no evento.

Luís Costa percorreu os 28,3km da prova, disputada em Clichy-Sous-Bois, em 44m26,32s, ficando a 3m34,73s do vencedor, o neerlandês Mitch Valize (41m01,59s). A medalha de prata, na qual os ciclistas competem numa *handbike*, foi alcançada pelo francês Loic Vergnaud (43m20,40s).

O bronze de Luís Costa junta-se ao do nadador Diogo Cancela nos 200 metros estilos SM8, e aos ouros de Miguel Monteiro, no lançamento do peso, e de Cristina Gonçalves, no torneio individual de boccia BC2.

No final, Luís Costa estava feliz. "À terceira foi de vez, faltava-me esta medalha no currículo, depois de ter conseguido medalhas em Europeus e Mundiais. Foi para isto que trabalhei", disse o ciclista. Aos 51 anos, e depois de um 6.º lugar em Tóquio2020, e de um 8.º no Rio2016, assume que se sente "como o vinho do Porto": "Tem sido sempre a subir, a idade vai avançando e os resultados vão melhorando, eu até tenho medo de continuar até aos 60 e ainda sou campeão paralímpico ou coisa parecida. Se calhar, é melhor parar em Los Angeles2028, se lá chegar", referiu o mais velho membro da comitiva portuguesa.

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA



Luís Costa e a sua medalha de bronze

Luís Costa conseguiu em Paris2024 a primeira medalha do ciclismo português em Jogos Paralímpicos e elevou para 98 o número de pódios conseguidos por Portugal em 11 participações nos Paralímpicos.

A fechar o dia da participação portuguesa, Mamudo Baldé terminou em quinto na final dos 100 metros T54, com direito a um diploma. Baldé admitiu "ter arrancado mal", já que o seu tempo (14,19s) ficou abaixo do obtido de manhã nas eliminatórias, em que melhorou o recorde nacional (13,75s), tempo que teria sido suficiente para alcançar a prata na final.

O dia de ontem no que toca a Portugal ficou ainda marcado pelo anúncio do resultado positivo num controlo *anti-doping* da atleta Simone Fragoso, realizado a 31 de Agosto, que foi impedida de participar na prova de powerlifting.

A atleta reagiu no Facebook, falando em "enorme desilusão". "Regresso a casa sem a sensação de dever cumprido e com uma enorme tristeza. Agradeço a todos os que, mais uma vez, me apoiaram incondicionalmente neste percurso, garantindo que tudo farei para contestar esta decisão", acrescentou. Estes seriam os quartos Jogos Paralímpicos da atleta de 44 anos, após três participações como atleta de natação em Pequim (2008), Londres (2012) e no Rio de Janeiro (2016).

Fritz e Tiafoe põem fim ao jejum

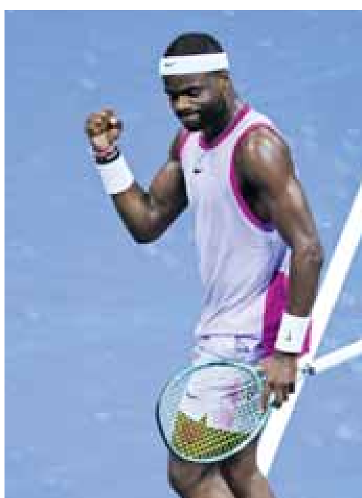
Pedro Keul

Taylor Fritz e Frances Tiafoe têm ambos 26 anos e conhecem-se há mais de uma década, quando disputavam os mesmo torneios juvenis de ténis e falavam sobre o facto de não aparecer um compatriota na final do US Open desde 2006. "Estávamos sentados num avião há alguns anos e Taylor diz: 'Meu, acho que iremos ser o número um e o número dois americanos, a liderar o caminho'", recorda Tiafoe.

Actualmente, Fritz é o melhor dos EUA no ranking mundial, ocupando o 12.º posto, e Tiafoe o quinto, no 20.º lugar, mas rivaliza com o amigo em termos de popularidade e tem sido exímio em absorver a energia do público do Arthur Ashe Stadium. Foi assim mais uma vez na noite de terça-feira, quando Tiafoe derrotou Grigor Dimitrov e marcou encontro com Fritz na meia-final de amanhã, garantido a presença de um americano no derradeiro dia do torneio, que irá suceder a Andy Roddick, finalista aqui há 18 anos — e também o último americano a disputar uma final de um torneio do Grand Slam, em 2009, em Wimbledon.

Fritz tem a seu favor o historial entre ambos, já que ganhou seis dos sete duelos travados no circuito profissional. "Vai ser um grande encontro para ambos, mas nenhum dos anteriores pode ser comparado a este", frisou Tiafoe, após a vitória sobre o número nove do ranking mundial em três *sets* e meio: 6-3, 6-7 (5/7), 6-3, 4-1.

O encontro parecia caminhar para uma vitória rápida de Tiafoe quando o número 20 da tabela ATP liderou por um *set* e um *break* de vantagem. Mas graças a um jogo de serviço menos conseguido, Dimitrov recuperou o *break* e levou a decisão para o *tie-break*, que teve um final totalmente inesperado; quando serviu a 6/3, o búlgaro de 33 anos cometeu duas duplas-faltas e, no terceiro *set-point*, Tiafoe cometeu o mesmo erro para ceder a partida. O americano recuperou o ascendente no terceiro *set* em cujo final Dimitrov se lesionou no adutor e acabou por desistir ao fim três horas de jogo.



Frances Tiafoe

Antes, ficaram-se a conhecer igualmente as primeiras semifinalistas femininas. A norte-americana Emma Navarro (12.ª) vai estrear-se em meias-finais de *majors* após vencer a ex-número dois mundial Paula Badosa (29.ª), por 6-2, 7-5, e vai desafiar a grande favorita, Aryna Sabalenka. Na reedição da final do Open da Austrália, em Janeiro, a número dois do ranking voltou a derrotar confortavelmente a campeã olímpica Qinwen Zheng (7.ª), desta vez com os parciais de 6-1, 6-2. Sabalenka continua sem perder em *hardcourts* há dez encontros e, hoje, vai voltar a defrontar uma norte-americana no Arthur Ashe Stadium, depois de perder a final do ano passado com Coco Gauff.

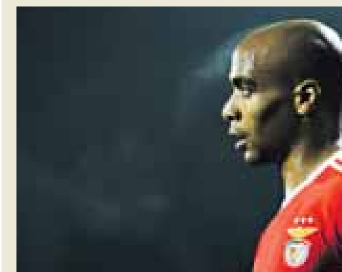
Já ontem, Karolina Muchova tornou-se a segunda tenista checa a alcançar as meias-finais do US Open em dois anos consecutivos (com uma cirurgia ao pulso direito pelo meio), imitando Helena Sukova em 1986 e 1987. Muchova (52.ª) eliminou a brasileira Beatriz Haddad Maia (21.ª), por 6-1, 6-4, e ainda não perdeu um *set* neste US Open.

Breves

Futebol

João Mário vai prosseguir carreira no Besiktas

O internacional português João Mário vai jogar no Besiktas, clube onde actuam Rafa Silva e Gedson Fernandes, ex-companheiros do novo reforço dos "águias negras", que no final do empréstimo de uma época terão de accionar a cláusula de compra obrigatória de dois anos, fixada pelo Benfica em cinco milhões de euros. Para além de Rafa e Gedson Fernandes, o médio, que representou o Benfica nas últimas três épocas, encontrará o italiano Cher Ndour (ex-Benfica e Sp. Braga), o líbio ex-Sp. Braga Al Musrati, o camaronês ex-FC Porto Aboubakar e ainda o camaronês Júnior Onana (ex-Leixões), tornando-se o 10.º português a representar o clube turco.



Ciclismo

Kaden Groves obtém terceira vitória em etapas na Vuelta

O australiano Kaden Groves (Alpecin Deceuninck) venceu ontem a 17.ª etapa da Volta a Espanha, impondo-se no *sprint* na chegada a Santander, menos de três quilómetros depois de o pelotão ter anulado a fuga do dia. Ben O'Connor teve um dia mais tranquilo, conservando a camisola vermelha, com Primoz Roglic (BORA-hansgrohe) a cinco segundos. Sem a concorrência de Wout van Aert, que abandonou na etapa anterior após queda, Kaden Groves "herdou" a camisola verde e cumpriu os 141,5km entre Arnuero e Santander em 3h32m14s, impondo-se a Pavel Bittner (DSM) e a Vito Braet (Intermarché-Wanty), somando o terceiro triunfo em etapas nesta Vuelta.

BARTOON LUÍS AFONSO



Dois terços de todo o plástico lançado no ambiente em 2020 vieram apenas de 1,2 mil milhões de pessoas

Nicolau Ferreira

Estudo fez extensa radiografia do lixo por plástico no mundo, abrindo a porta para monitorização ao longo do tempo

As fotografias de praias cobertas de plástico são comuns quando se faz uma pesquisa sobre a poluição de plástico na Índia. Aquela nação lançou 9,3 milhões de toneladas de resíduos de plástico para o ambiente em 2020, cerca de um quinto do total de 52,1 milhões de toneladas lançado naquele ano, de acordo com um estudo publicado ontem na *Nature*.

Parte desse lixo terá sido queimada de forma não controlada, emitindo gases nefastos. A outra parte continuará até hoje a seguir um percurso que se adivinha longo: entrando no oceano, transformando-se em pedaços mais pequenos, penetrando em ecossistemas distantes. Em suma, mostrando as consequências da enorme produção deste material e da falta de gestão dos seus resíduos.

"Precisamos de começar a focar-nos muito mais em lidar com a queima a céu aberto de plástico e com o plástico que não é recolhido, antes de mais vidas serem impactadas", diz Costas A. Velis, da Universidade de Leeds (UL), Reino Unido, líder do estudo, num comunicado da UL.

O trabalho partiu de dados de municípios sobre a gestão de resíduos e usou a inteligência artificial para processar aqueles dados a partir de informações socioeconómicas. Com isso, obteve-se um mapa a nível mundial com a quantidade de plástico lançado para o ambiente em mais de 50.000 municípios em 2020. Dos 251,7 milhões de toneladas de resíduos de plástico produzidos no mundo, 52,1 milhões de toneladas não foram recolhidos e tratados. Desta quantidade, 22,2 milhões de toneladas de plástico com mais de cinco milímetros acabaram no ambiente e outros 29,9 milhões de toneladas foram queimados a céu aberto.

Dois terços do plástico que não foi recolhido e tratado foram gerados por 1,2 mil milhões de pessoas, o equivalente a 15% da população mundial, avança o estudo. Há "pelo menos 1,2 mil milhões de pessoas a viverem sem serviços de recolha de resíduos e sendo obrigadas a 'autogerirem' o lixo, frequentemente despejando-o na terra, em rios, ou queimando-o a céu aberto", diz Joshua Cottom, primeiro autor do artigo, também da UL. "Os riscos de saúde resultantes afectam algumas das comunidades mais pobres do mundo", alerta.


A Índia é o país que mais lixo plástico produz

Tratado em vista

Além da Índia, as nações que mais produzem aquele tipo de lixo são a Nigéria, com 3,5 milhões de toneladas, e a Indonésia, com 3,4 milhões de toneladas. A China, que em análises passadas surgia em primeiro lugar, agora surge em quarto, com 2,8 milhões de toneladas. Esta melhoria "reflecte o uso de informação mais recente e mostra o progresso substancial [da China] em adoptar a incineração dos resíduos e o aterro de lixo controlado", lê-se no artigo.

Mas analisando a produção de lixo plástico por pessoa, os números acima ganham novos contornos. "A China é um dos países de rendimento médio-alto menos poluidores, classificado na posição 153 do total dos países, com 1,97 quilos de emissão de plástico [para o ambiente] por pessoa, por ano", refere-se no artigo.

A maioria da Europa, incluindo Portugal, e países como a Arábia Saudita, o Chile, o Canadá e a Nova Zelândia produzem menos de um quilo de lixo de plástico por pessoa devido à gestão de resíduos que fazem, adianta a investigação.

Por outro lado, a análise *per capita* antecipa um problema a médio prazo na África subsariana. Para já, muitos países daquela região lançam baixas quantidades de plástico para o ambiente. Mas isso pode mudar. "Dado o *boom* populacional que se antecipa na região, é concebível que, com uma emissão média de 12,01 quilos por pessoa, por ano, a África subsariana se torne a maior fonte de poluição por plástico dentro das próximas décadas", alerta o artigo.

Dado que, a nível mundial, a maioria da poluição de plástico ocorre porque não há sistemas de gestão de lixo, a solução passa por aqui, argumenta Joshua Cottom: "Ao melhorar a gestão básica de resíduos sólidos, é possível ao mesmo tempo reduzir de uma forma maciça a poluição de plástico e melhorar a vida de milhares de milhões de pessoas."

Todos os anos são produzidos mais de 400 milhões de toneladas de plástico, uma boa parte de uso único. Por isso, muitos investigadores e ambientalistas defendem uma grande diminuição na sua produção. Nesse sentido, as conversações recentes para a produção de um tratado para o plástico, sob a égide das Nações Unidas, revelam o clima de impasse gerado por uma indústria que não quer largar a sua galinha dos ovos de ouro.

O artigo poderá ajudar. "O novo estudo dá-nos uma base de referência abrangente acerca da natureza, da extensão e das razões que estão por trás dos desafios impostos pela poluição global de plástico, que o tratado pretende abordar", diz ao PÚBLICO A. Velis. "Mas, mais importante, dá-nos pela primeira vez uma forma de obter um 'inventário de emissões [de plástico]', tal como foi necessário para as alterações climáticas. Isto vai ao coração do problema: assim podemos monitorizar o progresso de um país ao longo do tempo."